

# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE MAIO DE 1981

NUMERO 11.732

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 14.055, de 26 de maio de 1981

Aprova Convenio celebrado entre o Governo do Estado, através da SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, com a intervenção fiscal do DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES - DAE, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, itens I e III, da Constituição do Estado,

### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio, que a este acompanha, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, com intervenção fiscal do Departamento Autônomo de Edificações - DAE, e a Prefeitura Municipal de Xanxerê, visando à aplicação de recursos do Programa Especial de MÓDULOS ESPORTIVOS - PEME, destinados à implantação de um MÓDULO ESPORTIVO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Julio Cesar  
Esperidião Amin Helou Filho

CONVENIO Nº 007/81

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ, COM A INTERVENIÊNCIA FISCAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES (DAE), DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS, EM DEPENDÊNCIA DO CONVÊNIO FISCAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, na qualidade de órgão repassador dos recursos decorrentes do convênio firmado com a Caixa Econômica Federal para a implantação de Módulos Esportivos, representada pelo seu titular, Doutor JULIO CESAR, a Prefeitura Municipal de XANXERÊ, pelo seu Prefeito ROVILHO BORTOLUZZI, com a intervenção do Departamento Autônomo de Edificações, pelo seu Diretor-Geral, Engº Francisco de Assis Filho, do ravante denominados simplesmente SECRETARIA, PREFEITURA e DAE, deliberam assinar o presente convênio, que regula a cooperação técnica e financeira, com base nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva, o presente convênio, a aplicação de recursos do Programa Especial de Módulos Esportivos - PEME, destinados à implantação de um Módulo Esportivo no Município de XANXERÊ, de acordo com plantas, projetos e especificações constantes do Processo PEME nº 098/80 MATRIZ, da Caixa Econômica Federal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA

O valor da cooperação financeira será de até Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros), e correrá a conta do projeto-atividade Construção de Centros Integrados de Esporte e Educação Física,

código: 1701.08462231.018, item: 3132.01 (11) - Acordos e Convênios, do Orçamento da SECRETARIA, para o exercício de 1981.  
Parágrafo Único - A Prefeitura compromete-se a aceitar a aplicação dos recursos de acordo com plano específico, obedecidas as normas gerais fixadas pela SECRETARIA e pelo DAE e observada a legislação relativa à fiscalização dos Tribunais de Contas da União e do Estado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

O desembolso será efetuado pela Secretaria em parcelas, conforme cronograma físico-financeiro que integra o presente convênio, após a aprovação pelas partes.

Parágrafo primeiro - A liberação da primeira parcela ocorrerá após o registro deste junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo segundo - As parcelas subsequentes serão liberadas mediante comprovação do cumprimento do cronograma físico, através do laudo de vistoria expedido pelo DAE, e do cronograma financeiro, através da prestação de contas da parcela anterior, encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, via Secretaria.

Parágrafo terceiro - O repasse dos recursos fica condicionado à liberação dos mesmos pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo quarto - A Prefeitura se obriga a utilizar a totalidade dos recursos de que trata o presente Convênio dentro de 06 (seis) meses a contar desta data.

Parágrafo quinto - Se a totalidade dos recursos de que trata o presente Convênio não for entregue no prazo previsto no item precedente, por inobservância, por parte da PREFEITURA de qualquer das condições convencionadas neste instrumento, a SECRETARIA ficará desobrigada de efetuar a entrega da parcela ou parcelas restantes.

Parágrafo sexto - A última parcela só será entregue após a comprovação: a) da integral conclusão do empreendimento inclusive iluminado, e sua total comprovação financeira; b) da averbação do Módulo Esportivo no Registro de Imóveis competente; c) da colocação de placa em lugar visível ao público, alusiva à Caixa Econômica Federal como agente financeiro do Programa Especial de Módulos Esportivos - PEME, que será fornecida pela filial de Santa Catarina da Caixa Econômica Federal.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO DEPÓSITO DOS RECURSOS

Os recursos do presente convênio serão depositados em conta Especial, "Convênio SCD/PM de XANXERÊ / Módulo Esportivo", preferencialmente aberta na Caixa Econômica Federal, agência local, na inexistência desta, no Banco do Estado de Santa Catarina S/A-BEESC, ou em outro Banco, e sua movimentação dar-se-á somente através de cheques nominais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para efeito de prestação de contas das parcelas do presente convênio, conforme o cronograma físico-financeiro, a Prefeitura deverá encaminhar à Secretaria, através de ofício, os seguintes documentos, em duas vias: demonstrativo e comprovante de despesas, acompanhado de cópia dos cheques nominais referentes aos pagamentos, extrato bancário onde conste o histórico da movimentação dos cheques e o saldo atual e recibo de depósito bancário.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução é determinado pelo cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO FÍSICA

A execução física das obras civis será realizada pela Prefeitura ou mediante a contratação de serviços de terceiros.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução física e financeira dos projetos será acompanhada pelos órgãos próprios da Secretaria, da Caixa Econômica Federal, do DAE e por órgãos técnicos especializados, de livre escolha da SECRETARIA.

Parágrafo único - A Prefeitura compromete-se a prestar, a qualquer momento, todas as informações necessárias, na melhor forma do direito e da legislação.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

Além do estabelecido nas cláusulas anteriores, a Prefeitura assume, a partir da assinatura deste convênio, as seguintes obrigações perante a SECRETARIA:

- a) comprovar a posse dos terrenos a serem utilizados no projeto;
- b) aplicar integralmente os recursos que lhe forem entregues, em decorrência do presente convênio, no Módulo Esportivo mencionado na cláusula primeira;
- c) cumprir rigorosamente as normas legais regulamentares concernentes à implantação do Módulo Esportivo em referência;
- d) prestar à SECRETARIA, por escrito e dentro dos prazos por esta prefixados, todas as informações que lhe forem solicitadas relativamente à aplicação dos recursos concedidos;
- e) administrar o Módulo em referência, de modo a mantê-lo em perfeito estado de segurança, conservação e funcionamento, responsabilizando-se pela operacionalização, inclusive custeando recursos humanos;
- f) repor, com recursos próprios, os bens de que trata o presente convênio, eventualmente sinistrados, de modo a permitir a continuidade da sua utilização na execução do Programa Especial de Módulos Esportivos e no interesse da Comunidade;

g) colocar suas instalações à disposição da SECRETARIA, sempre que necessário;

h) cooperar com instituições esportivas, mediante troca de experiências, orientação técnica recíproca e cessão de instalações;

i) adotar, no âmbito municipal, as providências de ordem legal, indispensáveis ao integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste instrumento;

j) contabilizar os recursos financeiros a serem repassados pelo presente convênio;

k) prestar contas à SECRETARIA, conforme orientação específica - da cláusula quinta, como condição essencial para liberação da parcela seguinte;

l) ceder o Módulo Esportivo para realização de atos públicos de interesse do Governo do Estado, sempre que solicitado, desde que essa cessão não prejudique a realização de atividades esportivas programadas nos calendários oficiais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Para cumprimento das obrigações determinadas pelo presente convênio, a SECRETARIA se compromete a prestar orientação técnica à PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INADIMPLÊNCIA

No caso de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas - pela PREFEITURA em decorrência do presente convênio, fica assegurado à SECRETARIA direito de exigir imediato reembolso das quantias entregues, corrigido o seu valor de acordo com o percentual de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), com a incidência de juros à taxa de 8% ao ano sobre o saldo devedor corrigido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

O presente convênio poderá ser alterado ou rescindido, no todo ou em parte, mediante acordo entre os convenientes.

Parágrafo primeiro - O presente convênio será considerado rescindido ou insubsistente se por lei superveniente, for considerado formal ou materialmente impraticável sua execução.

Parágrafo segundo - A SECRETARIA reserva-se o direito de denúncia deste instrumento, inclusive com reembolso dos recursos repassados, se a PREFEITURA deixar de cumprir quaisquer das cláusulas constantes do presente convênio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

A PREFEITURA obriga-se a colocar, em lugar visível, de acordo com os

modelos próprios e respeitadas as dimensões, placas indicativas da obra e da cooperação técnica e financeira prestada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas as dúvidas e questões oriundas do presente convênio.

E por estarem acordes assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor

Florianópolis, 15 de maio de 1981.

*Julio Cesar*  
Deputado JULIO CESAR  
Secretário

*Rovilho Bortoluzzi*  
ROVILHO BORTOLUZZI  
Prefeito

*Francisco de Assis Filho*  
Engº FRANCISCO DE ASSIS FILHO  
Diretor-Geral do DAE

Testemunhas:

*Luiz*  
*Antônio*

#### CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

SERVIÇOS	M <sup>2</sup>	VALOR	MÓDULO ESPORTIVO DE XANXERÊ		
			1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela
CONSTRUÇÕES	78,75	312.290,00	124.916,00	124.916,00	62.458,00
COMPLEXO DESPORTIVO	5.184,85	675.860,00	315.084,00	315.084,00	45.692,00
EQUIPAMENTOS	-	111.850,00	-	-	111.850,00
PAISAGISMO/ILUMINAÇÃO	-	-	-	-	-
TOTAIS	5.263,60	1.100.000,00	440.000,00	440.000,00	220.000,00

#### OBSERVAÇÕES:

- I - PROCESSO PEME Nº 098/81
- II - INÍCIO DAS OBRAS: 23.03.81
- III - ANEXO AO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO E A PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ EM 15 DE MAIO DE 1981.

DECRETO Nº 14.056, de 26 de maio de 1981

Autoriza a aquisição de área de terras no Município de Chapecó.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, de acordo com o disposto no artigo 19, parágrafo único, da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, e à vista do que consta do Processo nº 09.842, de 13 de maio de 1981,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica a Fazenda Pública Estadual autorizada a adquirir, por doação, da Empresa Ernesto F. Bertaso Ltda, uma área de terras medindo cerca de 6.400,00m<sup>2</sup> (seis mil e quatrocentos

tos metros quadrados), situada no Município de Chapecó, onde se encontra construída a E.B. Coronel Lara Ribas.

Parágrafo Único - O terreno a que se refere este artigo possui as seguintes confrontações e metragens: ao norte, com rua sem denominação, 90,12m; ao leste, com a rua John Kennedy, 80,85m; ao sul, com rua sem denominação, 78,77m; ao oeste, com terras da municipalidade, 70,10m.

Art. 2º - A Fazenda Pública Estadual será representada, no ato, pelo Coordenador Regional de Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.430, de 14 de abril de 1977.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER ROSENHAUSEN  
Antônio Mercolini  
Ivan Oreste Bonato



DECRETO Nº 14.057, de 26 de maio de 1981

Aprova o Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio de Cooperação Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e Obras, e a Prefeitura Municipal de Laguna.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 93, itens I e III, da Constituição do Estado,

## D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o anexo Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio de Cooperação Financeira firmado em 06.10.80, entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e Obras, e a Prefeitura Municipal de Laguna, visando a execução de obras urbanas em Laguna, publicado no Diário Oficial do Estado de 13 de outubro de 1980.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Esperidião Amin Helou Filho

Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio de Cooperação Financeira que entre si fazem o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e Obras, e a Prefeitura Municipal de Laguna.

O Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria dos Transportes e Obras, neste ato, representada por seu titular, Esperidião Amin Helou Filho, e a Prefeitura Municipal de Laguna, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, Mário José Benor, resolveram celebrar entre si o Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio de Cooperação Financeira, firmado em 06.10.80, visando a execução de obras urbanas em Laguna e que será regido pelas seguintes cláusulas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica adotado na Cláusula Terceira do Convênio firmado em 06 de outubro de 1980, o seguinte parágrafo:

Parágrafo Terceiro: Os recursos não aplicados no exercício serão atendidos nos exercícios subsequentes, a critério da Secretaria, independente de Termo Aditivo.

## CLÁUSULA SEGUNDA

Todas as demais cláusulas e condições ficam expressamente ratificadas.

## CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo de Aditamento terá vigência após sua publicação no Diário Oficial do Estado.

E, por assim estarem acordados, assinam o presente Termo de Aditamento os representantes das partes convenientes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Florianópolis, 25 de maio de 1981.

Esperidião Amin Helou Filho  
SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES E OBRAS

Mário José Benor  
PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

X X X

DECRETO Nº 14.058, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 4º, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00485, de 04 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica criado, na importância de Cr\$ 561.639,00 (quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e nove cruzeiros), por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício (Receita própria da Fundação Catarinense do Trabalho), no projeto abaixo discriminado, o seguinte elemento de despesa:

4100	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO	
-	ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
4102	FUNDAÇÃO CATARINENSE DO TRABALHO	
Projeto	4102.14482471.234	
Elemento	4230.00 (40).....	Cr\$ 561.639,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.059, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 4º, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00485, de 04 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados, na importância de Cr\$ 155.578,00 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros), por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício (Receita própria da Fundação Catarinense do Trabalho), o projeto, elementos, subelementos de despesa e itens orçamentários, abaixo discriminados:

4100	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO	
-	ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
4102	FUNDAÇÃO CATARINENSE DO TRABALHO	
Projeto	4102.14482471.234	
Elemento	3110.00	
Subelemento	3111.00	
Item	3111.05 (40).....	Cr\$ 87.959,00
Elemento	3130.00	
Subelemento	3132.00	
Item	3132.13 (40).....	Cr\$ 67.619,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.060, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com os artigos 8º e 9º, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00546, de 13 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados na importância de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), por conta da Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do Orçamento do Estado, a atividade, elemento e subelemento de despesa abaixo discriminados:

1100	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO	
1103	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO	
-	ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Atividade	1103.03090312.012	
Elemento	3210.00	
Subelemento	3211.00 (00).....	Cr\$ 1.000.000,00

Art. 2º. Por conta do recurso a que se refere o artigo anterior, ficam criados, no orçamento abaixo discriminado, o seguinte projeto, elemento, subelemento de despesa e item orçamentário:

4100	GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO	
-	ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
4103	FUNDAÇÃO INSTITUTO TÉCNICO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	
Projeto	4103.03090451.255 - Identidade Catarinense	
Elemento	3130.00	
Subelemento	3132.00	
Item	3132.13 (00).....	Cr\$ 1.000.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

DECRETO Nº 14.061, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar e cria elemento de despesa.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 49, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº. 00536, de 12 de maio de 1981.

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica criado, na importância de Cr\$ 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros), por conta do superavit financeiro (Balanço do Departamento Autônomo de Edificações - Exercício de 1980), na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

5400 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS  
5401 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES

Atividade 5401.03070212.200  
Elemento 4250.00 (40) ..... Cr\$ 900.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.062, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 49, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº. 00534, de 12 de maio de 1980.

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica suplementados, na importância de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), por conta do superavit financeiro (Balanço do Departamento Autônomo de Edificações-Exercício de 1980), o projeto e elemento de despesa abaixo discriminados:

5400 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS  
5401 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES

Projeto 5401.03070251.153  
Elemento 4110.00 (40) ..... Cr\$ 4.000.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.063, de 26 de maio de 1981

Transfere saldo parcial de dotação orçamentária.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 49, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº. 00528, de 11 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica transferida para a Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do Orçamento do Estado, a importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), atribuída ao Orçamento abaixo discriminado:

1100 GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO  
1102 GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
Atividade 1102.03090402.010  
Elemento 3130.00  
Subelemento 3132.00  
Item 3132.01 (00) ..... Cr\$ 400.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

DECRETO Nº 14.064, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com os artigos 89 e 99, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº. 00528, de 11 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados, na importância de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), por conta da Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do Orçamento do Estado, a atividade, elemento de despesa e item orçamentário abaixo discriminados:

1100 GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO  
1102 GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
Atividade 1102.03090402.010  
Elemento 4120.00  
Item 4120.01 (00) ..... Cr\$ 400.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.065, de 26 de maio de 1981

Transfere saldo parcial de dotação orçamentária.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 49, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº. 00546, de 13 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica transferida para a Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do Orçamento do Estado, a importância de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), atribuída ao orçamento abaixo discriminado:

2700 ENCARGOS GERAIS DO ESTADO  
2702 RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DO GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
Projeto 2702.07401831.087  
Elemento 4130.00 (00) ..... Cr\$ 1.000.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.066, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 49, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº. 00516, de 07 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam criados, na importância de Cr\$ 10.920.000,00 (dez milhões e novecentos e vinte mil cruzeiros), por conta do superavit financeiro (Balanço da Fundação Educacional de Santa Catarina - Exercício de 1980), nas atividades, abaixo discriminadas, os seguintes elementos:

4800 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS  
4801 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA  
Atividade 4801.08431992.189  
Elemento 4110.00 (40) ..... Cr\$ 4.500.000,00  
Atividade 4801.08442052.190  
Elemento 4110.00 (40) ..... Cr\$ 6.420.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa



DECRETO Nº 14.067, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 49, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta dos processos GAPLAN nºs 00516 e 00517, de 07 de maio de 1981.

## D E C R E T A :

Art. 19. Ficam suplementados, na importância de Cr\$ 5.309.000,00 (cinco milhões, trezentos e nove mil cruzeiros), por conta do superavit financeiro (Balanço da Fundação Educacional de Santa Catarina - Exercício de 1980), as atividades, elementos, subelementos de despesas e item orçamentário abaixo discriminados:

Atividade	4800 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Elemento	4801 - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	
Subelemento	4801.08070212.188	
Item	3110.00	
	3111.00	
	3111.05 (40).....	Cr\$ 700.000,00
Atividade	4801.08442052.190	
Elemento	3120.00 (40).....	Cr\$ 1.484.000,00
Elemento	3130.00 (40).....	Cr\$ 1.515.000,00
Elemento	3190.00	
Subelemento	3192.00 (40).....	Cr\$ 300.000,00
Elemento	4120.00 (40).....	Cr\$ 1.310.000,00

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de março de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.068, de 26 de maio de 1981

Transfere saldo parcial de dotação orçamentária.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 10, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00498, de 05 de maio de 1981.

## D E C R E T A :

Art. 19. Fica transferida para a Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401 - 9000.00, do Orçamento do Estado, a importância de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), atribuída ao orçamento abaixo discriminado:

Projeto	1800 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
Elemento	1802 - ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE ESTÍMULO E APOIO A EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA	
Subelemento	1802.08420251.019	
	4310.00	
	4311.00 (51).....	Cr\$ 35.000.000,00

Art. 29. Em decorrência da redução procedida pelo artigo anterior, fica reduzido, no orçamento e projeto abaixo discriminados o seguinte elemento de despesa:

Projeto	5400 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Elemento	5401 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES	
	5401.03070251.146	
	4110.00 (51).....	Cr\$ 35.000.000,00

Art. 39. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.069, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com os artigos 89 e 90, da Lei nº 5.803, de 04 de

novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00498, de 05 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 19. Ficam suplementados, na importância de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros), por conta da Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do Orçamento do Estado, a atividade, elemento e subelemento de despesa abaixo discriminados:

Atividade	1600 - SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL	
Elemento	1602 - SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Subelemento	1602.15810312.061	
	4310.00	
	4311.00 (51).....	Cr\$ 35.000.000,00

Art. 29. Por conta do recurso a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados, no orçamento abaixo discriminado, o seguinte projeto e elemento de despesa:

Projeto	4600 - SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Elemento	4602 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE	
	4602.15814871.113	
	4130.00 (51).....	Cr\$ 35.000.000,00

Art. 39. Face ao que dispõe o artigo anterior, fica alterado o seguinte Plano de Aplicação:

Projeto	4600 - SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Elemento	4602 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE	
	4602.15814871.113 - Construção de Centros Sociais Urbanos	
	4000.00	DESPESAS DE CAPITAL
	4100.00	INVESTIMENTOS
	4130.00	Investimentos em Regime de Execução Especial
	4130.44 (51)	Transferências de Capital
		Intragovernamentais ..... Cr\$ 35.000.000,00

Art. 49. Em decorrência da alteração de Plano de Aplicação procedida pelo artigo anterior, fica suplementado no orçamento e projeto abaixo discriminados, o seguinte elemento de despesa:

Projeto	5400 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Elemento	5401 - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES	
	5401.15814871.253	
	4110.00 (51).....	Cr\$ 35.000.000,00

Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.070, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar e cria item orçamentário.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com os artigos 89 e 90, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00562, de 15 de maio de 1981.

## D E C R E T A :

Art. 19. Ficam suplementados, na importância de Cr\$ 2.286.459,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove cruzeiros), por conta da Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401 - 9000.00, do orçamento do Estado, a atividade, elemento, subelemento de despesa abaixo discriminado:

Atividade	1600 - SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL	
Elemento	1602 - SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Subelemento	1602.15810312.060	
	3210.00	
	3211.00 (00).....	Cr\$ 2.286.459,00

Art. 29. Por conta do recurso a que se refere o artigo anterior, fica criado, no orçamento e atividade abaixo discriminados, o seguinte item orçamentário:

Atividade	4600 - SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
Elemento	4601 - FUNDAÇÃO CATARINENSE DO BEM-ESTAR DO MENOR	
Item	4601.15814832.175	
	4120.00	
	4120.04 (00).....	Cr\$ 2.286.459,00

Art. 39. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

DECRETO Nº 14.071, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 4º, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00478, de 15 de maio de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados na importância de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), por conta do superavit financeiro (Balanço da Secretaria dos Negócios do Oeste - Exercício de 1980), a atividade, elemento, subelemento de despesa e item orçamentário abaixo discriminados:

	5500	SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE	
		-ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
	5501	SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE	
Atividade	5501.03070212.204		
Elemento	3130.00		
Subelemento	3132.00		
Item	3132.03 (40).....	Cr\$ 1.000.000,00	

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de abril de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato

X X X

DECRETO Nº 14.072, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 4º, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00499, de 05 de maio de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados, na importância de Cr\$ 1.650.000,00 (um milhão, seiscentos e cinquenta mil cruzeiros), por conta do superavit financeiro (Balanço da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - Exercício de 1980), a atividade, elemento, subelemento de despesa e item orçamentários abaixo discriminados:

	4600	SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL -	
		ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
	4602	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO	
		DE COMUNIDADE	
Atividade	4602.15814872.240		
Elemento	3120.00		
Item	3120.02 (40).....	Cr\$ 800.000,00	
Elemento	3130.00		
Subelemento	3132.00		
Item	3132.03 (40).....	Cr\$ 100.000,00	
Item	3132.04 (40).....	Cr\$ 450.000,00	
Elemento	4120.00		
Item	4120.03 (40).....	Cr\$ 300.000,00	

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato

X X X

DECRETO Nº 14.073, de 26 de maio de 1981

Transfere saldo parcial  
de dotação orçamentária.

O Governador do Estado de Santa Catarina usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 10, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de

1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 0538, de 12 de maio de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica transferida para a Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do orçamento do Estado, a importância de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), atribuída ao orçamento abaixo discriminado:

	2000	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	
		2001	GABINETE DO SECRETÁRIO
Projeto	2001.11633551.035		
Elemento	3130.00		
Subelemento	3132.00		
Item	3132.13 (00).....	Cr\$500.000,00	

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato

X X X

DECRETO Nº 14.074, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com os artigos 8º e 9º, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 0538 de 12 de maio de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados, na importância de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), por conta da Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do orçamento do Estado, a atividade, elementos, subelementos de despesa e itens orçamentários abaixo discriminados:

	2000	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	
		2001	GABINETE DO SECRETÁRIO
Atividade	2001.11070202.096		
Elemento	3110.00		
Subelemento	3111.00		
Item	3111.05 (00).....	Cr\$200.000,00	
Elemento	3130.00		
Subelemento	3132.00		
Item	3132.10 (00).....	Cr\$300.000,00	

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato

X X X

DECRETO Nº 14.075, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 4º, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00526, de 11 de maio de 1981,

D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados na importância de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), por conta do superavit financeiro (Balanço da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - exercício de 1980), a atividade, elementos, subelemento de despesa e itens orçamentários abaixo discriminados:

	5000	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	
		-ENTIDADES SUPERVISIONADAS	
	5001	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Atividade	5001.11663762.197		
Elemento	3130.00		
Subelemento	3132.00		
Item	3132.04 (40).....	Cr\$ 300.000,00	
Elemento	4120.00		
Item	4120.05 (40).....	Cr\$ 50.000,00	

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato



DECRETO Nº 14.076, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar e  
cria item orçamentário.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 49, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00509, de 07 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica criado, na importância de Cr\$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento e setenta mil cruzeiros), por conta do superávit financeiro (Balanco da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade - Exercício de 1980), na atividade e elemento de despesa abaixo discriminados, o seguinte item orçamentário:

4600 SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL  
- ENTIDADES SUPERVISIONADAS  
4602 FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO  
DE COMUNIDADE

Atividade 4602.15814872.182  
Elemento 4120.00  
Item 4120.04 (40) ..... Cr\$ 2.170.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato

X X X

DECRETO Nº 14.077, de 26 de maio de 1981

Transfere saldo parcial de dotação orçamentária.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com o artigo 10, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00529, de 11 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica transferida para a Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do Orçamento do Estado, a importância de Cr\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil cruzeiros), atribuída ao Orçamento abaixo discriminado:

2100 SECRETARIA DA JUSTIÇA  
2101 GABINETE DO SECRETÁRIO  
Atividade 2101.02040152.101  
Elemento 4130.00 (00) ..... Cr\$ 700.000,00  
Atividade 2101.02040211.219  
Elemento 4310.00  
Subelemento 4311.00 (00) ..... Cr\$ 370.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato

X X X

DECRETO Nº 14.078, de 26 de maio de 1981

Abre crédito suplementar.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, combinado com os artigos 89 e 99, da Lei nº 5.803, de 04 de novembro de 1980, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00529, de 11 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Ficam suplementados, na importância de Cr\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil cruzeiros), por conta da Reserva de Contingência, código 3901.99999992.401-9000.00, do Orçamento do Estado, a atividade, elemento, subelementos de despesa e itens orçamentários abaixo discriminados:

2100 SECRETARIA DA JUSTIÇA  
2101 GABINETE DO SECRETÁRIO  
Atividade 2101.02070202.106  
Elemento 3120.00  
Item 3120.01 (00) ..... Cr\$ 120.000,00  
Elemento 3130.00  
Subelemento 3131.00 (00) ..... Cr\$ 100.000,00  
Subelemento 3132.00  
Item 3132.02 (00) ..... Cr\$ 50.000,00  
Item 3132.03 (00) ..... Cr\$ 500.000,00  
Item 3132.04 (00) ..... Cr\$ 300.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Ivan Oreste Bonato  
Paulo Gouvêa da Costa

X X X

DECRETO Nº 14.079, de 26 de maio de 1981

Fixa diárias de alimentação  
de presos.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que consta do processo GAPLAN nº 00530, de 11 de maio de 1981,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Fica fixada em Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), a diária concedida para alimentação de presos recolhidos às Cadeias Públicas e Manicômio Judiciário.

Parágrafo Único. As diárias de que trata o presente artigo são destinadas à indenização aos Encarregados de Carceragem, Fornece-dores Autônomos ou Entidades Públicas da Administração Direta ou Indireta.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Ivan Oreste Bonato  
Neudy Primo Massoloni

X X X

DECRETO Nº 14.080, de 23 de maio de 1981

Dispõe sobre a Classificação dos Cargos e Empregos do Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, e das outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, itens I e III, da Constituição do Estado, e no disposto no artigo 67, da Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, alterada pela Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979,

## D E C R E T A :

Art. 1º. Os cargos e empregos da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, Autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes e Obras, são classificados nos seguintes grupos:

## DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

I - Direção e Assessoramento Superior - DAS

## DE EMPREGO PERMANENTE

- II - Atividades de Nível Superior - ANS
- III - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM
- IV - Serviços Auxiliares - SA
- V - Transporte - TOP
- VI - Atividades de Operação e Manutenção - AOM
- VII - Marítimos - MA

Art. 2º. As funções de Direção, Chefia e Assistência de níveis intermediários são classificadas no Grupo: Direção e Assistência Intermediária - DAI.

Art. 39. As Categorias Funcionais que compõem os Grupos: A atividades de Nível Superior - ANS, Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM, Serviços Auxiliares - SA, Transporte Oficial e Portaria - TOP, Atividades de Operação e Manutenção - AOM e Marítimos - MA, são divididas em classes e estas em empregos.

Art. 49. Para efeito da classificação de que trata este decreto, considera-se:

I - Cargo: a soma de atribuições a serem exercidas pelo ocupante de cargo de provimento em comissão;

II - Emprego: a soma de atribuições cometidas a servidor em virtude de relação empregatícia de natureza contratual;

III - Classe: o conjunto de empregos da mesma natureza funcional e do mesmo grau de responsabilidade;

IV - Categoria Funcional: o conjunto de atividades desdobráveis em classes identificadas pela natureza e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

V - Grupo: o conjunto de Categorias Funcionais segundo a correlação e afinidades entre as atividades de cada uma, a natureza do trabalho ou grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições.

Art. 59. Cada Grupo, abrangendo várias atividades, compreende:

I - Direção e Assessoramento Superior - DAS: os cargos de Direção e Assessoramento Superior cujo provimento, em comissão, é regido pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de planejamento, orientação, coordenação e controle no mais alto nível da hierarquia funcional dos órgãos que integram a estrutura organizacional da Autarquia;

II - Atividades de Nível Superior - ANS: os empregos de natureza contratual, a que sejam inerentes as atividades compreendidas nas áreas de ciência e tecnologia e de ciências humanas e sociais indispensáveis ao pleno funcionamento dos diversos órgãos que integram a estrutura organizacional da Autarquia, para cujo desempenho é exigido diploma de nível superior de ensino ou habilitação equivalente;

III - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM: os empregos de natureza contratual, a que sejam inerentes as atividades técnico-profissionais, para cujo desempenho é exigido certificado de curso de 29 grau, ou habilitação legal equivalente, em função da categoria funcional;

IV - Serviços Auxiliares - SA: os empregos de natureza contratual, a que sejam inerentes as atividades de apoio administrativo em geral, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão de curso primário (4ª série do 19 grau), com atestado de matrícula em curso ginásial (5ª série e 8ª série do 19 grau), ou certificado de conclusão de curso de 19 grau, em função da categoria funcional;

V - Transporte Oficial e Portaria - TOP: os empregos de natureza contratual, a que sejam inerentes as atividades de conservação de instalações e bens, controle de entrada e saída de materiais e pessoas, estabelecimento dos primeiros contatos com o público, para prestação de informações, recebimento, circulação interna e expedição de correspondências, documentos e mensagens oficiais, transporte de passageiros e cargas em elevadores ou veículos motorizados, vigilância e segurança na área portuária, para cujo desempenho é exigido prova de conclusão da 4ª série do 19 grau, ou habilitação legal equivalente;

VI - Atividades de Operação e Manutenção - AOM: os empregos de natureza contratual, a que sejam inerentes as atividades de conservação de instalações e bens, operação de equipamentos, transportes de cargas em guindastes, máquinas, elevadores ou veículos motorizados, para cujo desempenho é exigido certificado de conclusão da 4ª série do 19 grau (curso primário), ou habilitação legal equivalente;

VII - Marítimos - MA: os empregos de natureza contratual, cujas atividades são exercidas a bordo de um embarcação, para cujo desempenho é exigido carteira expedida pela Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha;

VIII - Direção e Assistência Intermediária - DAI: as funções de direção, chefia e assistência intermediária, cuja designação, privativa de servidor do Quadro de Pessoal da Autarquia, é regida pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de orientação, coordenação e controle a nível intermediário dos órgãos que integram a estrutura organizacional da Autarquia.

Parágrafo Único. Os ocupantes de cargos e empregos dos respectivos grupos, deverão possuir comprovada experiência e desempenho profissional na área portuária.

Art. 79. Fica extinto o atual Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS.

Art. 89. Os ocupantes de empregos do Quadro Permanente de Pessoal da APSFS serão enquadrados por aproveitamento, nas diversas categorias funcionais, instituídas por este Decreto, obedecendo o critério do menor para o maior nível, desde que haja vaga, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

I - de menor salário;

II - de menor tempo de serviço prestado à Autarquia da APSFS;

III - de menor tempo de serviço prestado à administração pública;

IV - de menor tempo de serviço em geral.

Parágrafo Único. Os servidores com tempo de serviço inferior a um (01) ano, a contar da data da publicação deste decreto, serão enquadrados por aproveitamento nas iniciais das Categorias Funcionais respectivas.

Art. 99. Concluído o enquadramento por aproveitamento de que trata o artigo anterior, as formas de admissão, bem como a progressão funcional, obedecerão ao que dispuser o Regulamento de Pessoal a ser baixado por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Preenchidos os quantitativos limites a que se refere o Anexo XI, as vagas existentes nas diversas Categorias Funcionais do Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, somente serão providas mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. O funcionário ou servidor incluído no Plano de Classificação de Cargos e Empregos, ora instituído, fica sujeito a 44 (quarenta e quatro) ou 48 (quarenta e oito) horas semanais de trabalho, em função do regime jurídico a que estiver vinculado.

Art. 11. Ficam criados os Grupos: Direção e Assessoramento Superior - DAS; Atividades de Nível Superior - ANS; Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM; Serviços Auxiliares - SA; Transporte Oficial e Portaria - TOP; Atividades de Operação e Manutenção - AOM; Marítimos - MA e Direção e Assistência Intermediária - DAI, integrantes do Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, com as Categorias Funcionais, Classes, Cargos, Empregos e limites de provimentos constantes dos Anexos I a XVIII.

Art. 12. As vantagens financeiras decorrentes da Classificação de Cargos e Empregos de que trata este decreto, vigoram a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado dos atos de enquadramento por aproveitamento.

Art. 13. Compete ao Governador do Estado nomear os ocupantes dos cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS.

Art. 14. Ao Superintendente da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, cabe expedir os atos complementares necessários à plena execução do presente decreto.

Art. 15. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 1981.

Art. 16. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Florianópolis, 28 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Antônio Henrique Bulcão Vianna  
Esperidião Amin Helou Filho

#### ANEXO I

(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

CÓDIGO: DAS

CATEGORIAS	
NÍVEL	DIREÇÃO SUPERIOR
1	Chefe de Gabinete
2	Chefe da Assessoria Jurídica
2	Chefe da Assessoria de Planejamento
3	Superintendente Adjunto de Apoio Administrativo
3	Superintendente Adjunto de Engenharia e Operações
4	Superintendente



## ANEXO II

(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: ANS

CATEGORIAS FUNCIONAIS			
NÍVEL	ADVOGADO	ENGENHEIRO	ECONOMISTA
1	Advogado A	Engenheiro A	Economista A
2	Advogado B	Engenheiro B	Economista B
3	Advogado C	Engenheiro C	Economista C
4	Advogado D	Engenheiro D	Economista D
5	Advogado E	Engenheiro E	Economista E

## ANEXO IV

(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO: SA

## CATEGORIAS FUNCIONAIS

NÍVEL	AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR	DATILÓGRAFO	AGENTE ADMINISTRATIVO	CONTROLADOR DE CARGA
1	Agente Administrativo Auxiliar -A			
2	Agente Administrativo Auxiliar -B			
3	Agente Administrativo Auxiliar -C			
4	Agente Administrativo Auxiliar -D	Datilógrafo -A		
5	Agente Administrativo Auxiliar -E	Datilógrafo -B		
6		Datilógrafo -C	Agente Administrativo -A	Controlador de Carga -A
7		Datilógrafo -D	Agente Administrativo -B	Controlador de Carga -B
8		Datilógrafo -E	Agente Administrativo -C	Controlador de Carga -C
9			Agente Administrativo -D	Controlador de Carga -D
10			Agente Administrativo -E	Controlador de Carga -E

## ANEXO III

(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: ATM

## CATEGORIAS FUNCIONAIS

NÍVEL	AUXILIAR DE TOPOGRAFO	DESENHISTA	INSPECTOR SEG. DO TRABALHO	TOPOGRAFO	ASSISTENTE TÉCN. ADMINISTRATIVO	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
1	Aux. Topógrafo-A					
2	Aux. Topógrafo-B					
3	Aux. Topógrafo-C					
4	Aux. Topógrafo-D	Desenhista-A				
5	Aux. Topógrafo-E	Desenhista-B				
6		Desenhista-C	Inspetor Seg. do Trabalho -A	Topógrafo-A	Assistente Téc. Administrativo -A	Técnico em Contabilidade -A
7		Desenhista-D	Inspetor Seg. do Trabalho -B	Topógrafo-B	Assistente Téc. Administrativo -B	Técnico em Contabilidade -B
8		Desenhista-E	Inspetor Seg. do Trabalho -C	Topógrafo-C	Assistente Téc. Administrativo -C	Técnico em Contabilidade -C
9			Inspetor Seg. do Trabalho -D	Topógrafo-D	Assistente Téc. Administrativo -D	Técnico em Contabilidade -D
10			Inspetor Seg. do Trabalho -E	Topógrafo-E	Assistente Téc. Administrativo -E	Técnico em Contabilidade -E

## ANEXO V

(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)

GRUPO: TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA

CÓDIGO: TOP

## CATEGORIAS FUNCIONAIS

NÍVEL	AGENTE DE PORTARIA	GUARDA PORTUÁRIO	MOTORISTA OFICIAL
1	Agente de Portaria-A		
2	Agente de Portaria-B		
3	Agente de Portaria-C		
4	Agente de Portaria-D		
5	Agente de Portaria-E		
6		Guarda Portuário-A	Motorista Oficial-A
7		Guarda Portuário-B	Motorista Oficial-B
8		Guarda Portuário-C	Motorista Oficial-C
9		Guarda Portuário-D	Motorista Oficial-D
10		Guarda Portuário-E	Motorista Oficial-E

ANEXO VI  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO  
CÓDIGO: NOM

CATEGORIAS FUNCIONAIS									
NÍVEL	MANOBEIRO	ARTÍFICE	OPERADOR I	MECÂNICO	ELETRICISTA	TORREIRO MECÂNICO	SOLDADOR	FEITOR PORTUÁRIO	MAQUINISTA DE LOCOMOTIVA
1	Manobreiro-A								
2	Manobreiro-B								
3	Manobreiro-C								
4	Manobreiro-D	Artífices-A	Operador I-A						
5	Manobreiro-E	Artífices-B	Operador I-B						
6		Artífices-C	Operador I-C	Mecânico-A	Eletricista-A	Torreiro Mecânico-A	Soldador-A	Feitor Portuário-A	Maquinista de Locomotiva -A
7		Artífices-D		Mecânico-B	Eletricista-B	Torreiro Mecânico-B	Soldador-B	Feitor Portuário-B	Maquinista de Locomotiva -B
8		Artífices-E		Mecânico-C	Eletricista-C	Torreiro Mecânico-C	Soldador-C	Feitor Portuário-C	Maquinista de Locomotiva -C
9				Mecânico-D	Eletricista-D	Torreiro Mecânico-D	Soldador-D	Feitor Portuário-D	Maquinista de Locomotiva -D
10				Mecânico-E	Eletricista-E	Torreiro Mecânico-E	Soldador-E	Feitor Portuário-E	Maquinista de Locomotiva -E

ANEXO VIII  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA  
CÓDIGO: DAI

CATEGORIAS	
NÍVEL	DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIA
1	Secretária do Gabinete
2	Motorista da Superintendência
2	Fiel Ajudante de Armazém
2	Encarregado de Transporte Marítimo
2	Sub-Comandante da Divisão da Guarda Portuária
2	Secretária da Superintendência Adjunta
3	Fiel de Armazém
3	Supervisor de Operações
3	Chefe de Serviço
3	Encarregado de Segurança do Trabalho
4	Diretor de Unidade
4	Chefe de Divisão
4	Comandante da Divisão da Guarda Portuária

ANEXO VII  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: MARÍTIMOS  
CÓDIGO: MA

CATEGORIAS FUNCIONAIS			
NÍVEL	ARRAIS	CONDUCTOR MOTORISTA	MARINHEIRO
1			Moço -A
2			Moço -B
3			Moço -C
4			Moço -D
5	Arrais -A	2º Conductor Motorista -A	Marinheiro -A
6	Arrais -B	2º Conductor Motorista -B	Marinheiro -B
	Arrais -C	2º Conductor Motorista -C	Marinheiro -C
	Arrais -D	2º Conductor Motorista -D	Marinheiro -D

ANEXO IX  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR  
CÓDIGO: DAS

CATEGORIA	NÍVEL	QUANTIDADE
Chefe de Gabinete	DAS - 1	01
Chefe da Assessoria Jurídica	DAS - 2	01
Chefe da Assessoria de Planejamento	DAS - 2	01
Superintendente Adjunto de Apoio Administrativo	DAS - 3	01
Superintendente Adjunto de Engenharia e Operações	DAS - 3	01
Superintendente	DAS - 4	01
TOTAL		06



ANEXO X  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
QUADRO PERMANENTE

GRUPOS	CLASSES					TOTAL	
	A	B	C	D	E	PARCIAL	TOTAL
<b>ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR</b>							
Advogado	1	1	1	1	-	4	
Engenheiro	1	1	1	1	-	4	
Economista	1	1	1	1	-	4	12
<b>ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO</b>							
Auxiliar Topógrafo	1	1	-	-	-	2	
Desenhista	1	1	1	1	-	4	
Inspeção de Segurança do Trabalho	1	1	1	1	-	4	
Topógrafo	1	1	-	-	-	2	
Assistente Técnico Administrativo	11	6	4	2	2	25	
Técnico em Contabilidade	1	1	1	1	2	6	43
<b>SERVIÇOS AUXILIARES</b>							
Agente Administrativo Auxiliar	2	1	1	1	-	5	
Datilógrafo	1	1	-	-	-	2	
Agente Administrativo	5	4	1	1	1	12	
Controlador de Carga	20	10	4	3	2	39	58
<b>TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA</b>							
Agente de Portaria	18	12	9	5	5	49	
Guarda Portuário	16	4	3	2	1	26	
Motorista Oficial	1	1	1	1	1	5	60
<b>ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO</b>							
Manobreiro	2	2	2	2	2	10	
Artífice	2	2	2	2	2	10	
Operador I	8	3	2	-	-	13	
Mecânico	5	3	3	3	3	17	
Eletricista	3	3	3	3	3	15	
Torneiro Mecânico	1	1	1	1	1	5	
Soldador	1	1	1	1	1	5	
Feltor Portuário	1	1	1	1	1	5	
Maquinista de Locomotiva	2	2	2	2	2	10	
Operador II	7	4	3	2	-	16	106
<b>MARÍTIMOS</b>							
Arrais	2	1	1	1	-	5	
2º Condutor Motorista	2	1	1	1	-	5	
Marinheiro	2	1	1	-	-	4	
Moco	2	1	1	-	-	4	19
<b>TOTAL</b>							<b>299</b>

ANEXO XI  
QUANTITATIVO DE LIMITE DE PROVIMENTO  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)

GRUPOS	QUANTITATIVO	
	PARCIAL	GERAL
<b>ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR</b>		
Advogado	01	
Engenheiro	02	
Economista	02	05
<b>ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO</b>		
Auxiliar de Topógrafo	01	
Desenhista	01	
Inspeção de Segurança do Trabalho	01	
Topógrafo	01	
Assistente Técnico Administrativo	15	
Técnico em Contabilidade	02	20
<b>SERVIÇOS AUXILIARES</b>		
Agente Administrativo Auxiliar	03	
Datilógrafo	02	
Agente Administrativo	10	
Controlador de Carga	28	43
<b>TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA</b>		
Agente de Portaria	32	
Guarda Portuário	20	
Motorista Oficial	01	53
<b>ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO</b>		
Manobreiro	04	
Artífice	04	
Operador I	13	
Mecânico	05	
Eletricista	03	
Torneiro Mecânico	01	
Soldador	01	
Feltor Portuário	01	
Maquinista de Locomotiva	03	
Operador II	07	40
<b>MARÍTIMOS</b>		
Arrais	02	
2º Condutor Motorista	02	
Marinheiro	02	
Moco	02	08
<b>TOTAL</b>		<b>170</b>

ANEXO XII  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: DIREÇÃO E APOIO INTERMEDIÁRIO  
CÓDIGO: DAI

CATEGORIA	NÍVEL	QUANTIDADE
Secretária do Gabinete	1	02
Motorista da Superintendência	2	01
Fiel Ajudante de Armazém	2	03
Encarregado de Transporte Marítimo	2	02
Sub-Comandante da Divisão da Guarda Portuária	2	01
Secretária da Superintendência Adjunta	2	02
Fiel de Armazém	3	03
Supervisor de Operações	3	04
Chefe de Serviço	3	12
Encarregado de Segurança do Trabalho	3	01
Diretor de Unidade	4	03
Chefe de Divisão	4	02
Comandante da Divisão da Guarda Portuária	4	01
<b>TOTAL</b>		<b>37</b>

ANEXO XIII  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO I - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Advogado	A-B-C-D-E	Portador de Diploma de Bacharel em Direito, com registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC, com experiência comprovada em assuntos portuários.
Economista	A-B-C-D-E	Portador de Diploma de Bacharel em Economia, com registro no Conselho Regional de Economia - CRE, com experiência comprovada em trabalhos portuários.
Engenheiro	A-B-C-D-E	Portador de Diploma de Engenheiro ou Arquiteto, com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, e com experiência comprovada em trabalhos portuários.

ANEXO XIV  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO II - ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Auxiliar Topógrafo	A-B-C-D-E	Portador de habilitação de Auxiliar de topógrafo, ou equivalente (2º grau).
Desenhista	A-B-C-D-E	Portador de certificado de habilitação de desenhista ou equivalente.
Inspeção de Segurança do Trabalho	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso a nível de 2º grau, e curso de formação de Inspetor de Segurança do Trabalho.
Topógrafo	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso técnico de Agrimensura, a nível de 2º grau e registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.
Assistente Técnico Administrativo	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de 2º grau, com experiência em atividades Técnico-Administrativas.
Técnico em Contabilidade	A-B-C-D-E	Portador de certificado de Técnico em Contabilidade ou habilitação legal equivalente, com registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

ANEXO XV  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Agente Administrativo Auxiliar	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso primário (4ª série do 1º grau) com atestado de matrícula em curso ginasial (5ª série do 1º grau).
Datilógrafo	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão do curso de 1º grau e do curso de datilografia.
Agente Administrativo	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso de 2º grau e treinamento na área de apoio administrativo.
Controlador de Carga	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso de 1º grau com treinamento específico na área de atuação.

ANEXO XVI  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Agente de Portaria	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão da 4ª série do 1º grau.
Guarda Portuário	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão do 1º grau, com treinamento específico na área de atuação.
Motorista Oficial	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão da 4ª série do 1º grau, portador de Carteira Nacional de Habilitação Profissional.

ANEXO XVII  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Manobreiro	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso primário (4ª série do 1º grau).
Artífice	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso primário e experiência anterior no mínimo de dois (02) anos.
Operador I	A-B-C	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com curso de treinamento na área e/ou experiência anterior, com Carteira de Habilitação - Categoria "C".
Mecânico	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com curso na atividade profissional específica e/ou experiência anterior.
Eletricista	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com curso na atividade profissional específica e/ou experiência anterior.
Torneiro Mecânico	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com curso na atividade profissional específica e/ou experiência anterior.
Soldador	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com curso na atividade profissional específica e/ou experiência anterior.
Feltor Portuário	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com curso de treinamento na área e/ou experiência anterior.
Maquinista de Locomotiva	A-B-C-D-E	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com curso de treinamento na área e/ou experiência anterior.
Operador II	A-B-C-D	Portador de certificado de conclusão de curso à nível de 1º grau, com experiência anterior em operação de máquinas carregadeiras de no mínimo 02 (dois) anos, com Carteira Nacional de Habilitação - Categoria "C".

ANEXO XVIII  
(Decreto nº 14.080, de 28.05.81)  
GRUPO: MARÍTIMOS

CATEGORIAS FUNCIONAIS	CLASSES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Artéis	A-B-C-D	Portador da Carteira de Habilitação expedida pela Diretoria de Portos e Costa do Ministério da Marinha.
2º Condutor Motorista	A-B-C-D	Portador da Carteira de Habilitação expedida pela Diretoria de Portos e Costa do Ministério da Marinha.
Marinheiro	A-B-C-D	Portador da Carteira de Habilitação expedida pela Diretoria de Portos e Costa do Ministério da Marinha.
Moço	A-B-C-D	Portador da Carteira de Habilitação expedida pela Diretoria de Portos e Costa do Ministério da Marinha.

— X X X —

DECRETO Nº 14.081, de 28 de maio de 1981

Fixa os valores de vencimento dos cargos de provimento em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, do Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, itens I e III, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e do disposto no artigo 67, da Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1.979,

#### DECRETA:

Art. 1º. Aos níveis de classificação dos cargos de provimento em comissão, integrantes do Grupo de Direção e Assessoramento Superior, Código DAS, do Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes e Obras, estruturada nos termos do Decreto nº 13.956, de 12 de maio de 1981, corresponde a seguinte escala de vencimento:

#### I - GRUPO: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

Níveis	Vencimento mensal Cr\$
DAS - 1 .....	61.800,00
DAS - 2 .....	72.100,00
DAS - 3 .....	77.252,00
DAS - 4 .....	88.066,00

Art. 2º. A partir da publicação dos atos de provimento dos cargos que integram o Grupo: Direção e Assessoramento Superior - DAS, a que se refere este Decreto, cessará para os respectivos ocupantes, imediatamente, o pagamento de vantagens, bem como

qualquer outra retribuição pelo desempenho de encargos de Direção e Assessoramento Superior, ressalvados apenas a gratificação adicional por tempo de serviço e o salário-família, quando devidos.

Art. 3º. Os valores de vencimento fixados neste Decreto vigorarão a partir da data da publicação dos atos de nomeação de seus respectivos ocupantes.

Art. 4º. O funcionário ou servidor nomeado para o cargo de provimento em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, de que trata este Decreto, perderá, durante o período em que exercer, o vencimento do cargo ou salário, bem como qualquer outra vantagem acessória, porventura percebida, ressalvados o salário-família e a gratificação adicional por tempo de serviço, quando devidos.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão atendidas pelos recursos financeiros e orçamentários da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, e os da Secretaria dos Transportes e Obras.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 1981.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 28 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Antônio Henrique Bulcão Vianna  
Esperidião Amin Helou Filho

— X X X —

DECRETO Nº 14.082, de 28 de maio de 1981

Fixa os valores de salários de empregos permanentes dos Grupos: Atividades de Nível Superior - ANS; Atividades de Nível Médio - ATM; Serviços Auxiliares - SA; Transporte Oficial e Portaria - TOP; Atividades de Operação e Manutenção - AOM; Marítimos - MA, e da gratificação de função do Grupo: Direção e Assistência Intermediária - DAI, do Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, e dá outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, itens I e III, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e do disposto no artigo 67, da Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979,

#### D E C R E T A:

Art. 1º. Aos níveis de Classificação dos Empregos integrantes dos Grupos: Atividades de Nível Superior - ANS; Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM; Serviços Auxiliares - SA; Transporte Oficial e Portaria - TOP; Atividades de Operação e Manutenção - AOM; Marítimos - MA, e das funções do Grupo: Direção e Assistência Intermediária - DAI, do Quadro de Pessoal da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes e Obras, estruturada, nos termos do Decreto 13.956, de 12 de maio de 1981, correspondem os seguintes valores de salários e gratificações.

#### I - GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEIS	SALÁRIO MENSAL Cr\$
ANS - 1 .....	40.173,00
ANS - 2 .....	44.805,00
ANS - 3 .....	49.957,00
ANS - 4 .....	55.620,00
ANS - 5 .....	62.316,00

#### II - GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO CÓDIGO: ATM

NÍVEL	SALÁRIO MENSAL Cr\$
ATM - 1 .....	7.727,00
ATM - 2 .....	9.016,00
ATM - 3 .....	10.565,00
ATM - 4 .....	12.364,00
ATM - 5 .....	14.423,00
ATM - 6 .....	16.743,00
ATM - 7 .....	19.575,00
ATM - 8 .....	22.663,00
ATM - 9 .....	26.508,00
ATM - 10 .....	30.901,00



III - GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES  
CÓDIGO: SA

NÍVEL	SALÁRIO MENSAL	Cr\$
SA - 1	6.000,00	
SA - 2	6.591,00	
SA - 3	7.191,00	
SA - 4	8.624,00	
SA - 5	10.352,00	
SA - 6	12.421,00	
SA - 7	14.904,00	
SA - 8	17.887,00	
SA - 9	21.463,00	
SA - 10	25.752,00	

VI - GRUPO: TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA  
CÓDIGO: TOP

NÍVEL	SALÁRIO MENSAL	Cr\$
TOP - 1	6.000,00	
TOP - 2	6.591,00	
TOP - 3	7.122,00	
TOP - 4	8.546,00	
TOP - 5	9.562,00	
TOP - 6	10.712,00	
TOP - 7	11.676,00	
TOP - 8	12.726,00	
TOP - 9	13.872,00	
TOP - 10	15.036,00	

V - GRUPO: ATIVIDADES DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO  
CÓDIGO: AOM

NÍVEIS	SALÁRIO MENSAL	Cr\$
AOM - 1	6.000,00	
AOM - 2	6.591,00	
AOM - 3	7.191,00	
AOM - 4	8.624,00	
AOM - 5	10.352,00	
AOM - 6	12.421,00	
AOM - 7	14.904,00	
AOM - 8	17.887,00	
AOM - 9	21.463,00	
AOM - 10	25.752,00	

VI - GRUPO: MARÍTIMO  
CÓDIGO: MA

NÍVEIS	SALÁRIO MENSAL	Cr\$
MA - 1	10.565,00	
MA - 2	12.364,00	
MA - 3	14.423,00	
MA - 4	16.743,00	
MA - 5	19.575,00	
MA - 6	22.663,00	

VII - GRUPO: DIREÇÃO E APOSSORAMENTO INTERMEDIÁRIO  
CÓDIGO: DAI

NÍVEIS	SALÁRIO MENSAL	Cr\$
DAI - 1	7.727,00	
DAI - 2	10.303,00	
DAI - 3	12.879,00	
DAI - 4	15.453,00	

Art. 29. A cada 5 (cinco) anos de serviços prestados ao Estado de Santa Catarina será pago um adicional correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o salário.

Art. 39. A partir da publicação dos atos de enquadramento por aproveitamento dos atuais empregados da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, nos empregos que integram os Grupos: Atividades de Nível Superior - ANS, Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM, Serviços Auxiliares - SA, Transporte Oficial e Portaria - TOP, Atividades de Operação e Manutenção - AOM e Marítimos - MA, a que se refere este Decreto, cessará para os respectivos ocupantes,

imediatamente, o pagamento de gratificações, bem como de qualquer outra retribuição que, a qualquer título, venha sendo por eles percebida.

Art. 49. Os salários e gratificações de função fixados neste Decreto vigorarão a partir da publicação dos atos de enquadramento por aproveitamento dos atuais empregados no novo sistema de classificação de cargos e empregos aprovado pelo Decreto nº 14.080, de 28 de maio de 1981.

Art. 59. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão atendidas pelos recursos financeiros e orçamentários da Administração do Porto de São Francisco do Sul e os da Secretariados Transportes e Obras.

Art. 69. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 1981.

Art. 79. Revogar-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 28 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Paulo Gouvêa da Costa  
Antônio Henrique Bulcão Vianna  
Esperidião Amin Helou Filho

XXX

DECRETO Nº 14.083, de 28 de maio de 1981

Aprova o Termo de Convênio nº 073/81, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e Obras, com a intervenção da FEAR, e a Prefeitura Municipal de Imbituba.

O Governador do Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 93, itens I e III, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 19. Fica aprovado o Termo de Convênio nº 073/81, que a este acompanha, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e Obras, com intervenção do Fundo Estadual de Assistência Rodoviária - FEAR, e a Prefeitura Municipal de Imbituba, visando à execução dos serviços de calçamento, a paralelepípedos, da Avenida Brasil, numa área aproximada de 13.450,00 m<sup>2</sup>.

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 28 de maio de 1981

JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Esperidião Amin Helou Filho

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

STO/FEAR Nº 073 /81

Convênio que entre si fazem a Secretaria dos Transportes e Obras e a Prefeitura Municipal de Imbituba.

I - PREÂMBULO: PARTES, FUNDAMENTO LEGAL, LOCAL E DATA:

1) PARTES: A Secretaria dos Transportes e Obras, neste convênio simplesmente nomeada como SECRETARIA, representada por seu titular Doutor Esperidião Amin Helou Filho, e a Prefeitura Municipal de Imbituba, neste instrumento denominada como PREFEITURA, representada pelo seu Prefeito, Geraldo Luiz Francisco, e, como interveniente, o Fundo Estadual de Assistência Rodoviária, derivante designado pela sigla FEAR, representado pelo seu Administrador, Engº. Ricardo P. Saporiti.

2) FUNDAMENTO LEGAL: Este convênio resulta da Lei nº 4.981, de 7 de dezembro de 1973, modificada pelo art. 203 da Lei nº 5.229, de 30 de abril de 1975, com a nova redação dada pela Lei nº 5.516, de 28 de fevereiro de 1979, e lei municipal nº 641, de 26 de fevereiro de 1981.

3) LOCAL E DATA: Lavrado e assinado aos 13 dias do mês de maio do ano de 1981, na sede da Secretaria dos Transportes e Obras, sita no 8º andar do Edifício das Diretorias, Rua Tenente Silveira, em Florianópolis, Santa Catarina.

II - OBJETO: O presente convênio tem por objeto a execução pela Prefeitura, dos serviços de calçamento, a paralelepípedos, da Avenida Brasil, numa área aproximada de 13.450,00 m<sup>2</sup> (treze mil quatrocentos e cinquenta metros quadrados), conforme cronograma físico-financeiro transcrito no Anexo 1.

III - OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA: A SECRETARIA compromete-se a:

a) Participar, para a realização dos serviços compreendidos na cláusula segunda, com a importância de Cr\$1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros), a ser liberada em parcelas de acordo com o cumprimento das etapas constantes do cronograma físico-financeiro - transcrito no Anexo 1.

b) Exercer a fiscalização dos serviços através do Departamento de Estradas de Rodagem ou outro Órgão ou por Engenheiro designado.

IV - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA: A PREFEITURA compromete-se a:

a) Executar, sob sua exclusiva responsabilidade, os serviços de que trata a cláusula segunda e, no caso de adjudicação parcial ou total dos serviços a terceiros, esta deverá obedecer, no que concerne a licitações, às normas estabelecidas nos artigos 125 a 144 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e Decreto Federal nº 73.140, de 9 de novembro de 1973.

b) Solicitar à SECRETARIA a liberação dos recursos, através do FEAR, correspondente às etapas concluídas, a título de pagamento, de acordo com o cronograma físico-financeiro.

c) Proceder à contabilização regular dos recursos recebidos, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e disposições complementares.

d) Prestar contas das importâncias recebidas ao Tribunal de Contas do Estado, com obediência às formalidades preconizadas na Resolução TC.13.05.70/43, com a nova redação dada ao art. 29 pela Resolução TC.19.02.74/03 e disposições complementares.

e) Exonerar a SECRETARIA de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista.

f) Apresentar, após o primeiro recebimento, o slip ou documento que o substitua, que comprove o ingresso, como Receita da PREFEITURA, das parcelas recebidas do FEAR.

V - VALOR E DOTAÇÃO: O valor do presente convênio é de Cr\$ 1.000.000,00 (Um milhão de cruzeiros), correndo a despesa à conta do Orçamento da Secretaria dos Transportes e Obras para 1981, projeto 2401.16881812.132, elemento 4323.00(00) Transferências a Municípios; 1-Fundo Estadual de Assistência Rodoviária; 1.3-Execução do Programa de Desenvolvimento Urbano.

A despesas que exceder desse valor será atendida às expensas dos recursos próprios da PREFEITURA.

VI - RESCISÃO: A SECRETARIA e a PREFEITURA poderão, a qualquer tempo, denunciar o presente convênio se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, ou por mútuo acordo. Considerar-se-á, outrossim, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - EXAME E ANOTAÇÃO: Este convênio fica sujeito a exame e anotação no Tribunal de Contas do Estado.

E, por assim estarem acordados, assinam o presente convênio os representantes das partes convenientes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Florianópolis, 13 de maio de 1981

Esperidião Amin Helou Filho  
SECRETÁRIO

Geraldo Luiz Francisco  
PREFEITO

Engº. Ricardo P. Saporiti  
ADMINISTRADOR DO FEAR

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

STO/FEAR-Nº 073/81

PREFEITURA MUNICIPAL DE INBITURA  
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO - ANEXO 1

Etapas	Serviço	Prazo dias	Parcela Cr\$
1a.	Na conclusão dos serviços de pavimentação a paralelepípedos da Avenida Brasil, no trecho compreendido entre a Estaca O-PP e a Estaca 22, numa área aproximada de 4.400,00 m2....	45 dias	300.000,00
2a.	Na conclusão dos mesmos serviços, no prosseguimento da etapa anterior, entre as Estacas 22 e 44, numa área aproximada de..... 4.400,00 m2.....	45 dias	350.000,00

3a.	Na conclusão de mais 4.650,00 m2 de pavimentação da Avenida Brasil, no trecho entre as estacas 44 e 65+4,5m.....	50 dias	350.000,00
TOTAL.....		140 dias	1.000.000,00

Engº. Ricardo P. Saporiti  
ADMINISTRADOR DO F.E.A.R.

Geraldo Luiz Francisco  
PREFEITO MUNICIPAL

ATO No. 0974

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-042.701/81, resolve AUTORIZAR, VANDERLEI SOUZA, 1o. Tenente da Polícia Militar do Estado, a ausentar-se do País, em viagem à Inglaterra, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir de 30 de maio de 1981, a fim de gozar licença especial.

Florianópolis, 22 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna  
Ary Oliveira

ATO No. 0975

O GOVERNADOR DO ESTADO, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item VII, da Constituição do Estado e tendo em vista o que consta do ofício No. 030/81-JD, de 20 de maio de 1981, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, resolve PROMOVER, POR ANTIGUIDADE, de acordo com o artigo 195, da Lei No. 5.624, de 09 de novembro de 1979, o Doutor ANTÔNIO VERGILINO ROSA, 1o. Juiz Substituto da 9a. Circunscrição Judiciária, com Sede na Comarca de Timbó, ao cargo de Juiz de Direito da Comarca de Ponte Serrada, de 1a. entrância, vago em decorrência da promoção por antiguidade do Dr. Álvaro Antônio José Pille.

Florianópolis, 25 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Neudy Primo Massolini  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0976

O GOVERNADOR DO ESTADO, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item VII, da Constituição do Estado e tendo em vista o que consta do ofício No. 029/81-JD, de 20 de maio de 1981, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, resolve PROMOVER, POR MERECIMENTO, de acordo com o artigo 193, da Lei No. 5.624, de 09 de novembro de 1979, o Doutor JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS, Juiz de Direito da 1a. Vara da Comarca de Xanxerê, de 3a. entrância, ao cargo de Juiz de Direito da 1a. Vara da Comarca de Joaçaba, de 4a. entrância, vago em decorrência da remoção do Dr. José Maria Cassiano da Silva.

Florianópolis, 25 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Neudy Primo Massolini  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0978

O GOVERNADOR DO ESTADO, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item VII, da Constituição do Estado e tendo em vista o que consta do ofício No. 029/81-JD, de 20 de maio de 1981, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, resolve REMOVER, de acordo com o artigo 192, § 1o. da Lei No. 5.624, de 09 de novembro de 1979, o Doutor RUY PEDRO SCHNEIDER, Juiz de Direito da Comarca de Ibirama, de 2a. entrância, para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Palmitos, de igual entrância, vago em decorrência da remoção do Dr. Roberto Hartke Filho.

Florianópolis, 25 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Neudy Primo Massolini  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0979

O GOVERNADOR DO ESTADO, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 93, item III, da Constituição do Estado e tendo em vista o que consta do ofício No. 027/81-JP, de 11 de maio de 1981, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, resolve NOMEAR, de acordo com os artigos 52 e 53, da Lei No. 5.624, de 09 de novembro de 1979, DJALMA SILVA para exercer o cargo de Juiz de Paz do Distrito da Sede do Município de Herval d'Oeste, Comarca de Joaçaba, vago em decorrência da aposentadoria concedida a Antônio Amantino Paludo.

Florianópolis, 25 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Neudy Primo Massolini  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0982

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-041.882/81, resolve POR À DISPOSIÇÃO, de acordo com o artigo 158, item III, § 1o. da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, matrícula No. 104.132, ocupante do cargo da classe PF-21, da carreira de Engenheiro Civil (código 626), do Quadro Geral do Poder Executivo, lotado na Secretaria da Fazenda, pelo período de 02 (dois) anos, com ônus para a origem.

Florianópolis, 26 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna  
Ivan Oreste Bonato



ATO No. 0983

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-042.641/81, resolve AUTORIZAR, de acordo com os artigos 41, § 2º, e 94, § 1º, letra "a", da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, GERALDO BACH, matrícula No. 152.073, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Defesa Sanitária Animal (código 240), nível PE-DASU-3, do Grupo: Direção e Assessoramento Superior, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotado na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, a ausentar-se do País, a fim de frequentar o Curso de Treinamento em Pesquisa de Saúde Animal, a realizar-se no Japão, no período de 21 de maio a 20 de novembro de 1981.

Florianópolis, 26 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna  
Sérgio Martinho Nerbass

ATO No. 0984

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-041.609/81, resolve READAPTAR, de acordo com os artigos 58, item I, 59 e 60, da Lei No. 5.205, de 28 de novembro de 1975, na Categoria Funcional de Administrador Escolar II (código 503), nível PE-EAE-ANS-3, do Grupo: Especialista em Assuntos Educacionais, para ter exercício na 16a. Unidade de Coordenação Regional de Educação, com sede em Brusque, AMÉLIA DEBRASSI VISCONTI, matrícula No. 051.081, ocupante da Categoria Funcional de Professor III (código 770), nível PE-DOC-ANS-3, do Grupo Docente do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotada na mesma Unidade de Coordenação Regional, Secretaria da Educação.

Florianópolis, 26 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0987

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-038.080/80, resolve RETIFICAR o Ato No. 1.891, de 03 de outubro de 1977, publicado no Diário Oficial do Estado de 05 de outubro de 1977, que enquadrou por transposição OLÍRIO DE OLIVEIRA CRUZ, matrícula No. 011.983, na parte que se refere ao nível do cargo, que deverá ser: Agente Administrativo, código SA-10-E, do Grupo: Serviços Auxiliares, do Quadro Permanente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina e não como constou do referido Ato.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0988

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo No. 15.075/81/SE, resolve COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Educacional de Santa Catarina, de acordo com o artigo 41, § 2º, da Lei No. 4.425, de 16.02.70, combinado com o artigo 84, item III, da Lei No. 5.205, de 28.11.75, MARIA ALICE MOREIRA BAMPI (matrícula No. 160.129), ocupante do cargo de Orientador Educacional (686), Nível PE-EAE-ANS-3, lotada na 7a. Unidade de Coordenação Regional, sediada em Lages, até 31 de dezembro de 1981, sem ônus para a Secretaria da Educação.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0989

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo No. 15.075/81/SE, resolve COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Educacional de Santa Catarina, de acordo com o artigo 41, § 2º, da Lei No. 4.425, de 16.02.70, combinado com o artigo 84, item III, da Lei No. 5.205, de 28.11.75, MARIA CRISTINA REGIANINI NERBASS (matrícula No. 160.327), ocupante do cargo de Supervisor Escolar II (740), Nível PE-EAE-ANS-3, lotada na 07-08 Supervisão Local de Educação, com sede no município de São Joaquim, até 31 de dezembro de 1981, sem ônus para a Secretaria da Educação.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0990

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-041.622/81, resolve REVERTER, de acordo com o artigo 79, da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, ao cargo da Categoria Funcional de Agente Administrativo (código 781), Nível PE-SAU-8-C, do Grupo: Serviços Auxiliares, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, JOSÉ CAMINHA FILHO, matrícula No. 013.950, para ter lotação na Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna  
Julio César

ATO No. 0991

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo No. 15.161/81/SE, resolve FAZER CESSAR os efeitos do Ato No. 2017, de 19.06.78, que colocou ADELIA ZENAIDE BORBA DE SOUZA (matrícula No. 139.310), ocupante do cargo de Professor I (701), Classe A, Padrão PF-7, à disposição da Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE, Setor Regional de Urubici, a contar de 06 de fevereiro de 1981.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0992

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo No. 14.408/81/SE, resolve FAZER CESSAR os efeitos da Portaria P/6484, de 10.10.73, que colocou IVONE MARIA GEVAERD (matrícula No. 25.679), ocupante do cargo de Professor I (701), Classe A, Padrão PF-7, à disposição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Tijucas, a contar de 06 de fevereiro de 1981.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0993

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo No. 015711/81/SE, resolve COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Fundação Educacional de Santa Catarina, de acordo com o artigo 41, § 2º, da Lei No. 4.425, de 16.02.70, combinado com o artigo 84, item III, da Lei No. 5.205, de 28.11.75, ELIZABETH MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de Orientador Educacional, Nível PE-EAE-ANS-3, lotada na 7a. Unidade de Coordenação Regional, com sede no município de Lages, até 31 de dezembro de 1981, sem ônus para a Secretaria da Educação.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 0994

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo No. 14.707/81/SE, resolve AUTORIZAR a frequentar Curso de Pós-Graduação em Inglês, Instrumental, na Universidade de Edimburgo, Inglaterra, de acordo com o artigo 40, item I, combinado com o artigo 69, item II, da Lei No. 5.205, de 28.11.75, SARA REJANE DE FREITAS OLIVEIRA (matrícula No. 153.032), ocupante do cargo de Professor III (714), Nível PE-DOC-ANS-3, lotada no Instituto Estadual de Educação, código 00.00.165, município de Florianópolis, no período de 01 de outubro de 1981 a 01 de outubro de 1982.

Florianópolis, em 27 de maio de 1981.  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 1.000

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-042.943/81, resolve CONCEDER EXONERAÇÃO, de acordo com o artigo 88, item I, da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, a NILTON SEVERO DA COSTA, matrícula No. 053.782, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete (código 189), Nível PE-DASU-5, do Grupo: Direção e Assessoramento Superior, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotado no Gabinete do Vice-Governador do Estado, com efeitos a partir de 25 de maio de 1981.

Florianópolis, 29 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

ATO No. 1001

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970 e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-042.943/81, resolve NOMEAR, de acordo com o artigo 18, item III, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, EDELMO NASCHENWENG, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete (código 189), Nível PE-DASU-5, do Grupo: Direção e Assessoramento Superior, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotado no Gabinete do Vice-Governador do Estado.

Florianópolis, 29 de maio de 1981  
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

## GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO



CONVÊNIO QUE CELEBRAM O INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO MORRO DA CRUZ, EM FLORIANÓPOLIS, DENTRO DO PROGRAMA DE ÁREAS VERDES NOS GRANDES CENTROS URBANOS.

Aos 30 dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e um (1981), o INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura, criada pelo Decreto -Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, com sede e foro em Brasília-DF, doravante denominado IBDF, representado neste ato por seu Presidente Doutor MAURO SILVA REIS, e o Estado de Santa Catarina, doravante denominado ESTADO, representado por seu Governador Doutor JORGE KONDER BORNHAUSEN, resolvem celebrar o presente Convênio mediante as cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Convênio tem por objetivo a execução, pelo ESTADO, do projeto florestal Morro da Cruz, em Florianópolis - SC.

### CLÁUSULA SEGUNDA

Constituem obrigações das partes:

#### I - Do IBDF:

a) concorrer com a importância de Cr\$ 4.024.091,00 (quatro milhões, vinte e quatro mil e noventa e um cruzeiros) para a execução dos trabalhos, tudo conforme projeto e custos apresentados pelo ESTADO que, aprovados pelo IBDF, passam a fazer parte integrante deste Termo;

b) fiscalizar os serviços de implantação e manutenção do projeto;

#### II - Do ESTADO:

a) indicar ao IBDF a empresa responsável pela elaboração e execução do projeto;

b) submeter ao IBDF qualquer adaptação ou mudança no programa de que trata este Convênio;

c) relatar pela manutenção do projeto, que a partir de sua implantação definitiva, passará a ser considerado de preservação permanente;

d) suplementar com recursos próprios a diferença a maior que possa ocorrer no custo de implantação do projeto.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As despesas decorrentes deste com-  
vênio correrão à conta de recursos "OPTANTES DE REPOSIÇÃO  
FLORESTAL", elemento de despesa fonte de re-  
cursos

**CLÁUSULA QUARTA**

Para praticarem os atos necessá-  
rios à execução do presente convênio, inclusive estipulações  
complementares e serem ajustadas mediante ofício, fica dele-  
gada competência pelo Presidente do IBDF ao Delegado Estado-  
al do IBDF em Santa Catarina e pelo Governador do Estado ao  
Diretor Presidente da BESC S/A REFORESTADORA - REFLORESC.

**CLÁUSULA QUINTA**

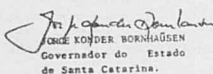
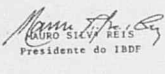
A comprovação contábil da aplica-  
ção dos recursos será feita pela empresa executora diretamen-  
te aos órgãos competentes do ESTADO, sem prejuízo do acompa-  
nhamento a ser exercido pelo IBDF.

**CLÁUSULA SEXTA**

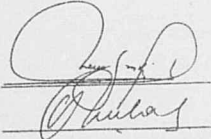
O presente Convênio vigorará pelo  
prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação,  
podendo ser alterado ou prorrogado mediante Termo Aditivo,  
bem como rescindido de comum acordo entre as partes.

E por estarem assim de acordo, as-  
sinam este instrumento, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brasília, 20 de maio de 1981

   
JORGE KONDER BORNHAUSEN  
Governador do Estado  
de Santa Catarina. MAURO SICILIANO  
Presidente do IBDF

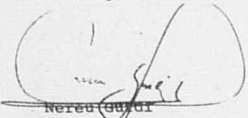
TESTEMUNHAS:

  
Nereu Guinzi

**CASA CIVIL**

PG-Nº 21/81 - O Senhor Governador do Estado  
autorizou sejam dispensados do ponto os servidores estaduais  
que, comprovadamente, participarem do VI Congresso Brasileiro de  
Cirurgia, a ser realizado nesta Capital, no período de 12 a 17  
de julho do corrente ano.

Expedida a todas as Secretarias  
Florianópolis, 27 de Maio de 1981

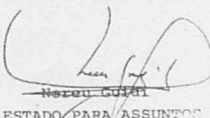
  
Nereu Guinzi

SECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

XXX

PG-Nº 22/81 - O Senhor Governador do Estado  
autorizou sejam dispensados do ponto os servidores estaduais  
que, comprovadamente, participarem do 4º Seminário sobre Publica-  
ções Oficiais Brasileiras, a ser realizado em Brasília - DF, no  
período de 27 a 31 de julho do corrente ano.

Expedida a todas as Secretarias  
Florianópolis, 27 de Maio de 1981

  
Nereu Guinzi

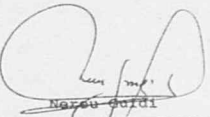
SECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

XXX

PG-Nº 23/81 - O Senhor Governador do Estado  
autorizou sejam dispensados do ponto os servidores estaduais  
que, comprovadamente, participarem do 6º Simpósio Brasileiro de  
Alimentação e Nutrição, a ser realizado na Universidade do Vale  
do Rio dos Sinos, em São Leopoldo - RS, no período de 12 a 18  
de julho próximo.

Florianópolis, 27 de Maio de 1981

Expedida a todas as Secretarias

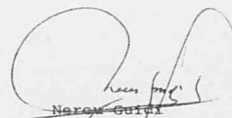
  
Nereu Guinzi

SECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

PG-Nº 24/81 - O Senhor Governador do Estado  
autorizou sejam dispensados do ponto os servidores estaduais que,  
comprovadamente, participarem do II Congresso Brasileiro de Enge-  
nharia de Pesca, a ser realizado no Centro de Convenções de Per-  
nambuco, em Recife-PE, no período de 27 a 31 de julho do corrente  
ano.

Florianópolis, 27 de Maio de 1981

Expedida a todas as Secretarias

  
Nereu Guinzi

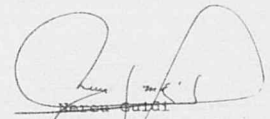
SECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

XXX

PG-Nº 25/81 - O Senhor Governador do Estado  
autorizou sejam dispensados do ponto os servidores estaduais que,  
comprovadamente, participarem da VII Jornada Brasileira de Esto-  
matologia, a ser realizada em Vitória - ES, no período de 16 a 19  
de julho do corrente ano.

Florianópolis, 27 de Maio de 1981

Expedida a todas as Secretarias

  
Nereu Guinzi

SECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL

**SECRETARIAS DE ESTADO****ADMINISTRAÇÃO**

PORTARIA No. 1.462/SEA de 19 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que  
lhe foi conferida pelo Decreto No. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03  
de fevereiro de 1981, resolve RETIFICAR, na Portaria No. 0551/81/SEA, de 01 de março de 1981, publicada no  
Diário Oficial de 05 de março de 1981, que enquadrara por transposição, vários servidores na Categoria Funcional  
de Agente de Portaria (código 789), nível PE-TOS-1-A, do Grupo: Transporte Oficial e Serviços Gerais, do  
Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, a parte que se refere ao nome de HUMBERTO RAMAGNA, ma-  
trícula No. 118.267, que deverá ser: HUMBERTO ROMAGNA.

PORTARIA No. 1.469/SEA de 20 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que  
lhe foi conferida pelo artigo 3º, item II, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979 e tendo em vista o que  
consta do processo No. SEA-041.994/81, resolve CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 99,  
item II e 100, item I, letra "a", da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, a JACINÁ MARIA DA ROSA,  
matrícula No. 013.901, na Categoria Funcional de Agente em Atividades Cadastrais (código 783), nível  
PE-SAU-10-E, do Grupo: Serviços Auxiliares, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotada na  
Coordenação do Sistema de Pessoal, Secretaria da Administração, com os proventos de lei.

PORTARIA No. 1.470/SEA de 20 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que  
lhe foi conferida pelo artigo 3º, item II, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, publicado no Diário Ofi-  
cial do Estado de 11 de julho de 1979 e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-041.948/81, resolve  
CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 99, item II, 100, item I, letra "a", da Lei No. 4.425,  
de 16 de fevereiro de 1970, combinados com o artigo 192, da Constituição Estadual de 1967, a LÉLIA MARIA  
GARCIA, matrícula No. 023.191, na Categoria Funcional de Técnico em Administração (código 742), nível  
PE-ANS-7-C, do Grupo: Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta,  
lotada na Coordenação do Sistema de Pessoal, Secretaria da Administração, com os proventos de lei.

PORTARIA No. 1.471/SEA de 20 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que  
lhe foi conferida pelo artigo 3º, item II, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, publicado no Diário  
Oficial do Estado de 11 de julho de 1979 e tendo em vista o que consta do processo No. SEA-041.949/81, re-  
solve CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 99, item II, 100, item I, letra "a" e 160, da  
Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, a MARIA PINHO ÁVILA, matrícula No. 013.844, na Categoria  
Funcional de Agente em Atividades Cadastrais (código 783), nível PE-SAU-10-E, do Grupo: Serviços Auxí-  
liares, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotada na Coordenação do Sistema de Pes-  
Secretaria da Administração, com os proventos de lei.



PORTARIA No. 1562/SEA de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto No. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03 de fevereiro de 1981, resolve ENQUADRAR POR TRANSPosição, nos termos do artigo 6º, da Lei No. 5848, de 23 de dezembro de 1980, NILZA PRESA DOS SANTOS (matrícula No. 36.229), na Categoria Funcional de Orientador Educacional, Nível PE-EAE-ANS-3, do Grupo: Especialista em Assuntos Educacionais, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na 4ª. Unidade de Coordenação Regional, sediada em Blumenau, a contar de 01 de março de 1981.

PORTARIA No. 1563/SEA de 22 de maio de 1981

O **SECRETÁRIO DESTACADO DA ADMINISTRAÇÃO**, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto No. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03 de fevereiro de 1981, resolve **RETIFICAR**, o Enquadramento por Transposição de **MARISA ROSA RODRIGUES** (matrícula No. 144.556), na Categoria Funcional de Professor I, Nível PE-DOC-ANM-1, do Grupo: Docente, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotada na Escola Isolada Inferninho de Dentro, código 01.07.066, município de Biguau, na parte referente a lotação, que deverá ser: "Escola Isolada de Ponte do Cadeado, código 01.07.070, município de Biguau", e não como consta na Portaria No. 00618/1/SEA, de 19 de fevereiro de 1981.

PORTARIA No. 1564/SEA de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto No. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03 de fevereiro de 1981, resolve RETIFICAR, o Enquadramento por Transposição de REGINA DA SILVA AZEVEDO (matrícula No. 025762), do Categoria Funcional de Professor I, Nível PE-DOC-ANM-2, do Grupo: Docente, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotada na Escola Isolada Lomema, código 01.07.067, município de Biquiã, na parte referente à lotação, que deverá ser: "Escola Básica Tania Mara Faria e Silva Locks, código 01.07.091, município de Biquiã", e não como consta na Portaria No. 0615/81/SEA, de 19.2.81.

PORTARIA No. 1616/SEA de 25 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto no. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03 de fevereiro de 1981, resolve ENQUADRAR POR TRANPOSIÇÃO nos termos do artigo 6º, da Lei No. 5848, de 23 de dezembro de 1980, ADA BEVILACQUA GRASSI (matrícula No. 92353), na Categoria Funcional de Professor I, Nível PE-DOC-ANM-I, do Grupo: Docente, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, com a carga horária de 22 (vinte e duas) horas semanais, na Escola Isolada Santa Catarina, código 09.08.177, município de Tangará, a contar de 01 de março de 1981

PORTARIA No. 1617/SEA de 25 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto No. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03 de fevereiro de 1981, resolve ENQUADRAR POR TRANSPOSIÇÃO, nos termos do artigo 6o, da Lei No. 5848, de 23 de dezembro de 1980, UMBELINA HILDA SILVESTRI ZESCHAU (matrícula No. 52900), na Categoria Funcional de Professor I, Nível PE-DOC-ANM-1, do Grupo: Docente, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, com a carga horária de 22 (vinte e duas) horas semanais, na Escola Isolada Fundo dos Faustinos, código 07-11-067, município de Bom Retiro, a contar de 01 de março de 1981.

## BEM-ESTAR SOCIAL

RESCISÕES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SESECRETÁRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL  
SESECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL  
A PARTIR DE 01 DE MARÇO DE 1.981.  
042.505/81

FUNÇÃO

ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS  
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS  
SOCIOLOGA  
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO  
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS  
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVENTE  
SERVENTE  
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO  
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS  
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO  
OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS  
CONTRATANTE  
REPRESENTANTE NO ATO  
REGIME JURÍDICO  
DATA DOS EFEITOS DAS RESCISÕES  
PROCESSO Nº

N O M E

MARIA DENISE TONELLI SANTOS  
SARA FATIMA GIACOWELLI  
SONIA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS  
MARIA ESTER SOMMER  
GISELY MARIA DE OLIVEIRA  
CONDINA MARTINS CONCEIÇÃO  
ROGERIO KOENING PAES  
ANGELA MARIA GARCIA  
DULCEMAR PEREIRA  
LILLIANE THERESA BOEHME DA SILVA  
SILSON RODRIGUES RIBEIRO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto No. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03 de fevereiro de 1981, resolve ENQUADRAR POR TRANSPosição nos termos do artigo 6o, da Lei No. 5848, de 23 de dezembro de 1980, ZULEMA HORN (matrícula No. 40.694), na Categoria Funcional de Professor III, Nível PE-DOCB-ANS-3, do Grupo: Docente, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Colégio Estadual Toneza Cascaes, código 02.03.001, município de Orleans, a contar de 01 de março de 1981.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Decreto No. 13.394, de 30 de janeiro de 1981, publicado no Diário Oficial do Estado de 03 de fevereiro de 1981, resolve ENQUADRAR POR TRANSPOSIÇÃO, nos termos do artigo 6o. da Lei No. 5548, de 23 de dezembro de 1980, ADOLSON BENEDITO URIOSTE (matrícula No. 140.013), na Categoria Funcional de Professor III, Nível PE-DOCS-ANS-3, do Grupo: Docente, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Colégio Secundário Casimiro de Abreu, código 07-10-001, município de Curitiba/Paraná, a contar de 01 de março de 1981.

PAULO ROBERTO DE SOUZA	OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO
TAMARA MOREIRA	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS
WILSON VIEIRA WOLF	OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO
ZÉLIA DOS SANTOS	SERVENTE
LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS
NERI DE OLIVEIRA FILHO	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
LILIANE THERESA BOHME DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

terras, localizada no município de Joaçaba, destinada a construção do prédio da Delegacia de Polícia da Comarca.

Secretaria de Estado da Fazenda, em 21 de maio de 1981.

*Donat*

— X X X —

PORTARIA SEF/Nº 87/81

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 606, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, aprovada pelo Decreto nº 5.577, de 18 de agosto de 1978,

R E S O L V E :

Art. 1º - Para efeito de adjudicação do crédito presumido do previsto no artigo 606, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, são fixados para o período de 00,00 (zero) hora do dia 05 de junho de 1981 às 24,00 (vinte e quatro) horas do dia 04 de julho de 1981, os seguintes valores de referência :

- I - Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) por quilograma para as operações internas.
- II - Cr\$ 77,00 (setenta e sete cruzeiros) por quilograma para as operações interestaduais.

Art. 2º - Mediante os valores de referência do artigo anterior, o valor do crédito presumido será concedido nas seguintes bases :

- I - NAS OPERAÇÕES INTERNAS :  
Cr\$ 5,580 (cinco cruzeiros e centavos de cruzeiros) por quilograma.
- II - NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS
  - a) - PARA AS REGIÕES SUL E SUDESTE : (Estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul).  
Cr\$ 5,082 (cinco cruzeiros e centavos de cruzeiros) por quilograma.
  - b) - PARA AS REGIÕES CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE, INCLUSIVE O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO :  
Cr\$ 4,389 (quatro cruzeiros e centavos de cruzeiros) por quilograma.

Art. 3º - Para efeito desta Portaria o preço por cabeça será determinado pela aplicação do peso médio bruto de 95 (noventa e cinco) quilos.

Art. 4º - O disposto no artigo anterior não se aplica se a carga tiver sido pesada na origem ou por ocasião da entrada em frigoríficos estabelecidos neste Estado, mediante a anexação do talão de balança no documento fiscal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 00,00 (zero) hora do dia 05 de junho de 1981.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, em Florianópolis, 22 de maio de 1981.

*Donat*  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

— X X X —

PORTARIA SEF/Nº 088/81

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Item Único - Fica aprovado o termo aditivo ao contrato de prestação de serviços que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina e a firma ONDRÉPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Secretaria da Fazenda, em 26 de maio de 1981.

*Donat*

## EDUCAÇÃO

PORTARIA P/1290/SE de 21 de maio de 1981

O SECRETÁRIO ADJUNTO, da Secretaria da Educação, no uso da competência subdelegada pela Portaria E/071, de 16.07.79 e tendo em vista o que consta no Processo No. 15.997/81/SE, resolve REMOVER A PEDIDO, de acordo com o artigo 74, inciso II, da Lei No. 5205, de 28.11.75, JANETE PIVA (matrícula No. 98.423), ocupante do cargo de Professor I (701), Nível PE-DOC-ANM-1, lotada na Escola Básica Bertino Silva, código 16-06-015, município de Leoberto Leal, para a Escola Isolada Vigolani, código 16-06-078, município de Nova Trento.

PORTARIA P/1291/SE de 21 de maio de 1981

A DIRETORA DA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, da Secretaria da Educação, no uso da competência subdelegada pela Portaria E/070, de 16.07.79, resolve DESIGNAR para ter exercício na Unidade Operacional de Educação Física e Desportos, da Secretaria da Educação, de acordo com o artigo 37, item V, da Lei No. 5205, de 28.11.75, HARRY EGON KRIEGER (matrícula No. 34.611), ocupante do cargo de Professor II (713), Nível PE-DOC-ANS-1, lotado no Instituto Estadual de Educação, código 00-00-165, município de Florianópolis, a contar de 01 de maio de 1981.

PORTARIA P/1292/SE de 21 de maio de 1981

A DIRETORA DA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, da Secretaria da Educação, no uso da competência subdelegada pela Portaria E/070, de 16.07.79, resolve DESIGNAR para ter exercício, na Subunidade de Ensino Supletivo, da Unidade Operacional de Ensino da Secretaria da Educação, de acordo com o artigo 37, item V, da Lei No. 5205, de 28.11.75, MAURA ROSA PEREIRA (matrícula No. 12.740), ocupante do cargo de Orientador Educacional (686), Nível PE-EAB-ANS-3, lotada na 1ª Unidade de Coordenação Regional, sediada em Florianópolis.

**EDITAL - nº 003/5ª UCER/81**

O Diretor da Unidade de Coordenação Regional de 05 UCER, com sede em Joinville, resolve convocar, VANILDE PEREIRA ROSE, matrícula nº 043.750, Professor I, Classe A, Padrão FF-8, visto a mesma ter entrado em licença sem vencimentos no dia 16 de março de 1979, período de 2 anos, e não mais retornando ao exercício de suas funções, sob pena de ser demitida por abandono de cargo, de conformidade com o artigo 230, item II, nº 2, de Lei nº 4.423, de 16 de fevereiro de 1970.

A fim de que seja dado, conhecimento ao aludido funcionário, é lavrado o presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado.

Joinville, 27 de abril de 1981

*Arntides Manoel Gonçalves*

DIRETOR DA 5ª UCER

51128-1  
c/d.

## FAZENDA

PORTARIA SEF/ Nº 86/81

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que consta nos autos do processo SEF/nº 10.976/81, resolve

DESIGNAR Waldir Höller, Diretor de Divisão lotado na Coordenação de Administração Patrimonial, Vitor Mara valhas, Chefe da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Segurança e Informações, Luiz Carlos Pereira da Silva, Delegado Regional de Polícia de Joaçaba e Arno Schlichting, Engenheiro, Chefe do 10º Distrito do Departamento Autônomo de Edificações, para comporem Comissão de avaliação de área de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRAS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA e a firma ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Aos quinze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e um, neste Departamento Central de Compras, localizado a rua Deodoro nº 2, 1º andar, nesta Capital, compareceram, de um lado o Governo do Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo Senhor João Jorge de Lima, na qualidade de Secretário Executivo do Departamento Central de Compras, e, de outro, a firma ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA., sito à avenida Hercílio Luz nº 15, nesta Cidade, para, de conformidade com a Lei nº 4625, de 08 de outubro de 1971, que deu nova redação ao artigo 8º, do Decreto nº 15-12-68/8755, mediante justificativa apresentada pelo Senhor Secretário Adjunto da Fazenda, firmar o presente termo aditivo ao contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação, copa, cozinha e recepção, firmado em 02-01-80, na forma das cláusulas e condições abaixo, que aceitam, retificam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O número de pessoas previsto na cláusula terceira do contrato original, será acrescido de nove (09) serventes, com carga horária de oito horas diárias de trabalho.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do presente termo aditivo é de R\$ 171.412,20 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e dois cruzeiros e vinte centavos) mensais, e correrá por conta da verba 3132,04 - código 1901.030302/088, do Orçamento da Secretaria da Fazenda (conservação e manutenção em geral).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O presente termo aditivo só terá validade após a competente publicação no Diário Oficial do Estado e posterior aprovação pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

E, por assim estarem justos e contratados, depois de lido e achado conforme, assinam o presente documento em cinco (05) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Florianópolis, em 15 de maio de 1981.

JOÃO JORGE DE LIMA  
Secretário Executivo

ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS  
ESPECIAIS LTDA.

TESTEMUNHAS

X X X

SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 58/81

O Diretor da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Tributação, da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade das disposições do artigo 131, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, baixada com o Decreto nº 5577 de 18 de agosto de 1978, faz saber, que durante o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação deste edital a firma LUIZ PAÑ DOLFO & CIA. LTDA., estabelecida à Linha Traivas, na cidade de MARAVILHA, fica intimada a recolher, na Exatonia Estadual de Maravilha, a quantia de R\$ 464.101,00 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, cento e um cruzeiros), com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária, proveniente da notificação nº 507730, emitida em 27 de março de 1981, pelo Fiscal de Tributos Estaduais Valter Rodrigues Portinho, (processo nº 10117/81), podendo no mesmo prazo, interpor reclamação à Unidade de Julgamento Singular de 1ª Instância. Findo o prazo estabelecido e não ocorrendo o pagamento ou reclamação do ato fiscal, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa.

Florianópolis, em 26 de maio de 1981

JOSÉ ABELARDO LUNARDELLI  
Diretor da Divisão de  
Fiscalização

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 60/81

O Diretor da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Tributação, da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade das disposições do artigo 131, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, baixada com o Decreto nº 5577 de 18 de agosto de 1978, faz saber, que, durante o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação deste edital a firma AÇOUQUE

BENNER LTDA., estabelecida à Rua Ver. João Romário Badia, nº 147, na cidade de BLUMENAU, fica intimada a recolher, na Exatonia Estadual de Blumenau, a quantia de R\$ 7.671,00 (sete mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros), com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária, proveniente da notificação nº 26933, emitida em 16 de dezembro de 1980, pelo Fiscal de Tributos Estaduais José R. Figueiredo, (processo nº 10411/81), podendo no mesmo prazo, interpor reclamação à Unidade de Julgamento Singular de 1ª Instância. Findo o prazo estabelecido e não ocorrendo o pagamento ou reclamação do ato fiscal, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa.

Florianópolis, em 26 de maio de 1981

JOSÉ ABELARDO LUNARDELLI  
Diretor da Divisão de  
Fiscalização

SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 64/81 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

O Diretor da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Tributação, da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade das disposições do artigo 131, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, baixada com o Decreto nº 5577 de 18 de agosto de 1978, faz saber, que, durante o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste edital a firma CARMEM GLÓRIA COELHO ENGEL, estabelecida à Avenida Aristiliano Ramos, nº 675, na cidade de RIO DO SUL, fica intimada a recolher na Exatonia Estadual de Rio do Sul, a quantia de R\$ 22.070,00 (vinte e dois mil, e setenta e sete cruzeiros), com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária, proveniente da notificação nº 28578, emitida em 26 de agosto de 1980, pelo Fiscal de Tributos Estaduais (processo nº 02892/81), podendo no mesmo prazo, interpor recurso ao Conselho Estadual de Contribuintes. Findo o prazo estabelecido e não ocorrendo o pagamento ou recurso, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa.

Florianópolis, em 26 de maio de 1981

JOSÉ ABELARDO LUNARDELLI  
Diretor da Divisão de  
Fiscalização

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 63/81

O Diretor da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Tributação, da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade das disposições do artigo 131, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, baixada com o Decreto nº 5577 de 18 de agosto de 1978, faz saber a firma OSNY FOCK, estabelecida à Rua Albano Schmidt, nº 3.400, na cidade de JOINVILLE, este Estado, Inscrição Estadual nº 250.055.023, que as Notificações nºs 05196, 05197, 05198 e 05199, série "L", expedidas em 19 de dezembro de 1978, por Leoni das H. Alves, foi julgada procedente, em Segunda Instância, pelo Conselho Estadual de Contribuintes, ficando, em consequência, a referida firma intimada a recolher a quantia de R\$ 71.184,74 (setenta e um mil, cento e oitenta e quatro cruzeiros e setenta e quatro centavos), com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, sob pena de serem inscritas em Dívida Ativa.

Florianópolis, em 26 de maio de 1981

JOSÉ ABELARDO LUNARDELLI  
Diretor da Divisão de  
Fiscalização

SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 59/81

O Diretor da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Tributação, da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade das disposições do artigo 131, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, baixada com o Decreto nº 5577 de 18 de agosto de 1978, faz saber, que, durante o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação deste edital a firma SERRARIA CAMPINAS LTDA., estabelecida à Linha Lageado Campinas, s/nº na cidade de MÓDELO, fica intimada a recolher na Exatonia Estadual de Modelo, a quantia de R\$ 12.915,00 (doze mil, novecentos e quinze cruzeiros), com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária, proveniente da notificação nº 40826, emitida em 19 de janeiro de 1981, pelo Agente Fiscal Rodovário Valdomiro A. de Abreu, (processo nº 10116/81), podendo no mesmo prazo, interpor reclamação à Unidade de Julgamento Singular de 1ª Instância. Findo o prazo estabelecido e não ocorrendo o pagamento ou reclamação do ato fiscal, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa.

Florianópolis, em 26 de maio de 1981

JOSÉ ABELARDO LUNARDELLI  
Diretor da Divisão de  
Fiscalização

SECRETARIA DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 61/81

O Diretor da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Tributação, da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade das disposições do artigo 131, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, baixada com o Decreto nº 5577 de 18 de agosto de 1978, faz saber que, durante o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação deste edital a firma DORVALINA F. de SOUZA & S/A., estabelecida na localidade de Formigas, na cidade de ABELARDO LUZ, fica intimada a recolher na Exatonia Estadual de Abelardo Luz, a quantia de Cr\$ 40.131,00 (quarenta mil, cento e trinta e um cruzeiros), com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária, proveniente da notificação 41102, emitida em 24 de março de 1981, pelo Agente Fiscal Rodoviário João Maria M. Martins, (processo nº 10118/81), podendo no mesmo prazo, interpor reclamação à Unidade de Julgamento Singular de 1ª Instância. Findo o prazo estabelecido e não ocorrendo o pagamento ou reclamação do ato fiscal, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa.

Florianópolis, em 26 de maio de 1981

*J. A. Lunardelli*  
JOSE ABELARDO LUNARDELLI  
Diretor da Divisão de  
Fiscalização

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 62/81

O Diretor da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Tributação, da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade das disposições do artigo 131, da Consolidação da Legislação Tributária Estadual, baixada com o Decreto nº 5577 de 18 de agosto de 1978, faz saber que, durante o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação deste edital a firma NELSON ALVES CORDEIRO, estabelecida em Passo Manso - Estrada Gramado, na cidade de TAIÓ, fica intimada a recolher na Exatonia Estadual de Taió, a quantia de Cr\$ 43.543,00 (quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e três cruzeiros), com os acréscimos decorrentes de juros e correção monetária, proveniente da notificação nº 304434, emitida em 30 de março de 1981, pelo Fiscal Auxiliar de Tributos Estaduais Heitor Largura, (processo nº 09898/81), podendo no mesmo prazo, interpor reclamação à Unidade de Julgamento Singular de 1ª Instância. Findo o prazo estabelecido e não ocorrendo o pagamento ou reclamação do ato fiscal, será o crédito tributário inscrito em Dívida Ativa.

Florianópolis, em 26 de maio de 1981

*J. A. Lunardelli*  
JOSE ABELARDO LUNARDELLI  
Diretor da Divisão de  
Fiscalização

## JUSTIÇA

PORTARIA No. 1.417/SEA de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 20, item I, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de julho de 1979, resolve NOMEAR, nos termos do artigo 18, item III, da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, AUGUSTO GOLFE, matrícula No. 155.831, para exercer o cargo em comissão de Assistente (código 131), nível PE-DASI-5, do Grupo: Direção e Assessoramento Intermediário, do Quadro de Pessoal Civil, da Administração Direta, do Gabinete do Secretário, Secretaria da Justiça, cargo transformado e remanejado pelo Decreto No. 13.950, de 11 de maio de 1981.

Neudy Primo Massolini  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 1.418/SEA de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 20, item I, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de julho de 1979, resolve NOMEAR, nos termos do artigo 18, item III, da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, NEROCI SILVEIRA GUERREIRO, para exercer o cargo em comissão de Agente Prisional Chefe (código 385), nível PE-DASI-3, do Grupo Direção e Assessoramento Intermediário, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotado na Penitenciária de Chapecó, Secretaria da Justiça.

Neudy Primo Massolini  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

## SAÚDE

PORTARIA SES/Nº 013/81

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso VI do art. 2º, do Decreto nº 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve designar o servidor WALDOMIRO MACHADO DE LIMA JÚNIOR, Técnico em Atividades Complementares, código CLT-ANS-1-A, para responder pela Direção do Centro de Treinamento de Barreiros.

Florianópolis, 20 de maio de 1981.

*J. A. Lunardelli*

XXX

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - RESCISÃO

CONTRATANTE	- ESTADO DE SANTA CATARINA
REPRESENTANTE NO ATO	- SECRETÁRIO DA SAÚDE
CONTRATADO	- APARICIO JOÃO LONGO
REGIME JURÍDICO	- CLT.
FUNÇÃO	- ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO
REPARTIÇÃO	- SECRETARIA DA SAÚDE
DATA DOS EFEITOS DA RESCISÃO	- A PARTIR DE 28 DE Fevereiro DE 1981.
PROCESSO Nº	- 041201/81/SEA

XXX

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - RESCISÃO

CONTRATANTE	- ESTADO DE SANTA CATARINA
REPRESENTANTE NO ATO	- SECRETÁRIO DA SAÚDE
CONTRATADO	- ADA DA SILVA LOBATO
REGIME JURÍDICO	- CLT.
FUNÇÃO	- ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO
REPARTIÇÃO	- SECRETARIA DA SAÚDE
DATA DOS EFEITOS DA RESCISÃO	- A PARTIR DE 28 DE Fevereiro DE 1981.
PROCESSO Nº	- 041196/81/SEA

XXX

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇO - RESCISÃO

CONTRATANTE	- ESTADO DE SANTA CATARINA
REPRESENTANTE	- SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATADO	- GLADIS TEREZINHA GRASNECK
REGIME JURÍDICO	- C.L.T.
FUNÇÃO - CÓDIGO	- ASSISTENTE DE COORDENAÇÃO
REPARTIÇÃO	- SECRETARIA DA SAÚDE
DATA DOS EFEITOS	- 28 de Fevereiro de 1.981.
PROCESSO	- Nº 041193/81 /SEA.



## CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - RESCISÃO

CONTRATANTE - ESTADO DE SANTA CATARINA  
 REPRESENTANTE NO ATO - SECRETÁRIO DA SAÚDE  
 CONTRATADO - GILVANA PIRES  
 REGIME JURÍDICO - CLT.  
 FUNÇÃO - AUXILIAR DE ESCRITÓRIO  
 REPARTIÇÃO - SECRETARIA DA SAÚDE  
 DATA DOS EFEITOS DA RESCISÃO - A PARTIR DE 28 DE Fevereiro DE 1981.  
 PROCESSO Nº - 041195/81/SEA

## CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - RESCISÃO

CONTRATANTE - ESTADO DE SANTA CATARINA  
 REPRESENTANTE NO ATO - SECRETÁRIO DA SAÚDE  
 CONTRATADO - RESONI TEREZINHA DE CARVALHO  
 REGIME JURÍDICO - CLT.  
 FUNÇÃO - SERVENTE  
 REPARTIÇÃO - SECRETARIA DA SAÚDE  
 DATA DOS EFEITOS DA RESCISÃO - A PARTIR DE 28 DE Fevereiro DE 1981.  
 PROCESSO Nº - 041198/81/SEA

## CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇO - RESCISÃO

CONTRATANTE - ESTADO DE SANTA CATARINA  
 REPRESENTANTE - SECRETÁRIO DA SAÚDE  
 CONTRATADO - MARIA ANGELA FOLSTER  
 REGIME JURÍDICO - C.L.T.  
 FUNÇÃO - CÓDIGO - ENCARREGADO DE SERV. GERAIS  
 REPARTIÇÃO - Secretaria da Saúde  
 DATA DOS EFEITOS - 28 de Fevereiro de 1981.  
 PROCESSO - Nº 041194/81 /SEA.

## CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS - RESCISÃO

CONTRATANTE - ESTADO DE SANTA CATARINA  
 REPRESENTANTE NO ATO - SECRETÁRIO DA SAÚDE  
 CONTRATADO - ELIANE BERNARDINO CARDOSO  
 REGIME JURÍDICO - CLT.  
 FUNÇÃO - ENCARREGADO SERVIÇOS GERAIS  
 REPARTIÇÃO - SECRETARIA DA SAÚDE  
 DATA DOS EFEITOS DA RESCISÃO - A PARTIR DE 28 DE Fevereiro DE 1981.  
 PROCESSO Nº - 041197/81/SEA

## SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

PORTARIA No. 1419/SEA de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 2o, item I, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de julho de 1979, resolve EXONERAR, de acordo com o artigo 88, item II, letra "a", do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, YOLDORY ALVES, matrícula No. 022.753, do cargo em comissão de Assessor (código 103), Nível PE-DASU-1, do Grupo: Direção e Assessoramento Superior, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotado na Superintendência da Polícia Civil, Secretaria de Segurança e Informações.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 1420/SEA de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 2o, item I, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de julho de 1979, resolve NOMEAR, de acordo com o artigo 18, item III, da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, ORÁVIO CARDOSO DA SILVA, matrícula No. 152.581,

para exercer o cargo em comissão de Assessor (código 103), nível PE-DASU-1, do Grupo: Direção e Assessoramento Superior, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotado na Superintendência da Polícia Civil, Secretaria de Segurança e Informações.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 1422/SEA de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo artigo 2o, item I, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de julho de 1979, resolve NOMEAR, nos termos do artigo 18, item III, da Lei No. 4.425, de 16 de fevereiro de 1970, VALTER GOMES PEREIRA, matrícula No. 135.421, para exercer o cargo em comissão de Assistente (código 131), nível PE-DASI-4, do Grupo: Direção e Assessoramento Intermediário, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, lotado na Superintendência da Polícia Civil, Secretaria de Segurança e Informações.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 348/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item XIV, artigo 6o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DESIGNAR com base no artigo 9 e 10, da Lei No. 5.266, de 21 de outubro de 1976, o 3o. Sargento da Polícia Militar do Estado JOÃO BATISTA BORGES para exercer as funções de Delegado de Polícia do município de Garuva.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 368/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item XIV, artigo 6o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DESIGNAR com base no artigo 9 e 10, da Lei No. 5.266, de 21 de outubro de 1976, o 3o. Sargento da Polícia Militar do Estado, JOÃO CLÓVIS GOULART, para exercer as funções de Delegado de Polícia do município de Campo Erê.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 369/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item XIV, artigo 6o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DESIGNAR com base no artigo 9 e 10, da Lei No. 5.266, de 21 de outubro de 1976, o 3o. Sargento da Polícia Militar do Estado, MARINO VIECK CAETANO, para exercer as funções de Delegado de Polícia do município de Jacinto Machado.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 370/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item XIV, artigo 6o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DESIGNAR com base no artigo 9 e 10, da Lei No. 5.266, de 21 de outubro de 1976, o 3o. Sargento da Polícia Militar do Estado, MARINO VIECK CAETANO, para exercer as funções de Delegado de Polícia do município de Petrolândia.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 371/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item XIV, artigo 6o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DISPENSAR A PEDIDO o 2o. Sargento da Polícia Militar do Estado, ENOEL DO PRADO, das funções de Delegado de Polícia do município de Papanduva.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 372/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item XIV, artigo 6o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DISPENSAR o 2o. Sargento da Polícia Militar do Estado, ILSOON VICENTE DE LIMA, das funções de Delegado de Polícia do município de Campo Erê.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 373/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item XIV, artigo 6o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DISPENSAR A PEDIDO, o Cabo RR da Polícia Militar do Estado, WALMOR MARCELINO ALVES, das funções de Delegado de Polícia do município de Petrolândia.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 376/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item VI, artigo 2o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve REMOVER EX-OFFICIO com base no artigo 61, item II da Lei No. 5.267, de 21 de outubro de 1976, OLÍVIO WEINRICH, matrícula No. 30.505, ocupante do cargo de Delegado de Polícia (código 598), PC-ANS-6-A, do Subgrupo: Atividades de Nível Superior, do Grupo Polícia Civil, do Quadro Geral do Poder Executivo, da Delegacia de Polícia do município de Garuva, para a Delegacia de Polícia da Comarca de Curitiba.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 378/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item VI, artigo 2o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve REMOVER EX-OFFICIO com base no artigo 61, item I, combinado com o artigo 62, todos da Lei No. 5.267, de 21 de outubro de 1976, ROMARIZ AVILA DE OLIVEIRA, matrícula No. 109.931, ocupante do cargo de Policial Carcereiro (código 693), PC-ANM-3-C, do Subgrupo: Atividades de Nível Médio, do Grupo Polícia Civil, do Quadro Geral do Poder Executivo, da Delegacia de Polícia da Comarca de Xanxerê, para a Delegacia de Polícia da Comarca de Balneário Camboriú.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P-No. 381/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item VI, artigo 2o, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DESIGNAR ALDO ROCHA FILHO, matrícula No. 100.645, ocupante do cargo de Policial Motorista (código 694), PE-ANM-4-D, do Subgrupo: Atividades de Nível Médio, do Grupo Polícia Civil, do Quadro Geral do Poder Executivo, com exercício na Diretoria de Investigações, para ter exercício na Delegacia de Tóxicos.

Ary Oliveira  
 Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P—No. 382/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item IV, artigo 20, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DESIGNAR, JOSÉ ARANTES DOS SANTOS, matrícula No. 100.655, ocupante do cargo de Agente de Polícia (código 507), PC—ANM—9—D, do Subgrupo: Atividades de Nível Médio, do Grupo Polícia Civil, do Quadro Geral do Poder Executivo, com exercício na Delegacia de Furtos, Roubos e Defraudações, para ter exercício no 30. Distrito Policial de Florianópolis.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P—No. 383/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições resolve RETIFICAR a Portaria P—No. 346/SSI de 04 de maio de 1981, que dispôs o 30. Sargento da Polícia Militar do Estado, NILDO BATISTA, das funções de Delegado de Polícia do município de Garuva, na parte referente ao município que deverá ser: Delegado de Polícia do município de Navegantes e não como constou na referida Portaria.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA P—No. 388/SSI de 18 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada no item VI, artigo 20, do Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, resolve DESIGNAR MARIA DA GRAÇA COELHO, matrícula No. 47.169, ocupante do cargo de Assistente Social (código 535), nível PE—ANS—2—B, do Grupo: Atividades de Nível Superior, do Quadro de Pessoal Civil da Administração Direta, com exercício na Delegacia de Costume, Jogos e Diversões, para ter exercício na Delegacia de Menores.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 024/PMSC/SSI de 22 de abril de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VIII, resolve: REVERTER NATALIEL DO NASCIMENTO SILVA, matrícula No. 2610, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado, ao serviço ativo de acordo com a Lei No. 5.522, de 22 de fevereiro de 1979, artigo 84, a contar de 05 de 28 de fevereiro.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 035/PMSC/SSI de 22 de abril de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: TRANSFERIR PARA A RESERVA REMUNERADA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 91, item I, artigo 94, item I e artigo 95, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 88, JÚLIO PEREIRA DO AMARAL, QPMP 1.0, matrícula No. 4712, Soldado da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 036/PMSC/SSI de 22 de abril de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: TRANSFERIR PARA A RESERVA REMUNERADA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 91, item I, artigo 94, item I e artigo 95, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 88, JOÃO ESPANHOL DA SILVA, QPMP 1.2, matrícula No. 1999, Primeiro Sargento da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 067/PMSC/SSI de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: TRANSFERIR PARA A RESERVA REMUNERADA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 91, item I, artigo 94, item I e artigo 95, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 88, OSVALDO ALVES, QPMP 1.0, matrícula 3984, Soldado da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 068/PMSC/SSI de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: TRANSFERIR PARA A RESERVA REMUNERADA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 91, item I, artigo 94, item I e artigo 95, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 88, AMBROSIO JOÃO SCHUTTEL, QPMP 1.0, matrícula 3484, Soldado da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 069/PMSC/SSI de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: TRANSFERIR PARA A RESERVA REMUNERADA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 91, item I, artigo 94, item I e artigo 95, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 88, GERCINO JOÃO DA SILVA, QPMP 1.0, matrícula 1779, Soldado da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 070/PMSC/SSI de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: TRANSFERIR PARA A RESERVA REMUNERADA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 91, item I, artigo 94, item I e artigo 95, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 88, JOSÉ DOMINGOS DOS SANTOS, QPMP 1.0, matrícula 2172, Soldado da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 071/PMSC/SSI de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: REFORMAR POR INCAPACIDADE FÍSICA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 100, item II, artigo 102, item V e artigo 105, item I, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 84, Parágrafo único e artigo 85, CLÁUDIO RODRIGUES CAMPOS, QPMP 1.4, 30. Sargento da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

PORTARIA No. 072/PMSC/SSI de 22 de maio de 1981

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto No. 8.130, de 11 de julho de 1979, em seu artigo 60, item VII, resolve: REFORMAR POR INCAPACIDADE FÍSICA, de acordo com a Lei No. 5.522, de 28 de fevereiro de 1979, artigo 100, item II, artigo 102, item V e artigo 105, item I, combinado com a Lei No. 5.645, de 30 de novembro de 1979, artigo 84, Parágrafo único e artigo 85, JOSÉ ANTÔNIO DOS PRAZERES, QPMP 1.0, matrícula 3701, Soldado da Polícia Militar do Estado.

Ary Oliveira  
Antônio Henrique Bulcão Vianna

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS  
CONTRATANTE  
REPRESENTANTE NO ATO  
REGIME JURÍDICO  
REPARTIÇÃO  
DATA DOS EFEITOS DAS RESCISÕES

RESCISÕES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
C.L.T.  
SECRETARIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
A PARTIR DE 28 DE FEVEREIRO DE 1981.

NOME	FUNÇÃO
DULCINEI VELOSO CARDOSO	ENCANADOR
VIRTO JHAN	TÉCNICO CONserto DE ARMAS
IDELAMAR MAESTRI	ENCANADORA
DEMÉSIO ANTONIO BITENCOURT	GRÁFICO
MARLENE TEREZINHA DE JESUS SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
VALMIR TRINDADE MACHADO	MOTORISTA
PAULO DOS SANTOS FILHO	MECÂNICO
JOÃO DA SILVA	TRABALHADOR BRAÇAL
JOSE BRITO DE SOUZA	TRABALHADOR BRAÇAL
JORCELINO LEAL	TRABALHADOR BRAÇAL
JETTE GAINETE	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
GLORIA MARIA FIGUEIREDO MACHADO	AUXILIAR ESCRITÓRIO
ARI BERNARDINO COELHO	TRABALHADOR BRAÇAL
ADEMAR PORTO	TRABALHADOR BRAÇAL
IRINEU MANOEL DE FARIAS	TRABALHADOR BRAÇAL
ARNOLDO DOMINGOS VICENTE	ENCANADOR
AURINO PEDRO DE FREITAS	TRABALHADOR BRAÇAL
VILSON LUIZ DE CASTRO	OPERÁRIO
OSVALDO MANOEL ORLEANS	TRABALHADOR BRAÇAL
VALCI CAMPOLINO RAMOS	TRABALHADOR BRAÇAL
VALTER GOMES PEREIRA	PINTOR
MIRIAM SCHAUFFERT	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
GERCI PASSIG	TRABALHADOR BRAÇAL
ZULMAR JOSE DA ROSA	TRABALHADOR BRAÇAL
OSVALDO ANTONIO SERINO	SERVEnte
LUIZ CARLOS MOREIRA	OPERÁRIO
SANDRA MALVINA ROSA	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
MANOEL TEÓFILO DA SILVA	SERVEnte
JOSE FRANCISCO RAMOS	PEDREIRO
ARI DE OLIVEIRA	RASPADOR
FRANCISCO JOÃO SOARES	PINTOR
PEDRO JOÃO SOARES	PINTOR
INÁCIO JOÃO NASCIMENTO	ELETRECISTA
OSNI FRAGA	ELETRECISTA
DAURI VALENTE	ELETRECISTA
ALCINO MULLER	ELETRECISTA
MÁRCIO PAULO ÁVILA	LATOEIRO
OSMARINO PIRES	SERVEnte
NILDO HERMÍNIO FAUSTINO	SERVEnte
MANOEL CÂNDIDO PEREIRA	JARDINEIRO
OSMAR ALFREDO HINKEL	MECÂNICO
OLAVO ALFREDO DA SILVA	SERVEnte
MIRACI MAURÍCIO ROSA	AJUDANTE DE MECÂNICO
DAURO JOSE DAMOS	MECÂNICO
PLÁCIDO ANTONIO INFANCIO	VIGIA
PRUDÊNCIO OSÓRIO OLIVEIRA	SERVEnte
JOSE ESTOZEL VARELA	SERVEnte
INERI ROMALINO DA CUNHA	PINTOR
MÁRIO JOSE DE MATOS	MECÂNICO
MARLENE MARIA PACHECO	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
OSNY HERMÓGENES DA SILVA	ENCANADOR
MARINÉS SANTIAGO DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
SERGIO LUIZ CORRÊA	TRABALHADOR BRAÇAL
ANTILDES BRASILIANO DA SILVA	PINTOR
MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
ADEMAR JOÃO BARCELOS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
EDSON MARQUES	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
ORLANDO JOÃO MARIANO	CARPINTEIRO
ELPÍDIO LUIZ DE SOUZA	SERVEnte
MARIO CESAR FURTADO	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO
FLÁVIO OSVALDO TEIXEIRA	DESENHISTA
ROSANGELA BENTA AMORIM	TELEFONISTA
GORETE DA GLÓRIA ALVES	TELEFONISTA
MÁRCIA LEMOS	TELEFONISTA



TRABALHADOR BRAÇAL  
MECÂNICO  
MECÂNICO  
ESCRITURÁRIO  
ESCRITURÁRIA  
ESCRITURÁRIO  
ESCRITURÁRIA  
ESCRITURÁRIO  
ESCRITURÁRIA  
ESCRITURÁRIO  
ESCRITURÁRIO  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
TELEFONISTA  
PINTOR  
CARPINTEIRO  
PINTOR  
CARPINTEIRO  
ELETRICISTA  
LATOEIRO

## TRANSPORTES E OBRAS

NOME	FUNÇÃO
MARIA SALETE KIRCHNER	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS
ADILSON JOSÉ DE CARVALHO	MOTORISTA
ANAIAR SANCEVERINO	SERVENTE
ARILTO JOAQUIM XAVIER	SERVENTE
AROLDI DE OLIVEIRA	ENGENHEIRO CIVIL
ANTÔNIO SEWALD	MOTORISTA
DARCY RODRIGUES	MOTORISTA
DILMA JORDELINA MACHADO	SERVENTE
ELIETE GONÇALVES DOS SANTOS	SERVENTE
ENGRAÇIA CORREA LOBO	SERVENTE
HILDO HERMÍNIO MARIA	SERVENTE
IBRANTINA MAESTRI	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS

# POLÍCIA MILITAR

PORTARIA P/nº 006/DAL/PMSC/SSI/81

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência delegada pelo Art 2º, do Decreto 11.698, de 28 de julho de 1980 resolve DESIGNAR ADOLFO FERNANDO DA SILVA, matrícula nº 4561, MAJOR PM, para representar a Fazenda Pública Estadual na aquisição, por da Prefeitura Municipal de Criciúma, de uma área de terras com 2.625,00m², destinada à construção do Núcleo Residencial da Polícia Militar do Estado, de acordo com o Art 1º do Decreto acima citado.

Florianópolis, 25 de maio de 1981.

JOÃO ZALESKI JUNIOR  
Cel PM Cmt Geral

51109-1  
old.

RESUMO DE CONTRATO DE TRABALHO FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS.

REPRESENTANTE NO ATU  
REPARTIÇÃO  
REGIME JURÍDICO  
VERBA  
PRAZO  
VIGÊNCIA  
PROCESSO

- CORONEL COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR  
- CENTRO DE SAÚDE - POLÍCIA MILITAR  
- C.L.T.  
- 3111.02  
- INDETERMINADO  
- A PARTIR DE 01 DE Janeiro DE 1981.  
- Nº 034.149/80/SEA.

NOME	FUNÇÃO	SALÁRIO
CARMEN PACHECO DOS SANTOS	BIOQUÍMICO	C\$ 29.088,00
MAYRA SPRINGMANN	ASSISTENTE SOCIAL	C\$ 29.088,00
CONCEIÇÃO TEREZINHA SIQUEIRA	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	C\$ 11.200,00
HELENA MARIA HARDT	SERVENTE	C\$ 5.788,80
MARIA BERNADETE AMORIM	SERVENTE	C\$ 5.788,80
MARIA CUNHA DE SUÍZA	SERVENTE	C\$ 5.788,80
NELSA ANA CARDOSO	COZINHEIRA	C\$ 6.640,00
ELDINI CAMARGO	ESCRITURÁRIO	C\$ 6.640,00
DIANA PEREIRA PLATT	ESCRITURÁRIO	C\$ 6.640,00

\* ( REPRODUZIDO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO NO ORIGINAL )

RESUMO DE CONTRATO DE TRABALHO FIRMADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O (A) SENHOR (A) GUILHERMINA MARISA DOS SANTOS ENGEL.....

REPRESENTANTE NO ATU - CORONEL COMANDANTE GERAL DA PMSC  
NOME DO CONTRATADO - GUILHERMINA MARISA DOS SANTOS ENGEL  
REPARTIÇÃO - CENTRO DE SAÚDE - PMSC  
FUNÇÃO - CÓDIGO - ESCRITURÁRIA  
VERBA - 3111.02  
REGIME JURÍDICO - C.L.T.  
SALÁRIO - C\$ 6.640,00

DATA DOS EFEITOS DA CONTRATAÇÃO - A PARTIR DE 01 DE Janeiro DE 1981.

PRAZO - INDETERMINADO  
PROCESSO - Nº 034.149/80/SEA.



# AUTARQUIAS ESTADUAIS



ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

NÚMERO DE VAGAS PARA PROMOÇÃO EXISTENTES NAS DIVERSAS CATEGORIAS FUNCIONAIS  
DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC, EM 30-04-81.

## GRUPO: ANS

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSE	Nº DE VAGAS
Advogado	ANS-10-F	-
"	ANS-9-E	-
"	ANS-8-D	1
"	ANS-7-C	2
"	ANS-6-B	2
Téc. em Ativ. Econômicas e Contábeis	ANS-9-F	-
" " " "	ANS-8-E	-
" " " "	ANS-7-D	1
" " " "	ANS-6-C	1
" " " "	ANS-5-B	1
Engenheiro Civil	ANS-10-F	-
" " " "	ANS-9-E	-
" " " "	ANS-8-D	4
" " " "	ANS-7-C	13
" " " "	ANS-6-B	13
Atividades Técnicas de Engenharia	ANS-9-F	2
" " " "	ANS-8-E	2
" " " "	ANS-7-D	2
" " " "	ANS-6-C	2
" " " "	ANS-5-B	2
Técnico em Administração	ANS-9-F	1
" " " "	ANS-8-E	1
" " " "	ANS-7-D	1
" " " "	ANS-6-C	1
" " " "	ANS-5-B	1
Técnico em Atividades Complementares	ANS-6-F	2
" " " "	ANS-5-E	2
" " " "	ANS-4-D	2
" " " "	ANS-3-C	2
" " " "	ANS-2-B	2
Agente Operacional de Serviços Diversos	ATM-8-E	1
" " " "	ATM-7-D	3
" " " "	ATM-6-C	4
" " " "	ATM-5-B	4
Auxiliar de Laboratorista	ATM-5-E	5
" " " "	ATM-4-D	8
" " " "	ATM-3-C	10
" " " "	ATM-2-B	10
Auxiliar de Topógrafo	ATM-5-E	-
" " " "	ATM-4-D	1
" " " "	ATM-3-C	5

"	"	ATM-2-B	5
Auxiliar de Engenheiro	"	ATM-10-E	2
"	"	ATM-9-D	3
"	"	ATM-8-C	4
"	"	ATM-7-B	5
Calculista	"	ATM-5-E	2
"	"	ATM-4-D	3
"	"	ATM-3-C	4
"	"	ATM-2-B	5
Desenhista	"	ATM-8-E	-
"	"	ATM-7-D	1
"	"	ATM-6-C	4
"	"	ATM-5-B	4
Laboratorista	"	ATM-10-E	3
"	"	ATM-9-D	10
"	"	ATM-8-C	13
"	"	ATM-7-B	14
Técnico em Contabilidade	"	ATM-10-E	-
"	"	ATM-9-D	-
"	"	ATM-8-C	2
"	"	ATM-7-B	12
Topógrafo	"	ATM-10-E	-
"	"	ATM-9-D	1
"	"	ATM-8-C	1
"	"	ATM-7-B	1
GRUPO: SA			
Agente Administrativo Auxiliar	"	SA-5-E	1
"	"	SA-4-D	25
"	"	SA-3-C	35
"	"	SA-2-B	38
Agente Administrativo	"	SA-10-E	1
"	"	SA-9-D	1
"	"	SA-8-C	11
"	"	SA-7-B	13
Datilógrafo	"	SA-8-E	-
"	"	SA-7-D	11
"	"	SA-6-C	20
"	"	SA-5-B	20
GRUPO: TOP			
Agente de Portaria	"	TOP-5-E	-
"	"	TOP-4-D	-
"	"	TOP-3-C	1
"	"	TOP-2-B	11
Motorista Oficial	"	TOP-10-E	-
"	"	TOP-9-D	-
"	"	TOP-8-C	-
"	"	TOP-7-B	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO IER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: A N S

Nº DE ORDEN	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
<u>1. Categoria Funcional: ADVOGADO</u>							
<u>Classe: ANS-9-B</u>							
1	Uílio Arachimedes Coelho de Souza	1.728	8.077	1.728	8.077	-	-
2	Adelar Odorico Ferreira	639	2.950	1.728	6.935	-	-
<u>Classe: ANS-8-D</u>							
1	Pedro Antônio Cheron	639	2.460	1.725	2.460	-	-
<u>Classe: ANS-6-B</u>							
1	Valdir Righeto	44	1.596	49	1.596	-	-
2	Jorge Mandallia	44	519	49	519	-	-
<u>Classe: ANS-5-A</u>							
1	Rui Arino Cardoso	49	49	1.728	7.765	-	-
2	Orelindo João Santana	49	49	1.685	7.755	-	-
3	Gracilio Olírio da Silva	49	49	1.685	5.819	-	-
<u>2. Categoria Funcional: TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO</u>							
<u>Classe: ANS-6-C</u>							
1	Lauro Armando Dolambert de Oliveira	44	1.725	1.725	4.185	-	-
<u>Classe: ANS-5-B</u>							
1	Vário César Pereira	44	1.580	49	1.580	-	-
2	José Emiliano Uta Netto	44	511	49	1.122	-	-
<u>Classe: ANS-4-A</u>							
1	Augusto Roberto S. Jaques	49	479	49	575	-	-
2	Ivaldo Benjamin Porto	49	395	49	395	-	-
3	Luiz Moretto Neto	49	100	49	635	-	-
4	Ademar Dionísio Noveletto	49	49	1.725	6.371	-	-
5	Dival Thomaz Ferreira	49	49	1.685	4.863	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO IER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: A N S

Nº DE ORDEN	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
	3. <u>Categoria Funcional:</u> TÉCNICO DE ATIVIDADES DE ENGENHARIA						
	<u>Classe:</u> ANS-7-D						
1	Antônio Carlos Xavier	44	4.499	1.725	4.499	-	-
2	Manoel Valécio Duarte	44	4.499	1.725	4.499	-	-
	<u>Classe:</u> ANS-5-B						
1	Edilson Luiz Brognelli	44	1.735	49	1.735	-	-
2	Walter José Savi	44	1.571	49	1.571	-	-
3	José Carlos Machado	44	1.206	49	1.206	-	-
	<u>Classe:</u> ANS-4-A						
1	César Ternes Leal	49	1.141	49	1.141	-	-
2	Luiz Antônio V. Goulart	49	1.129	49	1.129	-	-
3	Paulo Roberto Lippmann	49	635	49	635	-	-
4	Antônio Carlos de Oliveira João	49	635	49	635	-	-
5	Ricardo Goulart	49	615	49	615	-	-
6	Darci Renato Bradacoz	49	605	49	605	-	-
7	Wilton de Castro Bonson	49	585	49	585	-	-
8	Gustavo A. Gomes Garber	49	578	49	578	-	-
9	Saliba Nader Neto	49	90	49	371	-	-



4. Categoria Funcional: TÉCNICO EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES						
Classe: AMS-3-C						
1	Isma Schlickmann	44	1.725	1.725	1.905	-
Classe: AMS-2-B						
1	Maria Emeralda Keller	44	1.733	49	1.733	-
2	Maria Carlene Cortioli	44	1.610	49	1.610	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO IPR-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR  
CARGO: A N S

Nº ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.R.P.	NA S.T.O.	NO STAGG
<u>Classe: AMS-1-A</u>							
1	Edna Maria Tolstói	49	1.601	49	1.601	-	-
2	Maria Elizabeth Polopinski Niccolini	49	1.596	49	1.596	-	-
3	João Alberto Rupp	49	485	49	3.026	-	-
4	Edna Miranda	49	485	49	485	-	-
5	Carli Ocilide da Silva	49	49	1.720	3.689	-	-
6	Tam Acollinda R. Belli	49	49	1.690	3.116	-	-
7	Edna Viotim	49	49	1.685	3.025	-	-
8	Elvira Manoel Soares	49	49	1.685	2.155	-	-
<u>5. Categoria Funcional: TÉCNICO EM ATIVIDADES ECONÔMICAS E COMERCIAIS</u>							
<u>Classe: AMS-6-B</u>							
1	Diogo Martins de Moraes	639	2.855	1.725	10.035	-	-
2	Renato Mansur	639	1.725	1.728	6.355	-	-
<u>Classe: AMS-6-C</u>							
1	Joana Percezinha Gerdien	49	1.945	1.725	4.665	-	-
<u>Classe: AMS-5-B</u>							
1	Carlos Augusto Pires	639	1.725	1.725	6.630	-	-
<u>Classe: AMS-4-A</u>							
1	Reinaldo Bueno da Rocha	49	49	1.725	7.630	-	-
2	Caio Pires	49	49	1.720	2.535	-	-
3	Lucila Zago	49	49	1.690	2.125	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO IPR-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR  
CARGO: A N S

Nº ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.R.P.	NA S.T.O.	NO RETARD
	6. Categoria Funcional: ENGENHEIRO CIVIL						
	Classe: AMS-6-E						
1	Flávio Zanetti	639	4.109	1.725	4.109	-	-
2	Francisco Procopio Saporiti	639	3.693	1.725	3.693	-	-
3	Paulo Fernandes	639	3.555	1.725	3.918	-	-
4	Wilton Polício Nelli	239	3.789	1.725	3.911	-	-
5	Marcos Afonso de Souza	239	3.565	1.725	3.910	-	-
6	Walter Zanetti	239	3.535	1.725	3.535	-	-
7	Mar Oliveira e Silva	239	3.535	1.725	3.535	-	-
8	Wladimir Luz da Gama Lobo D'Alva	44	3.440	1.725	3.643	-	-
9	Cláudio Romário Peira	44	3.393	1.725	3.393	-	-
10	Adilson Rodrigues de Medeiros	44	3.070	1.725	3.326	-	-
11	Stênio Ruyne	44	3.070	1.725	3.326	-	-
12	Carlos Fleming	44	3.067	1.725	3.156	-	-
13	Robert Beck Junior	44	2.710	1.725	6.415	-	-
14	Roberto José Bertelli	44	2.710	1.725	5.994	-	-
15	Carla Maria Wojcikiewicz Caidan	44	2.705	1.725	3.220	-	-
16	Itamar Flávia	44	2.675	1.725	4.499	-	-
17	Mário Henrique da Silva	44	2.449	1.725	6.475	-	-
18	Antônio Carlos Werner	44	2.234	1.725	2.234	-	-

Classe: ANS-8-D							
1	Wilson Luiz Gomes Pinheiro	639	2.339	1.725	3.147	-	-
2	Antônio José	239	3.174	1.725	3.174	-	-
3	Antônio José	239	2.705	1.725	3.039	-	-
4	Antônio Romeu Branco Farias	239	2.705	1.725	3.039	-	-
5	Hamilton Bez Batti	239	2.705	1.725	2.354	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: A N S

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
6	Dario Galuf Pederneiras	44	3.440	1.725	4.008	-	-
7	Maurício Antônio Conti	44	2.705	1.725	3.039	-	-
8	Mauri Malti Soares	44	2.705	1.725	3.039	-	-
9	Juarez Cidade Nascimento	44	2.675	1.725	2.675	-	-
10	Luiz Henrique Leite Stodiek	44	2.673	1.725	2.673	-	-
11	Paulo Roberto Mourer	44	2.489	1.725	2.659	-	-
12	Wivaldo Martins Leal	44	2.340	1.725	3.367	-	-
13	Francisco Assis Pereira	44	2.340	1.725	2.611	-	-
14	Rosai Torrico Arco	44	2.339	1.725	3.604	-	-
15	Sérgio Marcon	44	2.339	1.725	2.659	-	-
16	Saulo Noronha Nascimento	44	2.160	1.725	2.035	-	-
17	Wai Benito Dano	44	1.804	1.725	2.169	-	-
Classe: ANS-7-C							
1	João Ramos Moraes	44	2.460	1.725	2.460	-	-
2	Delbi Joel Canarin	44	2.118	1.725	3.950	-	-
3	Irisneu de Souza Ferreira	44	2.118	1.725	3.585	-	-
4	João Batista da Silva	44	2.118	1.725	2.597	-	-
5	Sidney Becker	44	2.104	1.725	2.104	-	-
6	Jerry Milanes	44	2.095	1.725	2.095	-	-
7	Leodegar da Cunha Tiscoski	44	2.095	1.725	2.095	-	-
8	Wilson Kopsch	44	2.095	1.725	2.095	-	-
9	Manoel Pávoro	44	2.095	1.725	2.095	-	-
10	Prudêncio Valentin Must	44	1.974	1.725	1.944	-	-
11	Edgar Antônio Roman	44	1.959	1.725	3.585	-	-
12	Emo João Torquato da Silva	44	1.914	1.725	1.914	-	-
13	Edelino Mourer Filho	44	1.913	1.725	1.913	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: A N S

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
14	João Acelmo Gaio	44	1.892	1.725	1.892	-	-
15	Luiz Carlos Perro	44	1.885	1.725	1.885	-	-
Classe: ANS-6-B							
1	Arnaldo Nazareno Canarin	44	1.751	49	4.584	-	-
2	Arnaldo Yukio Koguro	44	1.751	49	2.395	-	-
3	Arnold Pedro Borino	44	1.751	49	2.035	-	-
4	João Angelo Paruchini	44	1.751	49	2.030	-	-
5	Osir Odebrecht	44	1.751	49	2.030	-	-
6	Neusina H. Pinheiro	44	1.751	49	2.030	-	-
7	Ismael Alves Nunes	44	1.728	49	1.728	-	-
8	Fernando Vieira Torres	44	1.728	49	1.728	-	-
9	Vitor Ildefonso de Oliveira Thibes	44	1.728	49	1.728	-	-



10	Perinaldo Forath	44	1.719	49	1.719	-	-
11	Rene Dutra	44	1.700	49	1.700	-	-
12	Silvio Renato Hilbrich	44	1.580	49	1.787	-	-
13	Manoel Bento Gonçalves	44	1.580	49	1.787	-	-
14	Wilton Vela	44	1.580	49	1.787	-	-
15	José Vidal Nardi	44	1.575	49	1.575	-	-
16	William B. Wojcikiewicz	44	1.571	49	1.571	-	-
17	Marco Antônio dos Santos Pittencourt	44	1.561	49	1.561	-	-
18	José Manoel A. Mondé	44	1.561	49	1.561	-	-
19	Antônio Fortunato Marcon	44	1.500	49	1.500	-	-
20	Emílio José Paludo	44	1.365	49	2.185	-	-
21	Roberto Danilo Schramm	44	1.365	49	1.533	-	-
22	Oséias Silvestre	44	1.365	49	1.512	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: A N S

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
23	Valdemar Caldeira Junior	44	1.365	49	1.479	-	-
24	Arnaldo Martins	44	1.365	49	1.365	-	-
25	Valdemar Sperman	44	1.365	49	1.365	-	-
26	Sigismundo Marín	44	1.358	49	1.358	-	-
27	Wlmar Melo da Rosa	44	1.215	49	6.605	-	-
Classe: ANS-5-A							
1	Alvino Antônio Bozcano	49	1.215	49	1.354	-	-
2	Valdemar Gava	49	1.215	49	1.354	-	-
3	Luiz Maria de C. Basso	49	1.166	49	1.166	-	-
4	Luiz Carlos Cardoso	49	1.158	49	1.871	-	-
5	Renato Luiz Paes	49	1.143	49	1.143	-	-
6	Valdemar de Oliveira	49	1.134	49	1.134	-	-
7	Valdemar José Ferro	49	1.075	49	1.075	-	-
8	Carlos Alberto B. Renato	49	1.000	49	1.720	-	-
9	Alvino Volpato	49	1.000	49	1.520	-	-
10	Elson Wilson R. Filho	49	1.000	49	1.517	-	-
11	José Luis Schmitt	49	1.000	49	1.500	-	-
12	Walter Silvestre	49	1.000	49	1.500	-	-
13	Luiz Maria Basso Filho	49	1.000	49	1.365	-	-
14	Walter de Castro Brandeburgo	49	1.000	49	1.354	-	-
15	Emmanuel José dos Santos	49	775	49	1.729	-	-
16	Edson Roberto Cabalira	49	775	49	1.548	-	-
17	Benedito Stelmach	49	635	49	1.934	-	-
18	José Euclides Almeida Albuquerque	49	635	49	1.610	-	-
19	Adalberto de Oliveira Nave	49	635	49	1.365	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO: A N S

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
20	Roberto Demit de Oliveira	49	635	49	635	-	-
21	Fernando Luiz R. Gonçalves	49	622	49	622	-	-
22	Edo Pereira Filho	49	606	49	606	-	-
23	Aladi Bruno Becker	49	606	49	606	-	-
24	Wlmar Chaim	49	581	49	581	-	-
25	Alcides Pickler Basso	49	531	49	1.153	-	-

26	Thauma Wolk Teixeira	49	530	49	530	-	-
27	João de Carvalho Teixeira	49	520	49	520	-	-
28	João Mauro Lopes Pereira	49	485	49	485	-	-
29	David Louco	49	470	49	2.585	-	-
30	Alexandre Silvechi	49	468	49	3.950	-	-
31	Valdeir Luiz Dickson	49	455	49	455	-	-
32	Luiz César Rosa	49	387	49	387	-	-
33	Teodoro Wiana	49	353	49	353	-	-
34	João Alberto Venâncio	49	106	49	3.313	-	-
35	Ril Louco	49	90	49	90	-	-
36	Leandro Cavaleiro Martins	49	49	1.720	2.460	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DEB-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE CATEG.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
1. Categoria Funcional: AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS							
Classe: ATW-6-C							
1	Arildo Justino Pereira Junior	44	1.720	1.720	7.290	-	-
2	Felipe Alberto Garber	44	1.720	1.720	1.844	-	-
Classe: ATW-5-B							
1	Aráide Fernandes Filho	44	725	49	1.105	-	-
2	Walter Livramento	44	665	49	6.244	-	-
3	João Antônio de Oliveira	44	665	49	1.110	-	-
4	João Valmor Ramos	44	515	49	9.155	-	-
5	Luiz Carlos de Souza	44	515	49	6.797	-	-
Classe: ATW-4-A							
1	Welson Valente	49	49	1.728	10.765	-	-
2	Irone Soares Ruppelma	49	49	1.728	7.005	-	-
3	Djalma Crescêncio Mariano	49	49	1.725	6.870	-	-
4	Aquiles dos Santos	49	49	1.725	3.495	-	-
5	Pedro Paulo Baltazar	49	49	1.725	2.585	-	-
6	Zulmar Alcebades de Souza	49	49	1.690	4.659	-	-
7	Mariza Castro Martins	49	49	1.690	3.078	-	-
8	Marcel Alderi Pereira	49	49	49	7.130	-	-
9	João Mauro da Silva	49	49	49	608	-	-
10	Luiz Carlos de Freitas	49	49	49	605	-	-
11	João Renato Botelho	49	49	49	260	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DEB-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE CATEG.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
	2. <u>Categoria Funcional</u> : AUXILIAR DE LABORATORISTA						
	Classe: ATW-2-B						
1	Walter Manoel Prad	44	1.715	49	5.895	-	-
2	Vital Sapelli	44	1.715	49	5.585	-	-
3	Manoel José Nunes	44	1.715	49	3.140	-	-
4	Adelar de Medeiros	44	1.715	49	1.829	-	-
5	João da Rosa Filho	44	1.670	49	1.828	-	-
6	Carlos Adão da Costa	44	1.670	49	1.828	-	-
7	Alfredo Conrado Filho	44	1.543	49	1.543	-	-
8	Gilson G. de Azevedo	44	1.185	49	1.693	-	-
9	Jaime Francisco da Silva	44	1.185	49	1.362	-	-



10	Rubens Cerutti	44	1.185	49	1.707	-	-
11	Manoel Medeiros	44	1.122	49	1.122	-	-
12	Valnei Marcelino de Jesus	44	635	49	1.355	-	-
<u>Classe: ATM-1-A</u>							
1	José da Rosa	49	635	49	4.670	-	-
2	Varmaci Marcelino de Jesus	49	635	49	1.365	-	-
3	Silvio Henrique Passera	49	635	49	1.365	-	-
4	Gerardo Vargas	49	635	49	1.365	-	-
5	Harry Maximiliano Pachini	49	635	49	1.350	-	-
6	Valdir Paulo Bora	49	635	49	1.155	-	-
7	Máximo Paschoa	49	635	49	1.089	-	-
8	Isaurival Floriano	49	635	49	987	-	-
9	Manoel Antonio Ferreira	49	545	49	4.010	-	-
10	José Pedro Rubricio	49	545	49	3.313	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 03 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
11	Wilson Ramos	49	545	49	3.305	-	-
12	Alcides da Silva	49	545	49	3.296	-	-
13	Tró Manuel Bora	49	545	49	1.028	-	-
14	Valnei Passarola de Piori	49	455	49	455	-	-
15	João Neto	49	455	49	455	-	-
16	Valmor Rogério C. Pilar	49	425	49	425	-	-
17	Edson Leônidas Carneiro	49	425	49	425	-	-
18	Mário Antônio Papandola	49	423	49	423	-	-
19	Wladimir César André de Wolff	49	399	49	399	-	-
20	Mário Luis Ben Batti	49	399	49	399	-	-
21	João Sebastião Porfirio	49	399	49	399	-	-
22	Amílcar Rogério de Souza	49	395	49	1.018	-	-
23	Joel Alves do Campo	49	49	49	2.220	-	-
24	João Maria da Silva	49	49	49	605	-	-
25	Carli Borges da Silva	49	49	49	395	-	-
<u>3. Categoria Funcional: AUXILIAR DE TOSCOGRAFIA</u>							
<u>Classe: ATM-4-D</u>							
1	Matheus José de Avelar	44	2.460	1.720	4.010	-	-
2	Luiz Manoel da Costa	44	2.460	1.720	3.928	-	-
3	Tró José da Silva	44	2.035	1.720	3.030	-	-
<u>Classe: ATM-2-B</u>							
1	Letero Tomas de Souza	44	2.460	49	4.010	-	-
2	Waldemar Schiochet	44	1.185	49	4.134	-	-
3	Cláudio Schiochet	44	1.185	49	3.555	-	-
4	Hélio Hilário Sarda	44	1.185	49	2.914	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 03 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
5	Alcides Niehus	44	1.185	49	1.610	-	-
6	Antônio Sergio Hildebrando	44	635	49	1.914	-	-
<u>Classe: ATM-1-A</u>							
1	Inori Vieira	49	635	49	1.549	-	-

2	Emílio Manoel da Silva	49	635	49	1.365	-	-
3	Daniel da Silva	49	401	49	401	-	-
4	Amo Della Vecchia	49	49	49	1.335	-	-
5	Antônio Carlos Bittencourt	49	49	49	455	-	-
6	Osvald Otton Soares	49	49	49	425	-	-
<b>4. Categoria Funcional: AUXILIAR DE ENGENHEIRO</b>							
Classe: ATN-6-A							
1	Adilson Antônio Schmitt	49	49	1.720	3.249	-	-
2	Ademar Bruno Garcia	49	49	1.720	3.039	-	-
3	Antônio Paulino Pereira	49	49	1.720	2.155	-	-
4	Luiz Carlos da Rosa	49	49	1.720	2.155	-	-
5	Walter César Rancos	49	49	1.720	1.975	-	-
<b>5. Categoria Funcional: CALCULISTA</b>							
Classe: ATN-3-C							
1	Ediney Noyes	49	1.720	1.720	2.021	-	-
Classe: ATN-2-B							
1	Elvira de Fátima Romão	44	1.155	49	1.155	-	-
2	Orson Marcelino	44	880	49	1.610	-	-
Classe: ATN-1-A							
1	Haroldo Teles de Menezes	49	426	49	426	-	-
2	Jaime Viegara	49	395	49	395	-	-

INSCRIÇÃO NO QUINQUÊNIO DE SERVIÇO POR SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DET-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)

Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº IN ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUINQUÊNIO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
	6. Categoria Funcional: DESPACHISTA						
	Classe: ATN-7-D						
1	Wilson Alves	669	3.656	1.720	3.656	-	-
2	Luiz Carlos Pereira	44	1.720	1.720	3.316	-	-
	Classe: ATN-6-C						
1	Calisto Rêgo de Oliveira	44	1.720	1.720	2.005	-	-
	Classe: ATN-5-B						
1	Aldeu Hebertson de Oliveira	44	1.715	49	1.715	-	-
2	Luiz Mário Donatelli	44	1.550	49	1.550	-	-
3	João Batista Rigatto	44	1.335	49	1.335	-	-
4	João Mário Van Haelendo	44	485	49	1.206	-	-
5	João Paulo David Neto	44	484	49	484	-	-
	Classe: ATN-4-A						
1	João Abel da Silva	44	484	49	484	-	-
2	João José Krüger Silva	44	455	49	455	-	-
3	João Fernando Gonçalves Borges	44	450	49	450	-	-
4	Gilmar Martins de Oliveira	44	426	49	426	-	-
5	Orson Antônio Sassi	44	425	49	425	-	-
6	Manoel Buchele Kotta	44	49	1.728	8.575	-	-
7	George Luiz Vieira	44	49	1.720	2.147	-	-
8	Walter de Andrade Rancos	44	49	1.720	1.842	-	-
9	Ana Lúcia Lacerda	44	49	49	425	-	-
10	Cláudia Idalaura Nunes	44	49	49	425	-	-



RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
	<u>Subcategoria Funcional: LABORATORISTA</u>						
	<u>Classe: ATM-8-C</u>						
1	José Eugênio da Silva	44	4.015	1.720	4.015	-	-
2	Antônio Carlos dos Santos	44	1.934	1.720	2.658	-	-
3	Adolfo Gabriel Eyma	44	1.720	1.720	3.156	-	-
4	Mergo Luiz Lisboa	44	1.720	1.720	2.400	-	-
	<u>Classe: ATM-7-B</u>						
1	Guarim Freitas de Andrade	44	1.715	49	1.761	-	-
2	Geraldo de Souza	44	1.633	49	1.633	-	-
3	Sergio Luiz Silva	44	1.425	49	1.829	-	-
4	Valdemar José da Silva	44	1.425	49	1.829	-	-
5	José da Silva Filho	44	1.425	49	1.829	-	-
6	Walter Abelardo dos Santos	44	1.425	49	1.829	-	-
7	Elson Leonel Camou	44	1.425	49	1.829	-	-
8	Enio Souto Alves	44	1.425	49	1.829	-	-
9	Marco Antônio Vaz	44	1.425	49	1.722	-	-
10	José Carlos Schroeder	44	1.425	49	1.722	-	-
11	Carlos Tamandaré Perreira	44	1.425	49	1.722	-	-
12	Wilson Noje	44	1.425	49	1.722	-	-
13	Jaize Klummann	44	1.425	49	1.722	-	-
14	Carlos Sérgio Cardoso	44	1.425	49	1.722	-	-
15	Eulides Coelho Filho	44	1.425	49	1.722	-	-
16	Antônio Tadeu Demarek	44	1.425	49	1.722	-	-
17	Lucival José Murilo	44	1.425	49	1.722	-	-
18	Elisbete Ivaldir Antunes	44	1.425	49	1.722	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM		TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
	<u>Classe: ADM-6-A</u>						
1	Beltrino Bonquette Filho	49	1.425	49	1.722	-	-
2	Joselino Capistrano Filho	49	1.425	49	1.722	-	-
3	Albino de Souza	49	1.425	49	1.722	-	-
4	Adolfo Roberto da Silva	49	1.425	49	1.722	-	-
5	Ararun Komackowski	49	1.425	49	1.722	-	-
6	Tarcísio Tostoni	49	1.425	49	1.722	-	-
7	Wladimir Resena	49	1.425	49	1.722	-	-
8	Ivo Stuepp	49	1.425	49	1.710	-	-
9	João Parretti	49	1.425	49	1.710	-	-
10	Osvaldo de Souza Filho	49	1.425	49	1.710	-	-
11	Arnaldo Blanger Filho	49	1.425	49	1.710	-	-
12	Regino Nienkötter	49	1.425	49	1.710	-	-
13	José Luiz Figueiredo	49	1.425	49	1.710	-	-
14	Leandro Sérgio Nunes	49	1.425	49	1.710	-	-
15	João Henri Lima Mairalles	49	987	49	987	-	-
16	Germano Luiz Woll	49	455	1.314	8.395	-	-
17	João Sabino da Silveira	49	455	1.314	3.740	-	-
18	João Francisco Bardença	49	455	1.314	3.740	-	-
19	Luiz Claudio Pires	49	455	1.314	3.213	-	-
20	Nelson Tadeu Garcia de Carvalho	49	455	1.314	2.658	-	-
21	Nelson Pedro Mendes	49	455	49	3.125	-	-

22	Roberto De Pieri	49	455	49	2.483	-	-
23	Thomaz de Sousa Cardoso	49	455	49	2.270	-	-
24	Alde L. Alves Ribeiro	49	455	49	1.730	-	-
25	Luiz Carlos dos Santos	49	455	49	1.729	-	-

## RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO ISM-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)

Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.C.	NO ESTADO
5	Ricardo Roberto Telis	639	2.675	1.720	6.600	-	-
6	João Carlos Matos	44	2.675	1.720	3.770	-	-
7	Isabel de Mattos	44	2.615	1.720	2.615	-	-
8	Ronald Roseiro de Abreu	44	1.728	1.728	2.490	-	-
Classe: ATML-2-C							
1	João Mathern	1.720	2.541	1.720	1.340	-	-
2	Genaro Backenbrack	1.720	2.520	1.720	5.805	-	-
3	Paulino Benicotto	639	2.155	1.720	2.155	-	-
4	Walter Marcos de Oliveira	44	2.138	1.720	2.138	-	-
5	Ulisses Gheller	44	1.945	1.720	5.140	-	-
6	Luiz Carlos Tristão	44	1.720	1.720	6.385	-	-
7	Vera Maria Weiss	44	1.720	1.720	3.555	-	-
8	Carla Rosa Freitas	44	1.720	1.720	3.385	-	-
9	Paulo Jumi Amelin	44	1.720	1.720	1.915	-	-
10	Antônio Romário Dymowski	44	1.720	1.720	1.720	-	-
Classe: ATML-7-B							
1	Luiz Coelho	44	1.578	49	1.578	-	-
2	Maria de Lourdes Pivetta	44	1.185	49	1.975	-	-
3	Mário Sérgio L. Nunes	44	926	49	926	-	-
4	Sebastião Nunes Nunes	44	635	49	1.578	-	-
5	Ivan Castro	44	534	49	534	-	-
6	Marcelo Arelde Zunino	44	425	49	425	-	-
Classe: ATML-6-A							
1	Ercilides Mancel Martins	239	1.728	239	6.956	-	-
2	Rosana Livramento	49	394	49	394	-	-

## RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)

Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.C.	NO ESTADO
26	Antônio Vitor dos Santos Filho	49	455	49	1.610	-	-
27	Delair Sebastião Honckmeier	49	455	49	1.578	-	-
28	João Pedro Moreira Leal	49	425	49	425	-	-
29	Vilmar Claudine dos Santos	49	395	49	1.348	-	-
30	Benedito Arraro	49	370	49	1.351	-	-
31	Valdemar Bianchi	49	370	49	1.296	-	-
32	João Maximiano da Carpes	49	360	49	3.269	-	-
33	Adão Tadeu Lopes	49	360	49	360	-	-
34	Leônidas Silva Sousa	49	353	49	353	-	-
35	Walter Duque Vazquez	49	353	49	353	-	-
36	Edson Roberto Silva	49	49	1.720	3.332	-	-
37	Paulo Veríssimo Machado	49	49	1.685	4.015	-	-
38	Alfo Duarte	49	49	1.685	4.015	-	-
39	João Tonelli Netto	49	49	1.685	4.015	-	-
40	Walter Damasceno da Silva	49	49	1.685	3.821	-	-
41	Elcio Brito de Medeiros	49	49	1.685	3.313	-	-
42	Pedro Rodrigues	49	49	1.685	3.278	-	-



42	Alair Antônio Bariviera	49	49	1.685	2.658	-	-
43	Samuel Antônio Gontijo	49	49	1.685	1.914	-	-
Categorização Funcional: TÉCNICO EM CONTABILIDADE							
Classe: ADM-9-D							
1	José Antônio Pivato	1.728	4.105	1.728	9.125	-	-
2	Albino Vieira	1.728	4.105	1.728	8.395	-	-
3	Marcelo Schellb	1.720	3.740	1.720	5.427	-	-
4	Cláudio Lopes	665	665	665	11.945	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO  
CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
3	João Leilton Marcondes	49	381	49	381	-	-
4	Valério João Machado	49	349	49	349	-	-
5	Emília Maria da Silva	49	49	1.728	5.340	-	-
6	Geni Walter Correia	49	49	1.725	4.690	-	-
7	Natal Ciszewski	49	49	1.725	4.637	-	-
8	Teodoro Augusto Amaral	49	49	1.725	4.183	-	-
9	Antônio Wilson Ribeiro	49	49	1.725	4.045	-	-
10	S. Batista Ribeiro Filho	49	49	1.725	2.595	-	-
11	Adalberto Cavaleiro de Souza	49	49	1.725	2.448	-	-
12	Wagner Waldemar Trindade	49	49	1.725	2.095	-	-
13	João Francisco da Silva	49	49	1.725	1.683	-	-
14	Edina Marcelle Miranda	49	49	1.725	1.878	-	-
15	Alcides Tereza R. Crivellatti	49	49	1.690	5.535	-	-
16	José Estevão Linsman	49	49	1.690	4.925	-	-
17	Wagner Tarafela Cordeiro	49	49	1.690	4.097	-	-
18	Antônio Aquiles Nunes	49	49	1.690	3.130	-	-
19	Walcen Oliveira dos Santos	49	49	1.690	3.168	-	-
20	Waldemar Alberto Berger	49	49	1.690	2.164	-	-
21	Jaíro de Prado	49	49	1.690	1.885	-	-
22	Wagner Tarafela Cordeiro	49	49	1.690	1.803	-	-
23	Carlos Roberto de Andrade	49	49	1.690	1.851	-	-
24	Roberto Benjamim Porto	49	49	49	3.738	-	-
25	Ricardo Antônio Santorato	49	49	49	1.845	-	-
26	Mrs. Maria Desidério	49	49	49	270	-	-
27	Jaime João Pereira	49	49	49	90	-	-
28	Valter Lole	49	49	49	90	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO  
CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
	Categorização Funcional: TORÇEPAPO						
	Classe: ADM-9-D						
1	João Paulo Fernandes	1.720	3.160	1.720	3.585	-	-
2	Roberto Correia da Silva	639	3.405	1.720	4.010	-	-
3	José Lauro Felipe	639	3.405	1.720	4.010	-	-
4	Paulo Roberto Kleppel	639	3.366	1.720	3.366	-	-
5	Orsery Norberto	639	3.250	1.720	4.134	-	-
6	João Paulo Pereira	639	3.190	1.720	4.499	-	-
7	Ednei Martins	639	2.925	1.720	3.435	-	-
8	Alison Aurino Lapa	639	2.615	1.720	3.031	-	-
9	Bisnarque João Oliveira	239	3.190	1.720	4.356	-	-
10	Antônio Decal Elise	239	3.190	1.720	4.134	-	-

		Classificação: ANL-6-C					
Nº	NOME	NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
1	Luiz Vences Antunelli	1.720	2.675	1.720	4.134	-	-
2	Joacir Felinto da Rosa	1.720	2.675	1.720	3.495	-	-
3	Pedro Vitali	1.720	2.645	1.720	3.296	-	-
4	Glaucine Belentine	1.720	2.615	1.720	4.134	-	-
5	João Paulino Nafra	639	2.225	1.720	3.299	-	-
6	Paulino Aurino de Melo	639	2.490	1.720	4.499	-	-
7	Geodato Rubens da Silva	639	2.490	1.720	4.134	-	-
8	Valdir Venturi	639	2.490	1.720	3.245	-	-
9	Marco Antônio Pereira Tavares	639	2.190	1.720	2.190	-	-
10	Constantino Melo Magalhães	639	2.170	1.720	1.720	-	-
11	Edro Santana Filho	639	1.885	1.720	3.345	-	-
12	Roberto Martins	44	3.405	1.720	4.492	-	-
13	Moacir José Fernandes	44	2.065	1.720	3.036	-	-
14	Luiz Carlos Bittencourt	44	2.065	1.720	3.036	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)

Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
Classificação: ANL-7-B							
1	Emmanuel Bruno Campos	639	2.035	1.720	3.036	-	-
2	Edo Sôcio Silva	639	1.855	1.720	2.454	-	-
3	Wilson Luiz Zinowiewski	639	1.855	1.720	1.855	-	-
4	Manoel Sacramento Pereira	639	1.720	1.720	2.091	-	-
5	Augusto Cesar Damasceno	44	1.635	49	1.635	-	-
6	Carlos Alfredo Leal Filho	44	1.557	49	1.557	-	-
7	Roberto Turatto	44	1.425	49	1.722	-	-
8	Luiz de Sousa Quadros Filho	44	1.425	49	1.722	-	-
9	João Sôcio Rodrigues	44	1.425	49	1.722	-	-
10	João Paulo Roberto Scherer	44	1.425	49	1.722	-	-
11	João Valdir Schindler	44	1.425	49	1.722	-	-
12	João Niles	44	1.425	49	1.722	-	-
13	José de A. Bastos Filho	44	1.425	49	1.722	-	-
14	Antônio Paulo de Jesus	44	1.425	49	1.722	-	-
15	Adalberto Irineu Martins	44	1.425	49	1.722	-	-
16	Valdir Manoel Garcia	44	1.425	49	1.722	-	-
17	Luiz Gonzaga Nunes	44	1.425	49	1.722	-	-
18	Benedito D. Maciel	44	1.425	49	1.722	-	-
Classificação: ANL-8-A							
1	Wilson José Espíndola	49	1.425	49	1.722	-	-
2	Roberto Garcia da Silva	49	1.425	49	1.722	-	-
3	Claudio Vieira	49	1.425	49	1.722	-	-
4	João Vences Freitas Martins	49	1.425	49	1.722	-	-
5	Wilson de Andrade Luz	49	1.215	49	1.752	-	-
6	Adilson Farias	49	1.215	49	1.752	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)

Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO: A T M

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
7	César Evaristo Willenham	49	1.215	49	1.742	-	-
8	Agostinho Celestino Espíndola	49	1.215	49	1.742	-	-
9	Odair Raul Melo	49	1.215	49	1.742	-	-
10	Renei José Dutra	49	1.215	49	1.741	-	-



11	Leônidas Ventura	49	1.215	49	1.729	-	-
12	Mauro Aquiles Brinhosa	49	1.215	49	1.729	-	-
13	Jaír José da Silva	49	1.215	49	1.729	-	-
14	Marina Petri	49	1.215	49	1.729	-	-
15	Breno Nelson Alves	49	1.215	49	1.729	-	-
16	Valdir Martins	49	1.215	49	1.729	-	-
17	Edilson Moreira	49	367	49	367	-	-
18	João Rodrigues	49	49	1.720	5.558	-	-
19	Edson Cavaleiro da Silveira	49	49	1.720	2.125	-	-
20	Luiz Carlos dos Reis	49	49	1.685	3.902	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO: S A

Nº DE CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
1. Categoria Funcional: AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR							
Classe: SA-4-D							
1	Arno Schroeder	239	1.725	1.725	4.577	-	-
2	Maria Madalena Martins	239	1.725	1.725	3.258	-	-
3	Seli Terezinha B. da Silva	239	1.725	1.725	2.636	-	-
4	Aparecida Maria Leffer da Silva	44	1.725	1.725	3.130	-	-
5	Dominjon Sívio Hansen	44	1.725	1.725	2.460	-	-
6	Evandro Klein	44	1.725	1.725	2.460	-	-
Classe: SA-2-B							
1	Sérgio Gonçalves	44	1.455	49	1.455	-	-
2	Marcelino Mullner	44	1.385	49	1.385	-	-
3	Luiz Carlos de Oliveira	44	1.365	49	1.365	-	-
4	Evandro Mendes da Luz	44	1.185	49	3.070	-	-
5	Márcia Maria Ferreira	44	1.088	49	1.088	-	-
6	Marcelino da Cruz Filho	44	665	49	1.365	-	-
7	Silva Paratiano Gallo	44	623	49	623	-	-
8	Cláudio Paulo Caricato	44	605	49	623	-	-
9	Mário Júlio Francisco	44	605	49	605	-	-
10	Terezinha Martins	44	605	49	605	-	-
11	Maria Helena Maye	44	605	49	605	-	-
12	Valdir da Silva	44	595	45	595	-	-
13	Valdir Medeiros	44	506	45	506	-	-
14	Felza Delfino	44	506	49	506	-	-
15	Leurival C. de Oliveira	44	484	45	484	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO: S A

Nº DE CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
16	Denise G. da Silva Alves	44	484	49	484	-	-
17	Marcelo Luiz X. Lenczowski	44	463	49	463	-	-
18	Sandra Mara Souza	44	455	49	455	-	-
19	Luiz Cardoso	44	455	49	455	-	-
20	Wesley Rogério de Abreu	44	441	49	441	-	-
Classe: SA-1-A							
1	Sérgio Nafioletti	49	1.365	49	1.365	-	-
2	Carlos Alberto da Silva	49	416	49	416	-	-

3	Iseli Potta	49	401	49	401	-	-
4	Ivo Ivo Berbow	49	401	49	401	-	-
5	Isolene Biancamelli	49	399	49	399	-	-
6	Isidoro de Luca	49	396	49	396	-	-
7	Rozina Amélia Suckow	49	395	49	396	-	-
8	Isilda Virgíndia da Silva Nunes	49	395	49	395	-	-
9	Albino André	49	395	49	395	-	-
10	Isidoro José de Abreu	49	382	49	382	-	-
11	Isidoro Carlos Rodrigues	49	382	49	382	-	-
12	Alcides Noratti	49	373	49	373	-	-
13	Alcides Theller	49	371	49	371	-	-
14	Isidoro Cesar da Silva	49	270	49	270	-	-
15	Isidoro José Antunes Filho	49	270	49	270	-	-
16	Maria Lúcia Davet	49	250	49	250	-	-
17	Osvaldo Sachinski	49	240	49	240	-	-
18	Isidoro César Nunes	49	209	49	209	-	-
19	Isidoro Maria Hansen	49	150	49	150	-	-
20	Isidoro Pappo	49	141	49	141	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO IEN-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO: S A

Nº DE SERVIDOR	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.C.	NO ESTADO
21	Isela Neil Machado	49	116	49	116	-	-
22	Isidoro Bayere	49	116	49	116	-	-
23	Isidoro Cardoso	49	109	49	109	-	-
24	Isidoro Gomes Cunha	49	109	49	109	-	-
25	Isidoro Dino Aguiar	49	49	49	425	-	-
26	Isidoro de Oliveira Bastos	49	49	49	90	-	-
27	Maria Benilda Nickels	49	49	49	90	-	-
2. Categoria Funcional: DAPIAGRAFO							
Classe: SA-7-D							
1	Araceli Silveira	639	1.725	1.725	1.285	-	-
2	Denise Pereira Ferra	639	1.725	1.725	2.825	-	-
3	Isa Maria Costa Cardoso	639	1.725	1.725	2.576	-	-
4	Maria Lúcia Brandina Carmeila	639	1.725	1.725	2.563	-	-
Classe: SA-6-C							
1	Margarida de Almeida Jacques	44	1.725	1.725	1.893	-	-
Classe: SA-5-B							
1	Marival Koster	44	1.196	49	1.196	-	-
2	Isidoro Vitor Sobrinho	44	1.185	49	1.520	-	-
3	Isidoro Soares Noell	44	1.185	49	1.425	-	-
4	Tania Tereza de Carvalho	44	1.125	49	1.125	-	-
5	Isidoro Schenker	44	1.116	49	1.116	-	-
6	Maria Zelis da Silva	44	1.100	49	1.100	-	-
7	Isidoro Scheller	44	1.089	49	1.089	-	-
8	Isidoro M. dos Santos	44	987	49	987	-	-
9	Isidoro Carlos Leoka	44	987	49	987	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO IEN-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO: S A

Nº DE SERVIDOR	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.C.	NO ESTADO
10	Isidoro Soares	44	635	49	1.718	-	-



11	Arti Oliveira de Souza	44	635	49	1.185	-	-
12	Irane da Silva Luz	44	616	49	616	-	-
13	José Krousch	44	614	49	614	-	-
14	Sandra Maria Cabral	44	605	49	1.125	-	-
15	Piza de Ofélia Castrocki	44	605	49	605	-	-
16	Alto Lucio de Oliveira Frepp	44	605	49	605	-	-
17	Jaqueline Cabra	44	589	49	589	-	-
18	Roselinda de Fátima Souza	44	575	49	1.578	-	-
19	Wilson Francisco	44	575	49	575	-	-
20	Robert Roney Nates	44	575	49	575	-	-
21	Patricia Sattus Brasil	44	555	49	555	-	-
22	Alfina Ofélia de Costa	44	545	49	1.155	-	-
23	José Luiz Silva	44	545	49	1.125	-	-
24	Maria Goretti Gonçalves	44	545	49	1.106	-	-
25	Adina Patricia Faria da Silva	44	526	49	526	-	-
<u>Classe: S-A-1</u>							
1	Dirlei Carmen Nunes	49	545	49	545	-	-
2	Pauline Gládia Hildebrando	49	526	49	526	-	-
3	Silva Miguel Paes	49	515	49	1.460	-	-
4	Wesley Luiz Lobo Goulart	49	425	49	425	-	-
5	Wlodek Wlodek	49	455	49	455	-	-
6	Guarino Aldir Acheimdt	49	455	49	455	-	-
7	Ana Carolina Souza Mendt	49	431	49	431	-	-
8	João Silva Junior	49	425	49	455	-	-

RELAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO IER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)

Contagem em 30 de abril de 1981

DEPARTAMENTO: SERVIÇOS AUXILIARES

CATEGORIA: S A

Nº DE CLASS.	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
9	Mário Cesar Nunes	49	425	49	425	-	-
10	Sandra Maria Alves da Silva	49	425	49	425	-	-
11	Sérgio Victor	49	408	49	408	-	-
12	Cláudio F. Danella	49	396	49	396	-	-
13	Alcides da Costa	49	396	49	396	-	-
14	Elisabeth Sandra Farias da Silva	49	396	49	396	-	-
15	Dulce Paulina Fittol	49	396	49	396	-	-
16	Marlene Aparecida Gonzaga	49	395	49	1.439	-	-
17	Wilson Wippel	49	395	49	1.079	-	-
18	Renato Fernandes	49	368	49	519	-	-
19	Leilma da Souza	49	367	49	367	-	-
20	Maria Tereza Amato	49	366	49	572	-	-
21	Sérgio Nivaldo Simões	49	257	49	257	-	-
22	Marlene Fiviera	49	210	49	210	-	-
23	Maria Goretti Areias	49	150	49	150	-	-
24	Vânia do Nascimento	49	150	49	150	-	-
25	João Carlos Mortari de Godoy	49	115	49	1.121	-	-
26	Ortina Silva	49	106	49	396	-	-
27	Rosana Hasemann	49	105	49	105	-	-
28	Genir de Jesus Lopes	49	49	1.728	5.385	-	-
29	Elisabete Machado	49	49	1.725	4.985	-	-
30	Miguel José Graciano	49	49	1.725	3.295	-	-
31	Gláucia Swarczewski Tristão	49	49	1.725	2.250	-	-
32	Wair Emlia Rumpelmayr	49	49	1.725	1.975	-	-
33	Roseli Brundina Martins	49	49	1.725	1.882	-	-
34	Maria Bernadete da Souza	49	49	1.725	1.877	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 06 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO: S A

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTAD.
35	Antônio José Pacheco	49	49	1.725	1.877	-	-
36	Maria das Dores F. Galliani	49	49	1.712	6.500	-	-
37	Nezir Preto	49	49	1.690	2.065	-	-
38	Gilberto Luis do Prado	49	49	1.690	1.733	-	-
39	Agner Soares Filho	49	49	49	7.649	-	-
40	Luiz Maria Cêlio Borges	49	49	49	7.540	-	-
41	Antes Carmalho de Oliveira	49	49	49	7.510	-	-
42	Demétrio Carlos Zucello	49	49	49	5.124	-	-
43	Dionísio Scharf	49	49	49	5.045	-	-
44	Roberto Luiz de Carvalho	49	49	49	2.095	-	-
45	José Wilson Ribeiro	49	49	49	1.915	-	-
46	Wilson Vazquez	49	49	49	1.365	-	-
47	Edro Walter Hinkel	49	49	49	1.365	-	-
48	Paulo Marcos de Paula	49	49	49	1.135	-	-
49	Benedito Luciano Pereira	49	49	49	1.134	-	-
50	Marcelo Leônidas Souza	49	49	49	987	-	-
51	Almeida Soares	49	49	49	635	-	-
52	Elizabeth Perceles	49	49	49	575	-	-
53	Maria Aparecida Dias	49	49	49	523	-	-
54	José Umberto Vanderlinde Filho	49	49	49	484	-	-
55	José Geraldo Nello do Souza	49	49	49	395	-	-
56	Marcelo Antônio Silveira Mendes	49	49	49	186	-	-
57	Cláudio P. M. Pereira	49	49	49	90	-	-
58	Juliana Damascio	49	49	49	90	-	-
59	Antônio Pereira Schumiller	49	49	49	90	-	-
60	Jose Maria de Oliveira	49	49	49	90	-	-

RELATÓRIO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 06 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO: S A

Nº DE ORDEM	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.P.	NA S.T.O.	NO ESTAD.
	3. Categoria Funcional: AGENTE ADMINISTRATIVO						
	Classe: SA-9-D						
1	Paulo Cláudio Nickel	639	1.728	1.728	9.825	-	-
2	Wilson Leônidas Scheidt	639	1.728	1.728	7.047	-	-
3	Paula K. Barben	239	1.728	1.728	7.407	-	-
4	Leandro Eli Gouvea	239	1.725	1.725	7.253	-	-
5	Luiz Antônio Conceição	44	1.725	1.725	5.140	-	-
6	Maria Helena Ribeiro Limação	44	1.725	1.725	4.710	-	-
7	Paula Hense	44	1.725	1.725	2.570	-	-
8	João Maria Cardoso S. de Silva	44	1.725	1.725	2.514	-	-
9	Leandro Alcides Fernandes	44	1.712	1.712	7.151	-	-
	Classe: SA-8-C						
1	Wilson Antônio Leite	44	1.725	1.725	1.855	-	-
	Classe: SA-7-B						
1	Wilson Sertorato	93	93	1.725	3.585	-	-
2	Marcelo Borell Ferreira	44	1.351	49	1.351	-	-
3	José Augusto Pausch	44	635	49	635	-	-
4	Cláudio Damião Albino	44	545	49	1.726	-	-
5	Wilson Maria Silva Gomes	44	515	49	515	-	-
6	Cláudio E. de V. Bello	44	425	49	425	-	-



Elaço: SA-6-A							
1	Daniel Alfredo da Costa	49	455	49	455	-	-
2	Alfonso Renato da Oliveira	49	401	49	401	-	-
3	Roberto Bonaventura	49	395	49	395	-	-

RELACÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 03 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GÊNERO: SERVIÇOS AUXILIARES

CLASSE: S-A

Nº DE SERVIDOR	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.P.	NA S.T.O.	NO ESTADO
1	Daniel Alfredo da Silva	49	210	49	210	-	-
2	Carli Laine	49	156	49	156	-	-
3	Adilza de Jesus Dizeurschi	49	49	1.728	6.265	-	-
4	Sônia Cruz dos Anjos	49	49	1.728	4.692	-	-
5	Luiz Antônio da Oliveira	49	49	1.725	4.075	-	-
6	Ismael Luiz Cardozo	49	49	1.725	2.549	-	-
7	Maria Salete Feiner	49	49	1.725	2.460	-	-
8	Emmília Inês Neto	49	49	1.725	1.934	-	-
9	Rosana Mary da Silva	49	49	1.725	1.906	-	-
10	Olga Matilde da Silva	49	49	1.725	1.883	-	-
11	João Carlos Pomstino	49	49	1.725	1.820	-	-
12	João Lavin	49	49	1.690	7.098	-	-
13	Leirival Vitorino Alves	49	49	1.690	6.630	-	-
14	Valdeir Borges	49	49	1.690	5.170	-	-
15	Osvaldo Benckner	49	49	1.690	4.643	-	-
16	Paulo Silveira	49	49	1.690	3.910	-	-
17	Walter Eduardo da Silva	49	49	1.690	3.183	-	-
18	Cláudio César de Souza	49	49	1.690	3.177	-	-
19	Volante Ambrósio	49	49	1.690	2.448	-	-
20	Eli Neto Duarte	49	49	1.690	1.906	-	-
21	Mauro Scharf	49	49	1.690	1.890	-	-
22	Rosângela Oliveira Ramos Floriani	49	49	1.690	1.868	-	-
23	Helson Carlos Savi	49	49	49	2.446	-	-
24	Luiz Roberto da Silva	49	49	49	1.718	-	-

RELACÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.  
(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 03 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GÊNERO: SERVIÇOS AUXILIARES

CLASSE: S-A

Nº DE SERVIDOR	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.P.	NA S.T.O.	NO ESTADO
25	Leandro César Schlichting	49	49	49	615	-	-
26	Luiz Louço	49	49	49	614	-	-
27	Valdeir da Silva Oliveira	49	49	49	485	-	-
28	Elizabeth Schourer Parnass	49	49	49	367	-	-

RELAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA

CÓDIGO: T O P

Nº DE ORDEN	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
1. Categoria Funcional: AGENTE DE PORTARIA							
Classe: TOP-4-D							
1	Artur Lima Ramos	1.725	1.725	1.725	10.116	-	-
2	Sinésio Partada	1.712	1.712	1.712	6.488	-	-
3	Geni Souza	639	1.725	1.725	9.015	-	-
4	Edro Gonçalves Almeida	639	1.725	1.725	7.021	-	-
5	Manoel Joaquim Ferreira	639	1.725	1.725	6.779	-	-
6	Luiz Carlos Tonalli	639	1.725	1.725	6.750	-	-
7	Cavalcini de Souza	44	1.725	1.725	6.954	-	-
Classe: TOP-3-C							
1	Miguel Cipriano de Souza	1.725	1.725	1.725	7.055	-	-
2	Emílio Gomes Ireno Machado	1.725	1.725	1.725	6.482	-	-
3	Rosa Feliciano da Silva	639	1.725	1.725	4.619	-	-
4	Walmir Pontes da Silva	639	1.725	1.725	4.560	-	-
5	Manoel Júlio Gonçalves	639	1.725	1.725	4.203	-	-
6	Arnaldo Fabrício da Conceição	639	1.725	1.725	4.193	-	-
7	Maria Helena Martins Narciso	44	1.725	1.725	1.855	-	-
8	Edson Costa	44	1.725	1.725	1.841	-	-

RELAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO QUADRO PERMANENTE DO DER-SC.

(Artigo 17 - Decreto nº 7.209, de 08 de março de 1979)  
Contagem em 30 de abril de 1981

GRUPO: TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA

CÓDIGO: T O P

Nº DE ORDEN	NOME	TEMPO DE SERVIÇO (em dias)					
		NA CLASSE	NA CATEGORIA FUNCIONAL	NO QUADRO PERMANENTE	NO D.E.R.	NA S.T.O.	NO ESTADO
2. Categoria Funcional: MOTORISTA OFICIAL							
Classe: TOP-9-D							
1	Genes Duplont	1.728	1.728	1.728	6.780	-	-
2	Acelino Inácio Costa	639	1.728	1.728	9.771	-	-
3	Waldir Livramento	639	1.728	1.728	9.100	-	-
4	Osvaldo Aurélio de Oliveira	239	1.728	1.728	6.799	-	-
5	Wladimir Brzezinski	44	1.728	1.728	3.495	-	-
Classe: TOP-8-C							
1	Devino Alvino Rachadel	1.725	1.725	1.725	12.613	-	-
2	Antônio José Pinheiro	639	1.725	1.725	9.610	-	-
3	Geólio da Gama Parente	639	1.725	1.725	8.996	-	-
4	Raul Manoel Melo	639	1.725	1.725	9.346	-	-
5	Abelardo Manoel Peimor	639	1.725	1.725	9.319	-	-
6	Vitor Machado	239	1.725	1.725	6.973	-	-
7	Manoel José de Araújo	44	1.725	1.725	6.600	-	-
Classe: TOP-7-B							
1	Belarmino Manoel Espindola	1.725	1.725	1.725	4.720	-	-
2	João José Pereira	1.725	1.725	1.725	4.225	-	-
3	Augusto Tasso	639	1.725	1.725	3.674	-	-
4	Orlando Santos Cabral	639	1.725	1.725	3.354	-	-
5	Genésio Pedro de Souza	639	1.725	1.725	3.036	-	-
6	Almi Sebastião Althoff	639	1.725	1.725	2.536	-	-
7	Paulo Domingos da Silva	239	1.725	1.725	2.966	-	-
8	Genésio Ventura Filho	44	1.725	1.725	2.557	-	-
9	Vitório João Goulart	44	1.725	1.725	2.545	-	-

51127-a-1  
c/d.



PG.032/81

TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA- DER-SC E A FIRMA COENCO-CONTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES - LTDA., PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO E CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO DO SALTO, NA RODOVIA SC.431, TRECHO SÃO BONIFÁCIO-RIO NOVO, na forma abaixo:

CONTRATANTES:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA- DER-SC., representado neste ato por seu Diretor Geral, Engenheiro Civil TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA e a firma COENCO-CONTI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., representada pelo Engenheiro JOSÉ IJAIR CONTI.

OBJETO:

Objetiva o presente Contrato a execução do projeto e construção de 1 (uma) ponte em concreto armado sobre o Rio do Salto na Rodovia SC.431, trecho SÃO BONIFÁCIO-RIO NOVO, com 54,64m de comprimento e 9,90m de largura, sendo 8,50m de pista de rolamento e passeios laterais de 0,70m, incluídos os guarda-corpos. A ponte deverá ser locada entre as estações 632+5,36 e 635. A folga entre a face inferior das longarinas e a máxima enchente é de 0,80m.

VALOR:

O valor deste Contrato é de Cr\$ 14.046.890,00 (quatorze milhões, quarenta e seis mil, oitocentos e noventa cruzados).

DOTAÇÃO:

A despesa deste Contrato correrá à conta do elemento 4110.00 - Obras e Instalações do Projeto CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.

PRAZO:

O prazo de conclusão dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos.

18617/1

X X X

PG.067/79/A.3/81

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA PG.067/79 E PG.067/79/A.1/80 E PG.067/79/A.2/80 FIRMADOS ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA - DER-SC., E A FIRMA ENGEPLAN-TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA., PARA EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO VEGETAL, MEIO-FIOS E INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, PARA IRRIGAÇÃO E PROLONGAMENTO DOS CANAIS DO MERCADO PÚBLICO, AVENIDA HERCÍLIO LUZ E CELESC, NO ATERRO DA BAIA SUL EM FLORIANÓPOLIS, NA FORMA ABAIXO:

O Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina DER-SC., representado neste ato por seu Diretor Geral, Engenheiro Civil TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA e a firma ENGEPLAN-TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA., representada neste ato pelo seu Diretor JAIR OSVALDO GALVÃO, conforme poderes constantes do Contrato Social arquivado na Procuradoria Geral do DER-SC., acordam em decorrência dos motivos constantes do processo protocolado no DER-SC., sob o nº 19224 de 18.11.80 em Aditar a Cláusula VALOR E DOTAÇÃO do Contrato de Empreitada PG.067/79, PG.067/79/A.1/80 e PG.067/79/A.2/80 para execução de revestimento vegetal, meio fios e instalação hidráulica para irrigação e prolongamento dos canais do mercado público, Avenida Hercílio Luz e Celelesc, no Aterro da Baía Sul em Florianópolis, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRAVALOR E DOTAÇÃO

1. VALOR:

O valor do presente Contrato que era de Cr\$..... Cr\$ 47.500.000,00 (quarenta e sete milhões e quinhentos mil cruzados) é acrescido em mais Cr\$ 740.291,83 (setecentos e quarenta mil, duzentos e noventa e um cruzados e três centavos) para reajustamento, perfazendo o Contrato o total de Cr\$ 48.240.291,83 (quarenta e oito milhões, duzentos e quarenta mil duzentos e noventa e um cruzados e oitenta e três centavos).

2. DOTAÇÃO:

A despesa deste Aditivo correrá à conta do elemento 4110.00 - Obras e Instalações do Projeto Urbanização do Aterro da Baía Sul.

CLÁUSULA SEGUNDAVALIDADE

O presente Termo de Aditamento somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos, após a sua aprovação pelo Conselho Administrativo do DER-SC., de conformidade com o artigo 8º do Decreto nº 715 de 21.05.76. Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato de Empreitada PG.067/79, PG.067/79/A.1/80 e PG.067/79/A.2/80. E, por assim estarem acordados, assinam o presente Termo de Aditamento os representantes acima nomeados, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

DER-SC., em Florianópolis, 19 de maio de 1981.

ASS.: TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA

ASS.: JAIR OSVALDO GALVÃO

TEST: SIDNEY ANTONIO TAVARES

TEST: SAULO PEDRO BACK

(Aprovado pelo Conselho Administrativo em NRB/rmlg.

/81-Res. nº /81).

18629/1

X X X

PG.105/79/A.2/81

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA PG.105/79 E ADITIVO PG.105/79/A.1/80 FIRMADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA- DER-SC., E A FIRMA IVAL-ENGENHARIA DE OBRAS S/A., PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES E SERVIÇOS COMPLEMENTARES, NA RODOVIA SC.465, TRECHO SEARA-XAVANTINA XANXERÊ, SUB-TRECHO SEARA-XAVANTINA (LOTE 1), NA FORMA ABAIXO:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA - DER-SC., adiante por esta sigla denominado, representado por seu Diretor Geral, Engenheiro Civil, TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA e a firma IVAL-ENGENHARIA DE OBRAS S/A., representada pelo seu Diretor Presidente, Engenheiro MÁXIMO PINHEIRO LIMA JÚNIOR, conforme poderes constantes do Contrato Social arquivado na Procuradoria Geral do DER-SC., acordam,

em decorrência dos motivos constantes do processo protocolado no DER-SC., sob o nº 19822 de 27.11.80 e autorizado pelo Diretor Geral em 27.11.80, em Aditar a Cláusula VALOR E DOTAÇÃO do Contrato de Empreitada PG.105/79 e PG.105/79/A.1/80 para a execução dos serviços de terraplenagem, obras de arte correntes e serviços complementares na Rodovia SC.465, trecho SEARA-XAVANTINA-XANXERÊ, sub-trecho SEARA-XAVANTINA (Lote 1), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRAVALOR E DOTAÇÃO

1. VALOR:

O valor do presente Contrato que era de Cr\$ 68.629.230,95 (sessenta e oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta cruzados e noventa e cinco centavos) é acrescido em mais Cr\$..... Cr\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil cruzados), sendo Cr\$..... Cr\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil cruzados) a preços iniciais e Cr\$..... Cr\$ 14.200.000,00 (quatorze milhões e duzentos mil cruzados) para reajustamento, perfazendo o Contrato o total de Cr\$ 87.029.230,95 (oitenta e sete milhões, vinte e nove mil, duzentos e trinta cruzados e noventa e cinco centavos).

2. DOTAÇÃO:

A despesa deste Aditivo correrá à conta do elemento .... 4110.00-Obras e Instalações do Projeto Estradas Vicinais. Os recursos acima especificados são oriundos do Contrato de Financiamento firmado entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Santa Catarina- DER-SC., com a Intervenção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem -DNER.

CLÁUSULA SEGUNDAVALIDADE

O presente Termo de Aditamento somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos, após a sua aprovação pelo Conselho Administrativo do DER-SC., de conformidade com o artigo 8º do Decreto nº 715 de 21.05.76.

Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato de Empreitada PG.105/79 e PG.105/79/A.1/80.

E, por assim estarem acordados, assinam o presente Termo as partes acima nomeadas, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

DER-SC., em Florianópolis, 13 de maio de 1981.

ASS.: TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA

ASS.: MÁXIMO PINHEIRO LIMA JÚNIOR

TEST: SAULO PEDRO BACK

TEST: SIDNEY ANTONIO TAVARES

(Aprovado pelo Conselho Administrativo em NRB/rmlg.

/81-Res. nº /81).

18634/1

X X X

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AVISO DE LICITAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, através do GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES (GEL), leva ao conhecimento dos interessados que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS - Edital Nº 55/81, para aquisição de 5.000 (cinco mil) UNIFORMES, com prazo de entrega das propostas até às 9.00 (nove) horas do dia 11 de junho de 1981, no Protocolo Geral do DER-SC, localizado na sobreloja do Edifício Atlas, rua Tenente Silveira Nº 46, em Florianópolis.

Cópia do referido Edital e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Gel, localizado no primeiro andar do Edifício Atlas, rua Tenente Silveira Nº 46, nesta Capital.

DER-SC, em Florianópolis, 28 de maio de 1981.

Engº Civil Osny Berretta  
Chefe do Gel

PL 211

Téc. Adm. José Machado Pacheco

Diretor da D.A.A.

51069-41  
c/d



ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PG.018/81

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

OBJETO:

VALOR:

DOTAÇÃO:

PRAZO:

TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA QUE ENTRE SI FAZEM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA E, DO OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A FIRMA TERRA-TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA RODOVIA SC.408, TRECHO BIGUAÇU-ANTÔNIO CARLOS, NUMA EXTENSÃO DE 12,060 KM (LOTE 2), na forma abaixo:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, Autarquia vinculada à Secretaria dos Transportes e Obras, doravante denominado DER-SC., com sede à Rua Tenente Silveira, nº 46, em Florianópolis-Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Engenheiro Civil TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA, na forma do Capítulo I, Art. 65 do Decreto nº 715 de 21.05.76.

A firma TERRA-TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., estabelecida à Rua Santos Dumont, nº 83 à 101, na cidade de Ponta Grossa-Estado do Paraná, representada pelo seu Diretor Presidente, Senhor ROBERTO ROMELO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Curitiba-Paraná.

Objetiva o presente Contrato a execução dos serviços de terraplenagem, obras de arte correntes, drenagem, pavimentação asfáltica e serviços complementares na Rodovia SC.408, trecho Biguaçu - Antônio Carlos, numa extensão de 12,060 Km (LOTE 2).

O valor deste Contrato é de Cr\$ 323.407.313,40 (trezentos e vinte e três milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e treze cruzeiros e quarenta centavos) sendo Cr\$ 141.407.313,40 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e treze cruzeiros e quarenta centavos) a preços iniciais e Cr\$ 182.000.000,00 (cento e oitenta e dois milhões de cruzeiros) para reajustamento.

A despesa deste Contrato correrá à conta do elemento 4110.00 - Obras e Instalações do Projeto CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS ALIMENTADORAS.

O prazo de conclusão dos serviços é de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias úteis.

18645/1

X X X



ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PG.117/80

CONTRATANTES:

OBJETO:

VALOR:

DOTAÇÃO:

PRAZO:

TERMO DE CONTRATO DE EMPREITADA ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA-DETER-SC., E A FIRMA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA FALCHETTI LTDA., PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE BRITAGEM A SER UTILIZADO NA USINAGEM DE LAMA ASFÁLTICA PARA A RODOVIA SC.438, TRECHO TUBARÃO-GRAVATAL, NA FORMA ABAIXO:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA-DETER-SC., representado neste ato por seu Diretor Geral, Engenheiro Civil TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA e a CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA FALCHETTI LTDA., representada pelo Senhor OTÁVIO FALCHETTI.

Objetiva o presente Contrato o fornecimento de 1.730 m3 de pedra britada de granito na peneira de nº 4 até o fundo a ser utilizada na Usinagem de Lama Asfáltica para a Rodovia SC.438, trecho TUBARÃO-GRAVATAL.

O valor deste Contrato é de Cr\$ 1.297.500,00 (um milhão, duzentos e noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros).

A despesa deste Contrato correrá à conta do elemento 4110.00 - Obras e Instalações do Projeto RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS.

O prazo estabelecido para a entrega dos materiais é de 90 (noventa) dias consecutivos contados do termo inicial fixado no item anterior.

18636/1

X X X

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

COMUNICAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, através do GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES (GEL), comunica aos interessados que as licitações, TOMADA DE PREÇOS - Edital Nº 43/81, para aquisição de Película Refletiva e Ativador Químico para colagem e TOMADA DE PREÇOS - Edital Nº 44/81, para aquisição de Material de Britagem a ser utilizado em Macadame Betuminoso para a Rodovia SC

486, trecho Brusque - BR 101, terão suas numerações alteradas para 53/81 e 54/81, respectivamente.

DER-SC, em Florianópolis, 28 de Maio de 1981.

Engº Civil Osny Berretta  
Chefe do Gel

Engº Civil Ernani Abreu Santa Ritta

Vice-Diretor Geral

## DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA - DASP

PORTARIA Nº 108/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 856/81/DSP, resolve DESIGNAR, de acordo com o artigo 69 do mesmo decreto, MÁRIO CARLOS GONÇALVES, matrícula nº 361.413, ocupante do emprego de Médico, código - CLT-ANS-4A, para exercer a função de Chefe da Unidade Sanitária tipo "C" de Alfredo Wagner, símbolo DAI-1, do Grupo: Direção e Assistência Intermediária do Quadro Permanente do Departamento Autônomo de Saúde Pública, criado pelo artigo 14, Anexo VII, do Decreto nº 5.322, de 14 de julho de 1978.

Florianópolis, 28 de Maio de 1981.

OSVALDO VITÓRIO OLIVEIRA

DIRETOR GERAL

50998.d.1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 109/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 0352/81/DSP, resolve DESIGNAR, de acordo com o artigo 69 do mesmo decreto, JOSÉ FRANCISCO DE CHAVES, matrícula nº 361.217, ocupante do emprego de Médico, código - CLT-ANS-4A, para exercer a função de Chefe da Unidade Sanitária tipo "C" de Presidente Getúlio, símbolo DAI-1, do Grupo: Direção e Assistência Intermediária do Quadro Permanente do Departamento Autônomo de Saúde Pública, criado pelo artigo 14, Anexo VII, do Decreto nº 5.322, de 14 de julho de 1978.

Florianópolis, 28 de Maio de 1981.

OSVALDO VITÓRIO OLIVEIRA

DIRETOR GERAL

50998.d.1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 110/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 817/81/DSP, resolve TRANSFERIR A PEÇA DADO, nos termos do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, a servidora MARLENE APARECIDA PROENÇA, matrícula nº 361.659, ocupante do emprego de Agente Administrativo Auxiliar, código CLT-SA-1A, lotada na Unidade Sanitária de Bom Jardim da Serra para a Unidade Sanitária de Criciúma.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITÓRIO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50998.d.1  
C/d.



PORTARIA Nº 111/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 723/81/DSP, resolve TRANSFERIR A PEDIDO, nos termos do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, o servidor DEIFINO JOÃO SCHAEFER, matrícula nº 361.488, ocupante do emprego de Médico, código CLT-ANS-4A, lotado na Unidade Sanitária de Guabiruba para a Unidade Sanitária de Brusque.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50999-D-1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 112/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 0598/81/DSP, resolve INTERROMPER A PEDIDO, nos termos do artigo 471, da Consolidação das Leis do Trabalho, o contrato laboral de ANA PIRAHMET (irmã), matrícula nº 89.806, ocupante do emprego de Atendente de Saúde Pública, código CLT-SAS-3C, lotada na Unidade Sanitária de Wtmarsum, pelo período de 01 (hum) ano, a contar de 2 de Maio do corrente ano.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50998-E-1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 113/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 795/81/DSP, resolve TRANSFERIR A PEDIDO, nos termos do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, a servidora RORZANE DAS GRAÇAS SANDRI, matrícula nº 361.754, ocupante do emprego de Atendente de Saúde Pública, código CLT-SAS-1A, lotada na Unidade Sanitária de Campos Novos, para a Unidade Sanitária de COHAB-Campos Novos.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50999-1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 114/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 795/81/DSP, resolve TRANSFERIR A PEDIDO, nos termos do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, a servidora MARIA DE LOURDES BORGES, matrícula nº 361.871, ocupante do emprego de Atendente de Saúde Pública, código CLT-SAS-1A, lotada na Unidade Sanitária de COHAB-Campos Novos para a Unidade Sanitária de Campos Novos.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50999-A-1  
C/d.

PORTARIA Nº 115/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 0627/81/DSP, resolve COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da DIVISÃO DE EPIDEMIOLOGIA na Administração Central, nos termos do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, a servidora MIRIAM ALICE DO LAGO, ocupante do emprego de Sanitarista (Enfermeira), código CLT-ANS-5A, lotada na Sede do IIR CARS em Joinville.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50999-D-1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 116/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 1.420/80/DSP, resolve DESIGNAR, de acordo com o artigo 69 do mesmo Decreto, ARGEIRO PETRY, matrícula nº 40.196, ocupante do emprego de Odontólogo, código CLT-ANS-6C, para exercer a função de Chefe da Unidade Sanitária tipo "C" de COHAB - Joinville, símbolo DAI-1, do Grupo: Direção e Assistência Intermediária do Quadro Permanente do Departamento Autônomo de Saúde Pública, criado pelo artigo 14, Anexo VII do Decreto nº 5.322, de 14 de julho de 1978.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50999-C-1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 117/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, resolve COLOCAR A DISPOSIÇÃO, da UNIDADE SANITÁRIA DE COHAB-JOINVILLE, nos termos do artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho, o servidor ARGEIRO PETRY, matrícula nº 40.196, ocupante do emprego de Odontólogo, código CLT-ANS-6C, lotado na Unidade Sanitária de Joinville.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50999-D-1  
C/d.

X X X

PORTARIA Nº 118/81/DSP

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, item XIII, do Decreto nº 5.321, de 14 de julho de 1978, e tendo em vista o que consta no processo nº 1.420/80/DSP, resolve DESIGNAR, de acordo com o artigo 69 do mesmo Decreto, SERGIO LUIZ RIFFLER, matrícula nº 361.135, ocupante do emprego de Médico, código CLT-ANS-4A, para exercer a função de Chefe da Unidade Sanitária tipo "C" de Porto Belo, símbolo DAI-1, do Grupo: Direção e Assistência Intermediária do Quadro Permanente do Departamento Autônomo de Saúde Pública, criado pelo artigo 14, Anexo VII do Decreto nº 5.322, de 14 de julho de 1978.

Florianópolis, em 15 de Maio de 1981.

OSVALDO VITORINO OLIVEIRA  
DIRETOR GERAL

50999-E-1  
C/d.

NOME	CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO
Ademir Wilson da Rosa	Agente Administrativo	CJT-SA-6A
Dalva Terezinha Lapa	" "	CJT-SA-6A
Fernando Luiz Ferreira	" "	CJT-SA-6A
Glaene Emelinda Tiezerant	" 2	CJT-SA-6A
James Paraco Amorim	" "	CJT-SA-6A
Jonas Simas Custódio	" "	CJT-SA-6A
João Silvano Santos	" "	CJT-SA-6A
João Carlos Nunes	" "	CJT-SA-6A
José Joaquim da Costa	" "	CJT-SA-6A
Leidyrio Ramos da Silva	" "	CJT-SA-6A
Luciana Mara Vêras	" "	CJT-SA-6A
Maria Alice Sens	" "	CJT-SA-6A
Maria da Glória Pereira	" "	CJT-SA-6A



Maristela Mesimann	"	"	CLT-SA-6A
Maria Nazare da Luz	"	"	CLT-SA-6A
Nilson Ramos dos Reis	"	"	CLT-SA-6A
Nilza Teresinha Marchi	"	"	CLT-SA-6A
Odilair Martins da Rocha	"	"	CLT-SA-6A
Paulo Sérgio Nassif	"	"	CLT-SA-6A
Ricardo Amorim Vieira	"	"	CLT-SA-6A
Rosângela Marôça Martins	"	"	CLT-SA-6A
Sinézio Otaviano Dadan	"	"	CLT-SA-6A
Carlos Alberto da Silva	Agente Adm. Auxiliar	"	CLT-SA-1A
Nilza Juventina Maia	"	"	CLT-SA-1A
Carlos Souza	Datilógrafo	"	CLT-SA-4A
Catarina Dolfria Garcez	"	"	CLT-SA-4A
Clóvis Daniel de Liz	"	"	CLT-SA-4A
Eduardo H. Mello Stahnke	"	"	CLT-SA-4A
Luiz Henrique de Jesus	"	"	CLT-SA-4A
Maria do Carmo Perreira	"	"	CLT-SA-4A
Rosângela Maria Meyer	"	"	CLT-SA-4A
Rosária Marcelina da Silva	"	"	CLT-SA-4A
Valdecir Barbosa	"	"	CLT-SA-4A
Valdenir Teresinha Zandonat	"	"	CLT-SA-4A

Florianópolis, 21 de maio de 1981

51126. b.1  
c/dEngº Civil Francisco de Assis Filho  
Diretor Geral do DAE

X X X

PORTARIA QF N.37/81-DAE, de 21 de maio de 1981

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são deferidas pelo artigo 55, parágrafo único do Decreto n.7017, de 18 de janeiro de 1976, e de acordo com o que dispõe o Decreto n.13693, de 15 de abril de 1981, RESOLVE: ADMITIR no Quadro Permanente do DAE, criado pelo Decreto n.944, de 24 de junho de 1976, alterado pelo Decreto n.13693, de 15 de abril de 1981, e com aproveitamento na Categoria Funcional própria do Grupo: Transporte Oficial e Portaria, os servidores com contrato para obras abaixo relacionados:

NOME	CATEGORIA FUNCIONAL	CÓDIGO
Adair Varela	Motorista Oficial	CLT-TOP-6A
Antônio Fernando Zarelli	"	CLT-TOP-6A
Carlos Roberto Rosa	"	CLT-TOP-6A
Delsmar Ernesto Alves	"	CLT-TOP-6A
Helio Stanislaw de Paoli	"	CLT-TOP-6A
Mauro José Assink	"	CLT-TOP-6A
Neri Simas	"	CLT-TOP-6A
Nilton Inácio da Luz	"	CLT-TOP-6A
Nilton Peres	"	CLT-TOP-6A
Olegário de Assis Ramos	"	CLT-TOP-6A
Rizionei José de Lima	"	CLT-TOP-6A
Sidénir Francisco Santana	"	CLT-TOP-6A
Valmor Brignoli	"	CLT-TOP-6A
Vilmar Bento Duarte	"	CLT-TOP-6A
Áurea Macowiecki de Souza	Agente de Portaria	CLT-TOP-1A
Emília Mello Linhares	"	CLT-TOP-1A
Esther Gomes	"	CLT-TOP-1A
Jorge Luiz da Silva	"	CLT-TOP-1A
Maria Conceição de Melo	"	CLT-TOP-1A
Maria Dealina dos Santos	"	CLT-TOP-1A
Olívia de Assis	"	CLT-TOP-1A
Osvaldina Soenex Vieira	"	CLT-TOP-1A
Sônia Maria Cunha	"	CLT-TOP-1A
Tereza Tomázia da Silva	"	CLT-TOP-1A
Terezinha de Jesus Jacinto	"	CLT-TOP-1A
Zenaide Maria Pereira	"	CLT-TOP-1A

Florianópolis, 21 de maio de 1981

51126. c.1  
c/d

Engº Civil Francisco de Assis Filho

DIRETOR GERAL DO DAE

X X X

RESOLUÇÃO CA-DAE Nº 25 DE 20 DE MAIO DE 1981

Homologa Tabela de Salários de Pessoal de Obras do Departamento Autônomo de Edificações - DAE e dá outras providências.

O CONSELHO ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES, usando da competência que lhe conferem o artigo 7º, item VII, do Regimento Interno do DAE, aprovado pelo Decreto n.943, de 24 de junho de 1976, e o artigo 10 do Decreto n.944, de 24 de junho de 1976, nesta reunião de 20 de maio de 1981.

R E S O L V E:

I - Homologar, com vigência a partir de 1º de maio de 1981, Tabela de Salários de Pessoal de Obras do Departamento Autônomo de Edificações das Categorias Profissionais mencionadas e com lotação em qualquer local do Estado, aprovada pelo Diretor Geral e anexa a esta Resolução.

II - Para os empregos de Engenheiro Geógrafo, Encarregado de Instrução de Processos de Obras e Auxiliar de Instrução de Processos de Obras, extintos quando vagarem, a partir de 1º de maio de 1981 são homologados, respectivamente, os salários mensais de Cr\$ 51.816,00, Cr\$ 55.488,00 e Cr\$ 40.556,00.

III - Quando necessário definir, o Diretor Geral, em ato administrativo, estabelecerá atribuições, deveres e habilitação de categorias profissionais do pessoal de obras do DAE.

IV - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e substitui as Resoluções CA-DAE nº.7, de 22 de maio de 1979, CA-DAE nº.13, de 27 de dezembro de 1979 e CA-DAE nº.16, de 07 de maio de 1980, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Administrativo do Departamento Autônomo de Edificações, em Florianópolis, em 20 de maio de 1981.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES  
CONSELHO ADMINISTRATIVO  
Aprovado na Reunião de 20.05.81  
PRESIDENTE

Engº Civil Francisco de Assis Filho  
PRESIDENTE DO CA-DAE

Econ. Paulo Bastos Abraham  
SECRETÁRIO DO CA-DAE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES

TABELA DE SALÁRIOS DO PESSOAL DE OBRAS DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES  
HOMOLOGADA PELA RESOLUÇÃO CA-DAE Nº 25, DE 20 DE MAIO DE 1981.

CATEGORIA PROFISSIONAL	Salário em cruzeiros (Cr\$), mensal calculado na base de 30 dias ou 240 horas de trabalho.		
	HORÁRIO	DIÁRIO	Mensal
ADVOGADO	270,30	2.162,40	64.872,00
AGTE. ADM. OBRAS	35,27	282,16	8.464,80
AGTE. ADM. OBRAS	35,27	282,16	8.464,80
APRENDIZ PINTOR	35,27	282,16	8.464,80
ARQUITETO	270,30	2.162,40	64.872,00
ARTIFICE I	41,61	332,88	9.986,40
ARTIFICE II	49,30	394,40	11.832,00
BROXEIRO	35,27	282,16	8.464,80
CND. OBRAS. SERV. I	107,10	856,80	25.704,00
CND. OBRAS. SERV. II	123,25	986,00	29.580,00
CND. OBRAS. SERV. III	138,55	1.108,40	33.252,00
CND. OBRAS. SERV. IV	153,85	1.230,80	36.924,00
CND. OBRAS. SERV. V	169,15	1.353,20	40.596,00
ECARTEISTA	243,10	1.944,80	58.344,00
ENCAR. OBRAS. SERV. I	71,40	571,20	17.136,00
ENCAR. OBRAS. SERV. II	91,80	734,40	22.032,00
ENCAR. OBRAS. SERV. III	112,20	897,60	26.928,00
ENCAR. OBRAS. SERV. IV	132,60	1.060,80	31.824,00
ENCAR. OBRAS. SERV. V	153,00	1.224,00	36.720,00
JARDINEIRO	35,27	282,16	8.464,80
MECANOGRAFO	55,25	442,00	13.260,00
MESTE. ARTIFICE	59,50	476,00	14.280,00
MOTORISTA I	49,30	394,40	11.832,00
MOTORISTA II	64,60	516,80	15.504,00
MOTORISTA III	79,90	639,20	19.176,00
SERVENTE I	35,27	282,16	8.464,80
SERVENTE II	40,00	320,00	9.600,00
T.N. MEDIO	112,20	897,60	26.928,00
TEC. ADMINISTRAÇÃO	243,10	1.944,80	58.344,00
VIGIA	35,27	282,16	8.464,80

Florianópolis, 20 de maio de 1981.

Engº Civil Francisco de Assis Filho  
Diretor Geral do DAE51126. d.1  
c/d

X X X

PORTARIA Nº 050 /81 - 26.05.81.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 59, alínea j, da Consolidação das Leis da Previdência Estadual - CLPE, tendo em vista o disposto no artigo 70 do Regulamento Operacional do IPESC, aprovado pelo Decreto nº 4.599, de 13 de março de 1978, RESOLVE:

1. A Tabela de Remuneração dos Serviços Radiológicos passa a ser a que acompanha, em anexo, a presente Portaria.
2. O valor do exame prestado é obtido multiplicando-se o valor da US (Unidade de Serviço) pela quantidade de US atribuído ao exame, constante da coluna total da Tabela anexa.
3. A Tabela anexa, entra em vigor a partir de 1º de março de 1981, revogadas as disposições em contrário.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em Florianópolis, 26 de maio de 1981.

Albino Zeni  
PRESIDENTE

ANEXO DA PORTARIA Nº 050/81 - 26.05.81.

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS RADIOLÓGICOS

US = Cr\$ 26,00

fls. 01

C Ó D I G O		PORTE		F I L M E		HONORÁRIOS E OUTROS CUSTOS		T O T A L		NOMENCLATURA
				CR\$	US	CR\$	US	CR\$	US	
21-01 - CRÂNIO E FACE										
21-001-01-4	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Crânio (por incidência)		
21-002-01-0	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Mastóide (por incidência)		
21-003-01-7	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Órbita (por incidência)		
21-004-01-3	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Seios da face (por incidência)		
21-005-01-0	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Rochedo (por incidência)		
21-006-01-6	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Sela turcica (por incidência)		
21-007-01-2	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Maxilar inferior (por incidência)		
21-008-01-9	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Esfenóide (por incidência)		
21-009-01-5	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Ossos da face (por incidência)		
21-010-01-3	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Tomografia craniana (por corte)		
21-011-01-0	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Tomografia da face (por corte)		
21-012-01-6	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Condutor auditivo interno (por incidência)		
21-013-01-2	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Arcada zigomática (por incidência)		
21-014-01-9	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Articulação temporomandibular (por incidência)		
21-015-01-5	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Maxilar superior (por incidência)		
21-016-01-1	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Cavum (por incidência)		
21-017-01-8	0	26,00	1	78,00	3	104,00	12	Radiografia dentária (por incidência)		
21-018-01-4	0	390,00	5	260,00	10	390,00	15	Radiografia oclusal (por incidência)		
21-019-01-0	0	286,00	11	780,00	30	1.066,00	41	Radiografia panorâmica (por incidência)		
21-020-01-9	0	104,00	4	1.040,00	40	1.144,00	44	Teleperfil cefalostato, com um traçado		
21-021-01-5	0	104,00	4	1.300,00	50	1.404,00	54	Teleperfil em cefalostato, com dois traçados		
21-022-01-1	0	182,00	7	390,00	15	572,00	22	Radiografia da arcada dentária superior ou inferior (por arcada).		
21-023-01-8	0	104,00	4	78,00	3	182,00	7	Radiografia Bit Wing (por incidência)		
21-02 - COLUNA VERTEBRAL										
21-001-02-2	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Cervical (por incidência)		
21-002-02-9	0	156,00	6	260,00	10	416,00	16	Dorsal (por incidência)		
21-003-02-5	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Lombo-sacra (por incidência)		
21-004-02-1	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Sacro-coccigeana (por incidência)		
21-005-02-8	0	390,00	15	650,00	25	1.040,00	40	Coluna para escoliose (por exame)		
21-006-02-4	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Lombar (por incidência)		
21-007-02-0	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Sacra (por incidência)		

ANEXO DA PORTARIA Nº 050/81 - 26.05.81.

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS RADIOLÓGICOS

US = Cr\$ 26,00

fls. 02

C Ó D I G O		PORTE	F I L M E		HONORÁRIOS E OUTROS CUSTOS		T O T A L		NOMENCLATURA
			CR\$	US	CR\$	US	CR\$	US	
21-03 - ESQUELETO TORÁCICO E MEMBROS SUPERIORES									
21-001-03-0	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Esterno	
21-002-03-7	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Articulação esterno-clavicular	
21-003-03-3	0	156,00	6	260,00	10	416,00	16	Costelas	
21-004-03-0	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Clavícula	
21-005-03-6	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Omoplata	
21-006-03-6	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Articulação acrômio-clavicular	
21-007-03-9	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Articulação escapulo-umeral-ombro	
21-008-03-5	0	104,00	4	182,00	7	286,00	11	Braço - úmero	
21-009-03-1	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Cotovelo	
21-010-03-0	0	104,00	4	182,00	7	286,00	11	Antebraço	
21-011-03-6	0	52,00	2	182,00	7	234,00	9	Punho	
21-012-03-2	0	104,00	4	182,00	7	286,00	11	Mão	
21-013-03-9	0	52,00	2	182,00	7	234,00	9	Quirodactilos - dedo	
21-04 - BACIA E MEMBROS INFERIORES									
21-001-04-9	0	156,00	6	312,00	12	468,00	18	Bacia	
21-002-04-5	0	156,00	6	312,00	12	468,00	18	Radiopelvimetria obstétrica	
21-003-04-1	0	52,00	2	312,00	12	364,00	14	Articulação sacro-ilíaco	
21-004-04-8	0	104,00	4	312,00	12	416,00	16	Articulação coxo-femural	
21-005-04-4	0	156,00	6	312,00	12	468,00	18	Coxa	
21-006-04-0	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Joelho	
21-007-04-7	0	156,00	6	260,00	10	416,00	16	Perna	
21-008-04-3	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Articulação tíbio-társica-tornozelo	
21-009-04-0	0	104,00	4	182,00	7	286,00	11	Pé	
21-010-04-8	0	52,00	2	182,00	7	234,00	9	Calcâneo	
21-011-04-4	0	52,00	2	182,00	7	234,00	9	Pododactilos	
21-012-04-0	0	104,00	4	390,00	15	494,00	19	Pneumoartrografia	

ANEXO DA PORTARIA Nº 050/81 - 26.05.81.

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS RADIOLÓGICOS

US = Cr\$ 26,00

fls. 03

C Ó D I G O	PORTE	F I L M E		HONORÁRIOS E OUTROS CUSTOS		T O T A L		NOMENCLATURA
		CR\$	US	CR\$	US	CR\$	US	
21-05 - SISTEMA NERVOSO								
21-001-05-7	0	936,00	36	1.950,00	75	2.886,00	111	Angiografia cerebral unilateral (por exame)
21-002-05-3	0	1.872,00	72	3.120,00	120	4.992,00	192	Angiografia cerebral bilateral (por exame)
21-003-05-0	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Angiografia cervico-torácica (por exame)
21-004-05-6	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Angiografia medular (por exame)
21-005-05-2	0	234,00	9	1.950,00	75	2.184,00	84	Discografia (por exame)
21-006-05-9	0	936,00	36	1.950,00	75	2.886,00	111	Encefalografia (por exame)
21-007-05-5	0	754,00	29	1.950,00	75	2.704,00	104	Mielografia (por exame)



21-008-05-1	0	754,00	29	1.950,00	75	2.704,00	104	Radiculografia (por exame)
21-009-05-8	0	156,00	6	1.950,00	75	2.106,00	81	Sinografia (por exame)
21-010-05-6	0	936,00	36	1.950,00	75	2.886,00	111	Ventriculografia (por exame)
21-011-05-2	0	936,00	36	1.950,00	75	2.886,00	111	Pneumo-encefalografia (por exame)
21-012-05-9	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Cavografia (por exame)
21-013-05-5	0	754,00	29	1.950,00	75	2.704,00	104	Pneumo-mielografia (por exame)
21-014-05-1	0	754,00	29	1.950,00	75	2.704,00	104	Cisternografia (por exame)
21-06 - ÓRGÃOS INTERNOS DO TÓRAX								
21-001-06-5	0	26,00	1	156,00	6	182,00	7	Abreugrafia 35 ou 70mm
21-002-06-1	0	78,00	3	156,00	6	234,00	9	Abreugrafia 100mm
21-003-06-8	0	208,00	8	312,00	12	520,00	20	Teleradiografia dos campos pulmonares - tórax
21-004-06-4	0	364,00	14	1.300,00	50	1.664,00	64	Broncografia (por hemitórax)
21-005-06-0	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Tomografia segmentar (por corte)
21-006-06-7	0	156,00	6	260,00	10	416,00	16	Tomografia um hemitórax (por corte)
21-007-06-3	0	208,00	8	312,00	12	520,00	20	Tomografia bilateral (por corte)
21-008-06-0	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Laringe (por incidência)
21-009-06-6	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Laringografia (por incidência)
21-010-06-4	0	52,00	2	312,00	12	364,00	14	Hipofaringe (prova de deglutição)
21-011-06-0	0	208,00	8	312,00	12	520,00	20	Radiografia do coração e vasos da base
21-012-06-7	0	104,00	4	312,00	12	416,00	16	Radiografia do mediastino
21-013-06-3	0	52,00	2	260,00	10	312,00	12	Tomografia do laringe (por corte)

ANEXO DA PORTARIA Nº 050/81 - 26.05.81.

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS RADIOLÓGICOS

US = CR\$ 26,00

fls. 04

C O D I G O		PORTE	F I L M E		HONORÁRIOS E OUTROS CUSTOS		T O T A L		NOMENCLATURA
			CR\$	US	CR\$	US	CR\$	US	
21-07 - CARDIOVASCULAR									
21-001-07-3	0	9.880,00	380	1.950,00	75	11.830,00	455	Angiocardiografia	
21-002-07-0	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Aortografia	
21-003-07-6	0	936,00	36	1.950,00	75	2.886,00	111	Angiografia cerebral unilateral	
21-004-07-2	0	1.872,00	72	3.120,00	120	4.992,00	192	Angiografia bilateral	
21-005-07-9	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Arteriografias seletivas (por exame)	
21-006-07-5	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Esplenoportografia (por exame)	
21-007-07-1	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Flebografia	
21-008-07-8	0	1.586,00	61	1.950,00	75	3.536,00	136	Linfografia	
21-009-07-4	0	1.586,00	61	1.950,00	75	3.536,00	136	Linfoadenografia	
21-010-07-2	0	1.586,00	61	1.950,00	75	3.536,00	136	Linfoangiografia	
21-08 - APARELHO DIGESTIVO									
21-001-08-1	0	364,00	14	390,00	15	754,00	29	Ceco-apêndice (por exame)	
21-002-08-8	0	988,00	38	1.820,00	70	2.808,00	108	Trânsito intestino grosso (Clister opaco)	
21-003-08-4	0	286,00	11	1.950,00	75	2.236,00	86	Colangiografia per-operatória (por exame)	
21-004-08-0	0	286,00	11	1.300,00	50	1.586,00	61	Colangiografia pos-operatória (por exame)	
21-005-08-7	0	442,00	17	1.300,00	50	1.742,00	67	Colangiografia venosa (por exame)	
21-006-08-3	0	546,00	21	1.950,00	75	2.496,00	96	Colangiografia transcutânea (por exame)	
21-007-08-0	0	156,00	6	910,00	35	1.066,00	41	Colecistografia oral com ou sem prova motora (por exame)	
21-008-08-6	0	364,00	14	650,00	25	1.014,00	39	Esôfago (por exame)	
21-009-08-2	0	1.638,00	63	1.950,00	75	3.588,00	138	Esplenoportografia (por exame)	
21-010-08-0	0	104,00	4	1.170,00	45	1.274,00	49	Hiato diafragmático (por exame)	
21-011-08-7	0	494,00	19	1.170,00	45	1.664,00	64	Estômago e duodeno - Seriografia (por exame)	
21-012-08-3	0	156,00	6	312,00	12	468,00	18	Pneumo-peritôneo (por incidência)	
21-013-08-0	0	780,00	30	1.300,00	50	2.080,00	80	Trânsito delgado (por exame)	
21-014-08-6	0	156,00	6	312,00	12	468,00	18	Diafragma (por incidência)	
21-015-08-2	0	598,00	23	1.820,00	70	2.418,00	93	Estômago e duodeno - com trânsito esofágico	
21-016-08-9	0	988,00	38	1.820,00	70	2.808,00	108	Clister opaco (duplo contraste - por exame)	
21-017-08-5	0	286,00	11	910,00	35	1.196,00	46	Sialografia	
21-018-08-1	0	468,00	18	2.470,00	95	2.938,00	113	Pancreatografia retrógrada (via endoscópica)	
21-019-08-8	0	468,00	18	2.470,00	95	2.938,00	113	Colangiopancreatografia retrógrada (v.endoscópica)	
21-020-08-6	0	468,00	18	2.470,00	95	2.938,00	113	Pancreatografia retrógrada pré-operatória	

ANEXO DA PORTARIA Nº 050/81 - 26.05.81.

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS RADIOLÓGICOS

CR\$ = 26,00

fls. 05

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS RADIOLÓGICOS								
C Ó D I G O	PORTE	F I L M E		HONORÁRIOS E OUTROS CUSTOS		T O T A L		NOMENCLATURA
		CR\$	US	CR\$	US	CR\$	US	
21-09 - APARELHO GÊNITO URINÁRIO								
21-001-09-0	0	234,00	9	1.300,00	50	1.534,00	59	Cistografia (por exame)
21-002-09-6	0	780,00	30	1.820,00	70	2.600,00	100	Urografia venosa (por exame)
21-003-09-2	0	286,00	11	1.300,00	50	1.586,00	61	Histerossalpingografia c/ou s/prova de corte p/ex
21-004-09-9	0	624,00	24	1.300,00	50	1.924,00	74	Pielografia ascendente p/exame
21-005-09-5	0	468,00	18	1.300,00	50	1.768,00	68	Uretrografia - por exame
21-006-09-1	0	546,00	21	2.080,00	80	2.626,00	101	Uretrocistografia (qualquer técnica)
21-007-09-8	0	910,00	35	1.820,00	70	2.730,00	105	Urografia técnica 1, 2, 3, - por exame
21-008-09-4	0	156,00	6	312,00	12	468,00	18	Pneumopelvisgrafia - por incidência
21-009-09-0	0	208,00	8	312,00	12	520,00	20	Útero grávido (qualquer técnica p/incidência)
21-010-09-9	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Nefrotomografia - por corte
21-011-09-5	0	780,00	30	1.820,00	70	2.600,00	100	Urografia com Dripping
21-012-09-1	0	104,00	4	312,00	12	416,00	16	Ginecografia - por incidência
21-013-09-8	0	52,00	2	1.300,00	50	1.352,00	52	Pneumobexiga - por incidência
21-014-09-4	0	468,00	18	1.950,00	75	2.418,00	93	Pneumorrin - por exame
21-015-09-0	0	156,00	6	3.900,00	150	4.056,00	156	Nefrograma - radioativo (isotópico)
21-10 - OUTROS EXAMES RADIOLÓGICOS								
21-001-10-3	0	208,00	8	312,00	12	520,00	20	Abdome simples - por incidência
21-002-10-0	0	338,00	13	780,00	30	1.118,00	43	Escanometria - por incidência
21-003-10-6	0	364,00	14	1.300,00	50	1.664,00	64	Fistulografia - por exame
21-004-10-2	0	182,00	7	390,00	15	572,00	22	Mamografia - por incidência
21-005-10-9	0	312,00	12	260,00	10	572,00	22	Radiografia dinâmica
21-006-10-5(*)	0	-	-	130,00	5	130,00	5	Radioscopia dinâmica
21-007-10-1	0	676,00	26	1.820,00	70	2.496,00	96	Ductografia
21-008-10-8	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Tomografia de osso - por corte
21-009-10-4	0	104,00	4	260,00	10	364,00	14	Tomografia subsidiária a outros exames p/corte
21-010-10-2	0	234,00	9	1.560,00	60	1.794,00	69	Localização tridimensional de c/estranho do globo ocular.

(\*) neste código não há utilização de filme

51057-1  
cld



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONVÊNIO  
Nº 003/81.

CLÁUSULA 1 - NEGÓCIO JURÍDICO

- 1.1. NATUREZA - Trata-se de Convênio para prestação de serviços de previdência e assistência aos servidores da Prefeitura.
- 1.2. PARTES CONVENIENTES
- 1.2.1. CONVENIENTE - O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, doravante denominado IPESC, Autarquia de Previdência e Assistência Social, criado pela Lei nº 3.138, de 11 de dezembro de 1962, com sede à Rua Trajano, nº 1, nesta cidade de Florianópolis, neste ato representado por seu Presidente, Dr. Albino Zeni.
- 1.2.2. CONVENIENTE - A Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 364, de 25.02.81, denominada a seguir simplesmente PREFEITURA.
- 1.2.2.1. REPRESENTAÇÃO E GERÊNCIA - A Prefeitura faz-se representar neste ato por seu Prefeito, Sr. Claudino Antoninho Roman.
- 1.3. REGIME JURÍDICO E EMBASAMENTO LEGAL - Subordina-se às disposições do Código Civil e Art. 4º, § 2º, da Lei nº 3.138, de 11.12.62, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.249, de 30.06.76 e legislação complementar, que integra o presente, e que se aplicará para os efeitos de direitos e obrigações dos convenientes.

CLÁUSULA 2 - OBJETO

- 2.1. GENERALIDADE - O objeto do convênio é prestar todas as operações de previdência e assistência estabelecidas na legislação do IPESC.
- 2.2.1. Não se compreende como associado para fins deste convênio, com inscrição portanto vedada no IPESC, o pessoal de obras, nessa qualidade segurado do INPS e, aqueles cuja idade seja superior a 60 (sessenta) anos, na data de sua inscrição, nos termos do Art. 4º, § 3º, da Consolidação das Leis da Previdência Estadual (CLPE), aprovada pelo Decreto nº 2 512, de 02.05.77.

CLÁUSULA 3 - OBRIGAÇÕES

- 3.1. OBRIGAÇÕES DO IPESC - O IPESC se compromete neste ato:
- a) aplicar aos servidores da Prefeitura, inscritos na conformidade do presente convênio, as disposições da Lei nº 3.138, de 11.12.62, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.249, de 30.06.76, regulamentos e respectivas modificações e demais atos complementares, no que lhes couber;
- b) realizar o pagamento dos benefícios previstos na legislação própria e disposições regulamentares, após o cumprimento das formalidades exigidas;
- c) prestar os serviços assistenciais, de acordo com as possibilidades administrativas, técnicas e financeiras do IPESC;
- d) fornecer a Prefeitura a matrícula dos associados inscritos, modelos de guias de recolhimento para as contribuições e os esclarecimentos necessários ao cumprimento do presente;
- e) e outras obrigações que decorrerem da legislação superveniente, que alterem, ou não, as cláusulas avençadas neste convênio.
- 3.2. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA - A Prefeitura se obriga a:
- a) inscrever obrigatoriamente no IPESC todos os seus servidores que na data da inscrição não tenham mais de 60 (sessenta) anos de idade;
- b) recolher ao IPESC, até o último dia do mês subsequente ao vencido (Art. 45, § 1º da CLPE), a contribuição com a designação de "Quota de Previdência" a que estiver sujeita, nos termos do Art. 36, letra "b" da Lei nº 3.138, de 11.12.62, com a nova redação dada pela Lei nº 5.249 de 30.06.76;

c) descontar compulsoriamente o valor da contribuição e as prestações mensais dos empréstimos contraídos pelos associados, diretamente nas folhas de pagamento, recolhendo as quantias a Tesouraria do IPESC ou ao Estabelecimento de Crédito credenciado, até o dia 10 do mês subsequente ao vencido;

d) facultar ao IPESC a verificação das folhas de pagamento e prestar todos os esclarecimentos e informações que lhe for solicitada, nos termos do § 2º do art. 39 da Lei nº 3.138, de 11.12.62, com nova redação dada pela Lei nº 5.249, de 30.06.76;

e) cumprir a legislação, regulamentos e demais atos complementares do IPESC, com as respectivas modificações;

f) incluir no orçamento anual a contribuição, com a designação de "Quota de Previdência", prevista no Art. 36, letra "b", da Lei nº 3.138, de 11.12.62, com as alterações da Lei nº 5.249, de 30.06.76;

g) e outras obrigações que decorrerem da legislação superveniente, que alterem, ou não, as cláusulas avençadas neste Convênio.

CLÁUSULA 4 - PRAZO

O prazo deste convênio é indeterminado, iniciando-se a sua contagem a partir da data da assinatura e que fixará igualmente o prazo do cumprimento das obrigações assumidas pela Prefeitura, sem prejuízo das obrigações anteriormente contraídas pelas partes, se for o caso. O IPESC obriga-se a cumprir o objeto deste convênio, somente após o recolhimento das contribuições dos associados e da Quota de Previdência.

CLÁUSULA 5 - JUROS, CORREÇÃO E MULTA

- 5.1. As quantias devidas pela Prefeitura ao IPESC e não recolhidas nas datas próprias serão acrescidas de correção monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês, independentemente de qualquer interpelação e aviso, e multa variável de 10% a 30% (dez a trinta por cento), de conformidade com a seguinte graduação:
- a) 10% (dez por cento) para atraso de até 180 (cento e oitenta) dias;
- b) 20% (vinte por cento) para atraso de mais de 180 (cento e oitenta) e até 360 (trezentos e sessenta) dias;
- c) 30% (trinta por cento) para atraso de mais de 360 (trezentos e sessenta) dias.

CLÁUSULA 6 - PROCURAÇÃO

A Prefeitura neste ato, e na hipótese de atraso, nomeia e constitui seu procurador o IPESC, na forma do inciso I e II do Art. 1.317 do C.C., com poderes irrevogáveis para receber junto ao Tesouro do Estado de Santa Catarina, ao Banco do Estado de Santa Catarina S/A ou a outro Estabelecimento de Crédito ou Entidade de Direito Público ou Privado, as quotas relativas ao Fundo de Participação dos Municípios do Imposto de Circulação de Mercadorias (I.C.M.), que de conformidade com a legislação vigente couberem a Prefeitura, ora mandante, até a total liquidação de seu débito que for apurado e indicado pelo IPESC no órgão pagador, em parcelas mensais e sucessivas fixadas de acordo com as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA 7 - ATRASO E RESCISÃO

- 7.1. RESCISÃO ADMINISTRATIVA - O presente convênio poderá ser rescindido pelo IPESC, nas seguintes hipóteses:
- a) inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições;
- b) atraso no pagamento das quotas de previdência e das contribuições dos associados por lapso de tempo superior a 3 (três) meses;
- c) deixar de qualquer forma, de cumprir as rotinas administrativas, regulamentos e demais disposições complementares do IPESC;
- d) a Prefeitura obriga-se, ainda, a cumprir normalmente os pagamentos mensais a que se refere a Cláusula 3, item 3.2., letra "f".
- 7.1.1. Excetuadas as hipóteses previstas no item 7.1., o presente convênio poderá ainda ser rescindido unilateral-



mente pelo IPESC, mediante comunicação por escrito, pela qual manifeste a sua intenção em rescindí-lo, independentemente de qualquer medida judicial.

- 7.2. A falta de recolhimento das contribuições mensais, por período superior a 3 (três) meses, determinará a perda dos direitos da inscrição dos servidores municipais e consequentemente de todos os benefícios previdenciários, objeto deste convênio.
- 7.3. O IPESC poderá, por mera liberalidade e unilateralmente, optar pelo recebimento de débito em atraso ou pela rescisão deste convênio.
- 7.4. RESPONSABILIDADES PELOS RECOLHIMENTOS
- 7.4.1. Será punida com as penas de "Crime de Apropriação Indevida" (Art. 168 do C.P.), a falta de recolhimento das contribuições e de outras importâncias devidas ao IPESC e arrecadadas dos servidores da Prefeitura.
- 7.4.2. Na hipótese da Prefeitura descontar de seus servidores as importâncias devidas ao IPESC e não recolher na época prevista, a responsabilidade pelo ilícito penal é pessoal, do Sr. Prefeito e administradores de um modo geral.

#### CLÁUSULA 8 - FORO E FECHO

- 8.1. FORO - O foro da Capital do Estado de Santa Catarina é o único competente para dirimir qualquer demanda que verse sobre o presente convênio.
- 8.2. NÚMERO DE VIAS - O presente convênio está redigido em 8 (oito) vias, sendo uma original e as demais cópias "xerox", destinando-se a original e mais 5 (cinco) vias ao IPESC e as restantes a Prefeitura.
- 8.3. FORMALIDADES COMPLEMENTARES - Todas as vias deste convênio, são assinadas e rubricadas pelas partes convênientes, com 2 (duas) testemunhas.

Florianópolis, 22 de maio de 1981.

REPRESENTANTE DA PREFEITURA

REPRESENTANTE DO IPESC

TESTEMUNHAS: 1.

2.

X X X

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS — PROCAPE

RELAÇÃO DOS SERVIDORES DO PROCAPE E RESPECTIVOS TEMPOS DE SERVIÇO, APURADOS CONFORME DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 326, DE 18 DE OUTUBRO DE 1979, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROCAPE.

#### GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR

NOMES	CLASSES	TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO ...					
		I	II	III	IV	V	VI
HANS WERNER HACKRAIT	ANS-1-A	-	-	-	-	-	-
ADONIS ZIMMERMANN	ANS-2-B	514	514	514	514	514	514
BERNADETE CONCEIÇÃO DA SILVA	ANS-2-B	514	514	514	514	514	514
CARLOS ALBERTO MARTINS	ANS-2-B	514	514	514	514	514	2.188
CARÍVIO SANTO MARTINELLI	ANS-3-C	514	514	514	514	514	514
FERNANDO MELQUIADES ELIAS	ANS-3-C	514	514	514	514	514	1.210
JOÃO HENRIQUE CRISTIANO HEIDRICH	ANS-3-C	514	514	514	514	514	514
PAULO PEREIRA DE DEUS	ANS-3-C	514	514	514	514	514	514
ANTENOR MANOEL VIEIRA	ANS-4-D	514	514	514	514	514	514
ANTONIO JOSÉ DA CONCEIÇÃO	ANS-4-D	479	479	479	479	479	1.814
ANTONIO NUNES VIEIRA	ANS-4-D	514	514	514	514	514	514
JOSÉ VITOR CENITENO RODRIGUES	ANS-4-D	513	513	513	513	513	513
SIDNEI DA COSTA SOARES	ANS-4-D	514	514	514	514	514	3.344
ANTONIO RUBILAR FERREIRA LEÃO	ANS-5-E	514	514	514	514	514	514
FRANCISCO JOSÉ PAMPLONA	ANS-5-E	479	479	479	479	479	955
GUILHERME JULIO DA SILVA	ANS-5-E	546	994	994	994	994	1.821
MANOEL ANTONIO DE BEM	ANS-5-E	546	546	1.429	2.655	2.655	2.655
NILTON ANTONIO CUNHA	ANS-5-E	514	514	514	514	514	514
SÉRGIO FERREIRA DE OLIVEIRA	ANS-5-E	514	514	514	514	514	514
SÉRGIO LUIZ GOTTARDI	ANS-5-E	514	514	514	514	514	514
ALDO VARELA JUNIOR	ANS-6-F	546	1.063	1.063	1.063	2.793	2.823
JOÃO JOSÉ MACHADO	ANS-6-F	546	1.063	1.063	1.063	6.665	6.665
NEVION CLAUDSON MEZZARI	ANS-6-F	366	366	366	366	366	2.120

OTÁVIO HILDEBRAND LIMA	ANS-6-F	546	1.063	1.063	1.063	1.063	1.063
SERASTIÃO IVAN NUNES	ANS-6-F	546	1.429	1.429	3.542	3.542	4.012
SÉRGIO GOMES MATOS	ANS-6-F	546	1.429	1.429	1.945	2.529	3.954

- I - NA CLASSE  
II - NA CATEGORIA FUNCIONAL (GRUPO)  
III - COMO OCUPANTE DE CARGO DO QUADRO PERMANENTE  
IV - COMO SERVIDOR DO PROCAPE  
V - A SECRETARIA DA FAZENDA  
VI - AO ESTADO DE SANTA CATARINA

Anastácio Martins  
CHEFE DO SERVIÇO DE  
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL  
Lurdete Rosa da Silva  
REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DO  
SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA SE-  
CRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

51074-1  
cid

#### HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente relação  
em 27/05/81.

Jayme Scherer  
SUPERINTENDENTE

X X X

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS — PROCAPE

RELAÇÃO DOS SERVIDORES DO PROCAPE E RESPECTIVOS TEMPOS DE SERVIÇO, APURADOS CONFORME DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 326, DE 18 DE OUTUBRO DE 1979, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROCAPE.

#### GRUPO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO

NOMES	CLASSES	TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO ...					
		I	II	III	IV	V	VI
EMANUEL DO NASCIMENTO DA SILVA	ATM-1-A	546	546	1.429	1.733	1.733	2.082
LAURO JOSÉ DIAS	ATM-2-B	1.429	1.429	1.429	1.827	1.827	4.039
MÁRIO DE JESUS MONTEIRO CHAVES	ATM-2-B	514	514	514	514	514	514
MARIA LEIDA DO NASCIMENTO	ATM-3-C	546	1.429	1.429	1.733	1.733	1.733
ANASTÁCIO MARTINS	ATM-4-D	546	1.063	1.063	1.063	1.063	1.962
CARLOS ALBERTO BERTOLDO DOS SANTOS	ATM-5-E	546	1.429	1.429	1.611	1.611	2.772

- I - NA CLASSE  
II - NA CATEGORIA FUNCIONAL (GRUPO)  
III - COMO OCUPANTE DE CARGO DE QUADRO PERMANENTE  
IV - COMO SERVIDOR DO PROCAPE  
V - A SECRETARIA DA FAZENDA  
VI - AO ESTADO DE SANTA CATARINA

Anastácio Martins  
CHEFE DO SERVIÇO DE  
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL  
Lurdete Rosa da Silva  
REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DO  
SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA SE-  
CRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

51074-a-1  
cid

#### HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente relação,  
em 27/05/81.

Jayme Scherer  
SUPERINTENDENTE

X X X

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS — PROCAPE

RELAÇÃO DOS SERVIDORES DO PROCAPE E RESPECTIVOS TEMPOS DE SERVIÇO, APURADOS CONFORME DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 326, DE 18 DE OUTUBRO DE 1979, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PROCAPE.

#### GRUPO DE SERVIÇOS AUXILIARES

NOMES	CLASSES	TEMPO DE SERVIÇO PRESTADOS...					
		I	II	III	IV	V	VI
ADÉLIA MARIA FERREIRA	SA-6-A	514	514	514	514	514	514
ADMAR DA SILVA LIMA	SA-6-A	546	546	546	618	618	618
EMMA BIZ	SA-6-A	540	540	540	540	540	540
LUIZE ELVIRA SCHEIDT	SA-6-A	507	507	507	507	507	507
MARIA BERNADETE SILVA	SA-6-A	546	546	546	1.224	1.224	1.943
EDNA MARIA FERREIRA CORREIA	SA-7-B	546	546	546	638	638	638
GENÉSIO JOSÉ KLEIN	SA-7-B	543	543	543	543	543	543
LUIZ PAULO LUIZ	SA-7-B	545	545	545	1.217	1.217	1.217
LUIZ TELMO BENTO	SA-7-B	463	463	463	463	463	3.477
MÁRIO DA CUNHA BIANCHINI	SA-7-B	507	507	507	507	507	507
ROBERTO MACHADO	SA-7-B	514	514	514	514	514	713
ELCI LÓCIA VIEIRA	SA-8-C	448	448	448	448	448	448
JORGE ROBERTO MEICKERT	SA-8-C	542	542	542	634	634	761
VALENTIM RÔMULO BITTENCOURT	SA-8-C	514	514	514	514	514	514
VALTER BORBA	SA-8-C	513	513	513	513	513	1.682

ARNALDO SANT'ANA FILHO	SA-9-D	546	994	994	994	994	1.313
FABIO SARDÁ	SA-9-D	544	1.418	1.418	3.531	3.531	4.055
ROSITA GEVAERD LINO RECHIA	SA-9-D	546	1.429	1.429	3.542	3.542	4.076
CÉLIO DE CASTRO JUNIOR	SA-10-E	544	1.426	1.426	1.608	1.608	1.608
PAULO ROBERTO SPINATTO	SA-10-E	546	1.429	1.429	1.733	1.733	1.733
WILSON DERINGER	SA-10-E	546	1.429	1.673	1.977	1.977	1.977

- I - NA CLASSE  
 II - NA CATEGORIA FUNCIONAL (GRUPO)  
 III - COMO OCUPANTE DE CARGO DO QUADRO PERMANENTE  
 IV - COMO SERVIDOR DO PROCAPE  
 V - A SECRETARIA DA FAZENDA  
 VI - AO ESTADO DE SANTA CATARINA

Anastácio Martins  
 CHEFE DO SERVIÇO DE  
 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Lizete Rosa da Silva  
 REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DO  
 SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA SE-  
 CRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

51074-61  
 c/d

## HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente relação,  
 em 27/05/81.

Jayne Scherer  
 SUPERINTENDENTE

X X X



ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PROGRAMA ESPECIAL DE APOIO A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS — PROCAPE

RELAÇÃO DOS SERVIDORES DO PROCAPE E RESPECTIVOS TEMPOS DE SERVIÇO, APURADOS  
 CONFORME DISPÕE A RESOLUÇÃO Nº 326, DE 18 DE OUTUBRO DE 1979, DO CONSELHO  
 DE ADMINISTRAÇÃO DO PROCAPE.

## GRUPO DE TRANSPORTE OFICIAL E PORTARIA

NOMES	CLASSES	TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO ...					
		I	II	III	IV	V	VI
CUSTÓDIA VIEIRA CARDOSO	TOP-1-A	479	479	479	479	479	479
TEREZA LAIDE DA SILVA	TOP-1-A	479	479	479	479	479	479
NEZINA BERNADINA KUHLEN	TOP-2-B	479	479	479	479	479	479
ORLANDO FERNANDES FILHO	TOP-2-B	514	514	514	514	514	514
VERA LÚCIA DA SILVA FERNANDES	TOP-3-C	511	511	511	511	511	511
CÉLIA SCHLICHTING	TOP-4-D	479	479	479	479	479	479
LUIZ CARLOS DE SOUZA	TOP-4-D	546	1.063	1.063	1.063	1.063	1.063
ALFREDO BENTO DA ROSA	TOP-5-E	546	546	546	1.266	1.266	1.276
MANOEL JOSÉ CORREA	TOP-5-E	546	1.014	1.014	1.014	1.014	1.403
MAURÍCI GERVAANO PIRES	TOP-5-E	479	479	479	479	479	479
OTÁVIO SOUZA	TOP-6-A	507	507	507	507	507	507
NIVALDO SILVA	TOP-8-C	227	227	227	227	227	227

- I - NA CLASSE  
 II - NA CATEGORIA FUNCIONAL (GRUPO)  
 III - COMO OCUPANTE DE CARGO DO QUADRO PERMANENTE  
 IV - COMO SERVIDOR DO PROCAPE  
 V - A SECRETARIA DA FAZENDA  
 VI - AO ESTADO DE SANTA CATARINA

Anastácio Martins  
 CHEFE DO SERVIÇO DE  
 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Lizete Rosa da Silva  
 REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO DO  
 SISTEMA DE PESSOAL CIVIL DA SE-  
 CRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

51074-61  
 c/d

## HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente relação,  
 em 27/05/81.

Jayne Scherer  
 SUPERINTENDENTE

51112-4  
 c/d

X X X

## FUNDAÇÕES ESTADUAIS

## FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 029/81  
 REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

## 1) PARTES CONTRATANTES

- a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
 b) Indil Ind. E Distribuição de Produtos Bovinos Ltda., representada por seu Gerente Comercial Sr. José L. Madeira.

## 2) OBJETO DO CONTRATO

Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.

## 3) VALOR APROXIMADO

R\$ 477.930,00 (Quatrocentos e Setenta e Sete Mil, Novecentos e Trinta Cruzeiros).

## 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

F.H.S.C. - Item 3.120.04

## 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO

Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.

## 6) VIGÊNCIA

Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81

## 7) FORO

Cidade de Florianópolis

Florianópolis, 31 de março de 1981

Dr. Enio Cesar Vieira Pereira

Indil Ind. E Distribuição de Produtos Bovinos Ltda.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 030/81

REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

## 1) PARTES CONTRATANTES

- a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
 b) Quimidrol Com. Indústria Importação Ltda., representada por seu Gerente Proc. Sr. Rolf E. Heinzelmann.

## 2) OBJETO DO CONTRATO

Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.

## 3) VALOR APROXIMADO

R\$ 1.020,00 (Um Mil e Vinte Cruzeiros).

## 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

F.H.S.C. - Item 3.120.04

## 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO

Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.

## 6) VIGÊNCIA

Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81

## 7) FORO

Cidade de Florianópolis

Florianópolis, 31 de março de 1981

Dr. Enio Cesar Vieira Pereira

Quimidrol Com. Indústria Importação Ltda.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 031/81

REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

## 1) PARTES CONTRATANTES

- a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
 b) Pedro Ernesto Nunes, representada por seu Proprietário Sr. Pedro Ernesto Nunes.

## 2) OBJETO DO CONTRATO

Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.

## 3) VALOR APROXIMADO

R\$ 956.840,00 (Novecentos e Noventa e Seis Mil, Oitocentos e Quarenta Cruzeiros).

## 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

F.H.S.C. - Item 3.120.04

## 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO

Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.

## 6) VIGÊNCIA

Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81

## 7) FORO

Cidade de Florianópolis

Florianópolis, 31 de março de 1981

Dr. Enio Cesar Vieira Pereira

Pedro Ernesto Nunes



- 3) VALOR APROXIMADO  
Cr\$ 477.912,00 (Quatrocentos e Setenta e Sete Mil, Novecentos e Doze Cruzeiros).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Zélia Amélia Kuhn

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 028/81  
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Casa do Mel Ltda., representada por seu Proprietário Sr. João de Souza Melo.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
Cr\$ 92.400,00 (Noventa e Dois Mil e Quatrocentos Cruzeiros)
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Casa do Mel Ltda.

51112-0.1  
c/d.

— X X X —

#### FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 034/81  
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Arroz Biguano Ind. E Comércio Ltda., representada por Manoel Crispim Martins.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
Cr\$ 1.246.860,00 (Um Milhão, Duzentos e Quarenta e Seis Mil, Oitocentos e Sessenta Cruzeiros).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Arroz Biguano Ind. E Comércio Ltda.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 042/81  
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Cerealista Aleixo Ltda., representada por seu Gerente Sr. Jaime Aleixo Souza.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
Cr\$ 299.638,50 (Duzentos e Noventa e Nove Mil, Seiscentos e Trinta e Oito Cruzeiros e Cinquenta Centavos).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81

- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Cerealista Aleixo Ltda.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 043/81  
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Distribuidora de Bebidas Nova Ponte, representada por seu Proprietário Sr. Vitório Hasckel.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
Cr\$ 112.800,00 (Cento e Doze Mil e Oitocentos Cruzeiros).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Distribuidora de Bebidas Nova Ponte

51113-1  
c/d.

— X X X —

#### FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 032/81  
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Gema Massas Alimentícias Ltda., representada por seu Sócio Gerente Sr. Lourival S. Ferreira.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
Cr\$ 130.941,90 (Cento e Trinta Mil, Novecentos e Quarenta e Um Cruzeiros e Noventa Centavos).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Gema Massas Alimentícias Ltda.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 033/81  
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Bretzke Ind. Com. de Produtos Alimentícios Ltda., representada por seu Sócio Gerente Sr. Eriberto Bretzke.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
Cr\$ 135.273,00 (Cento e Trinta e Cinco Mil, Duzentos e Setenta e Três Cruzeiros).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Bretzke Ind. Com. de Produtos Alimentícios Ltda.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 035/81  
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Rouxinol S/A. Ind. E Comércio, representada por seu Gerente Sr. Fausto Cimardi

- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
R\$ 127.323,00 (Cento e vinte sete mil, trezentos e vinte e três cruzeiros) x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Rouxinol S/A. Ind. e Comércio

51113.a.1  
c/d.

X X X

## FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 026/81

REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Madeira & Cia. Ltda., representada por seu Proprietário Sr. Maurino A. Madeira.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital
- 3) VALOR APROXIMADO  
R\$ 1.221.661,80 (Hum Milhão, Duzentos e Vinte e Um Mil, Seiscentos e Sessenta e Um Cruzeiros e Oitenta Centavos).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Madeira & Cia. Ltda.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 024/81

REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Pamplona Frigorífico Riosulense S/A., representada por seu Diretor Sr. Sebastião Fischer.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
R\$ 263.160,00 (Duzentos e Sessenta e Tres Mil, Cento Sessenta Cruzeiros).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.
- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81
- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Pamplona Frigorífico Riosulense S/A.

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 025/81

REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 027/81 E PROCESSO Nº 138/81

- 1) PARTES CONTRATANTES  
a) Fundação Hospitalar de Santa Catarina, representada por seu Superintendente Dr. Enio Cesar Vieira Pereira.  
b) Armazem do Povo, representada por seu Proprietário Sr. Arnaldo Luz.
- 2) OBJETO DO CONTRATO  
Fornecimento de Gêneros Alimentícios, para as Unidades da Capital.
- 3) VALOR APROXIMADO  
R\$ 2.207.523,60 (Dois milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e vinte e três cruzeiros e sessenta centavos).
- 4) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
F.H.S.C. - Item 3.120.04
- 5) FORNECIMENTO E PAGAMENTO  
Fornecimento parcelado de acordo com as necessidades das Unidades e pagamento mediante empenho.

- 6) VIGÊNCIA  
Prazo de 90 dias, a contar de 01.04.81

- 7) FORO  
Cidade de Florianópolis  
Florianópolis, 31 de março de 1981  
Dr. Enio Cesar Vieira Pereira  
Armazem do Povo

51114-1  
c/d.

X X X

## FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇOS Nº 054/81

A V I S O  
A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA, torna público para conhecimento dos interessados, que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente nos Termos da Lei 5.516 de 28.02.79, até as 12:00 horas do dia 11.06.81, para aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades da Capital.

O Edital encontra-se afixado no prédio da Administração Central a rua Irmã Bernwarda nº 41, Florianópolis, Santa Catarina, onde serão prestados os esclarecimentos necessários e fornecidas as cópias do mesmo.  
Florianópolis, 27 de maio de 1981.

51111-1  
c/d.Alcino Vieira  
Diretor do Depto. de Administração

X X X

## FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA

TOMADA DE PREÇOS Nº 053/81

A V I S O  
A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SANTA CATARINA, torna público para conhecimento dos interessados, que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente, nos Termos da Lei 5.516 de 28.02.79, até as 12:00 horas do dia 10.06.81, para aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades da Capital.

O Edital encontra-se afixado no prédio da Administração Central a rua Irmã Bernwarda nº 41, Florianópolis, Santa Catarina, onde serão prestados os esclarecimentos necessários e fornecidas as cópias do mesmo.  
Florianópolis, 27 de maio de 1981.

51111.a.1  
c/d.Alcino Vieira  
Diretor do Depto. de Administração

X X X

## FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE - FUCADESC

Extrato do Aditivo de Convênio FUCADESC nº 014/81

- 1º Conveniente : Fund. Cat. Desenv. Comunidade - FUCADESC  
2º Conveniente : Conselho Comunitário do Bairro Bela Vista (CHAPECÓ)

Objetivo : Pagamento de pessoal  
Valor : Cr\$ 1.006.381,00 (hum milhão, seis mil, trezentos e oitenta e hum cruzeiros)  
Código : 4602.15814872.184 - Item 3132.01  
Vigência : 01.05.81. a 30.11.81.  
Assinado em : 07 de maio de 1981.  
Representantes: FUCADESC - Dr. CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA  
CONSELHO - Sr. DORVALINO DI DOMENICO

Extrato do Aditivo de Convênio FUCADESC nº 016/81

- 1º Conveniente : Fund. Cat. Desenv. Comunidade - FUCADESC  
2º Conveniente : Conselho Comunitário do Bairro Castelo Branco (XANXERÊ)

Objetivo : Pagamento de pessoal  
Valor : Cr\$ 1.006.381,00 (hum milhão, seis mil, trezentos e oitenta e hum cruzeiros)  
Código : 4602.15814872.184 - Item 3132.01  
Vigência : 01.05.81. a 30.11.81.  
Assinado em : 07 de maio de 1981.  
Representantes: FUCADESC - Dr. CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA  
CONSELHO - Sr. CELSO MATTIOLO

Extrato do Aditivo de Convênio FUCADESC nº 022/81

- 1º Conveniente : Fund. Cat. Desenv. Comunidade - FUCADESC  
2º Conveniente : Conselho Comunitário da Colônia (FLORIANÓPOLIS)

Objetivo : Pagamento de pessoal  
Valor : Cr\$ 2.476.239,00 (dois milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e nove cruzeiros)  
Código : 4602.15814872.184 - Item 3132.01  
Vigência : 01.05.81. a 30.11.81.  
Assinado em : 07 de maio de 1981.  
Representantes: FUCADESC - Dr. CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA  
CONSELHO - Pe. AQUILINO ANTONIO DOS SANTOS

51120-2  
c/d.



# TRIBUNAL DE CONTAS

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SOMULA DA 2447 a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

Em Sessão realizada a 20 de maio de 1981, o Tribunal Pleno, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Nelson Pedrini, examinou 44 processos. Estiveram presentes, os Senhores Conselheiros: Wilmar Dallanhol, Vice-Presidente, Carlos Augusto Caminha, Cláudio De Vincenzi, Dib Cherem, Paulo Bauer Filho e o Auditor Convocado Senhor Altair Debona Castelan. Presente, também, o Procurador da Fazenda, Doutor José Manoel Soar. Os processos examinados foram os seguintes:

1. - EMPENHOS : INTERESSADOS : Fundação Educacional de S.C. e Outros., Ondrepsb Ltda e Outros. DECISÃO - CONHECIDOS E ANOTADOS.
2. - FÉRIAS - INTERESSADO - Carlos Augusto Caminha. DECISÃO: CONCEDIDAS AS FÉRIAS REQUERIDAS.
3. - RECURSOS : a) PRIMEIRA CÂMARA - INTERESSADOS: Lucilia M. Carvalho. DECISÃO - CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA PELA PRIMEIRA CÂMARA. b) Raimundo Zumblick - DECISÃO : CONHECIDO E PROVIDO, AUTORIZANDO A BAIXA DE RESPONSABILIDADE.
4. - DESPESA ORÇAMENTÁRIA A LIQUIDAR. - INTERESSADO - UFSC. DECISÃO : JULGADO LEGAL O PROTOCOLO, BEM COMO O TERMO ADITIVO CORRESPONDENTE.
5. - RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR - INTERESSADA - Ceres Terezi-nha de Lins. Relação nº 21/81. DECISÃO - JULGADA LEGAL A DESPESA.
6. - ADICIONAL - INTERESSADOS- a) - Getúlio José Uba. DECISÃO : AUTORIZADA A BAIXA DE RESPONSABILIDADE. b) - INTERESSADOS - Lilian Mueller, Jucemar Lucio dos Santos. DECISÃO - JULGADO LEGAL O EXPEDIENTE E A CONCESSÃO. c) - INTERESSADO - Octacilio Francisco Fraga. DECISÃO : JULGADO LEGAL O EXPEDIENTE.
7. - PRORROGAÇÃO DE PRAZO - INTERESSADO - Roberto Oliveira - Filho. e Waldomiro Collautti. DECISÃO : CONCEDIDA A PRORROGAÇÃO SOLICITADA.
8. - CONTRATOS : INTERESSADOS: a) - Construtora Catarinense S.A., Sinoda Construções S.A. DECISÃO : JULGADAS LEGAIS A DESPESA; A LICITAÇÃO E O CONTRATO, NOS TERMOS DO PARECER DA INSTRUÇÃO. b) - Empresa de Limpeza. Manutenção e Conservação : - OLIOTA LTDA. DECISÃO - JULGADOS LEGAIS OS CONTRATOS.
9. - TOMADAS DE PREÇOS - a) INTERESSADOS : Manufatura Nacional de Plásticos e Outros, DICA F - Distribuidora de filmes Ltda. DECISÃO - JULGADA LEGAL A LICITAÇÃO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO. b) - Armandino Carlos Assing e Outros, Panificadora Ltda. S/A., Moinhos Santista Industrias e Cereais Ltda., Dist. de Carne Preciosa Ltda. e Outros. DECISÃO : JULGADA LEGAL A DESPESA, A LICITAÇÃO E O CONTRATO. c) - INTERESSADOS : Pamplona Frigorifico Rio Sulense S.A. - DECISÃO : JULGADA LEGAL A DISPENSA DE LICITAÇÃO E O CONTRATO. d) - Vedat Tampas Herméticas - Ltda. e Outros, Mamap- DECISÃO : JULGADA LEGAL A LICITAÇÃO.
10. - INSPEÇÃO NAS PREFEITURAS DE : Alto Vale do Itajaí, Região de Laguna, Região do Sul de S.C. DECISÃO : APROVADO O RELATÓRIO, REMETENDO CÓPIAS AOS PREFEITOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DAS CÂMARAS DE VEREADORES.

11. - CONSULTAS : a) INTERESSADO - Prefeitura Municipal de Joinville. DECISÃO : RESPONDER A CONSULTA NOS PRECISOS TERMOS DO PARECER E VOTO DO RELATOR. b) INTERESSADO : José Manoel Pacheco - DECISÃO - RESPONDER A CONSULTA NOS TERMOS DO PARECER DA INSTRUÇÃO.

12. - BAIXA DE RESPONSABILIDADE : INTERESSADO : Mariano Lhano Sanchez. DECISÃO : AUTORIZADA A BAIXA DE RESPONSABILIDADE, COM CIÊNCIA À DAF, NOS TERMOS DO PARECER DO CORPO ESPECIAL.

13. - PRESTAÇÕES DE CONTAS: a) - RESPONSÁVEIS : Relações - nºs. 21.44.81, 22.44.81, 23.44.81, 40.100.81, 42-100.81, 43.100.81. DECISÃO : JULGADA LEGAL A COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS CONSTANTES DAS RELAÇÕES. b) - RESPONSÁVEIS : Empresa Assistência Técnica e Extensão Rural de S.C., Centrais Elétricas de S.C., Fundação Catarinense de Cultura. DECISÃO : JULGADAS LEGAIS AS COMPROVAÇÕES NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO. c) - RESPONSÁVEL - Romualdo Antonio Spies. DECISÃO : CONVERTIDO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, DE ACORDO COM O PARECER DA INSTRUÇÃO DE FLS. 26. d) - RESPONSÁVEL: Carlos A. B. dos Santos. DECISÃO - 1º - O Tribunal decidiu: 1. - aplicar ao responsável a cominação prevista no art. 81, da Lei nº 5565 - 29.6.79, fixando-a em 1 (um) valor de referência, cujo recolhimento deverá ser efetivado em 30 (trinta dias); 2. - Comprovado o recolhimento, o Tribunal de Contas autorizará a baixa de responsabilidade inscrita.

13. - ADIADO - PARTE RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR Nº 01. INTERESSADO : Companhia de Desenvolvimento de S.C.

14. - AVOCADO PELA PRESIDÊNCIA - CONTRATO - INTERESSADOS Alba L. Souza Espindola e Outros.

SALA DAS SESSÕES, 20 de maio de 1981

Chefe da Secretaria das Sessões. VISTO: Diretor do DE.

51062-1  
cld

— X X X —

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SOMULA DA 76a. REUNIÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Em reunião realizada a 25 de maio de 1981, a Segunda Câmara, sob a Presidência do Conselheiro Carlos Augusto Caminha, em exercício, examinou 70 processos. Estiveram presentes, os Senhores Conselheiro Paulo Bauer Filho e o Auditor Convocado Altair Debona Castelan. Presentes, também, o Senhor Procurador da Fazenda, Doutor Ricardo José Araujo de Oliveira e os Senhores Auditores Edy Ernestina de Souza Diamantaras e José Carlos Pacheco. Os processos examinados foram os seguintes:

1. ROL: REFERÊNCIA: Nº1919. INTERESSADO: Paulo Zoelfer Tronco. DECISÃO: DETERMINADO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.
2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA A LIQUIDAR: INTERESSADOS: Maria Madalena da Silva Azevedo, Ary Espindola, Bernadino Subtil, Leonardo Martendal. DECISÃO: ANOTADO O DOL.
3. QUINQUENIO: INTERESSADO: Cássio Lemos. DECISÃO: CONVERTIDO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO.
4. CONTRATO: a) INTERESSADO: Cia Melhoramentos da Capital. DECISÃO: JULGADO LEGAL O CONTRATO. b) LOCAÇÃO DE IMÓVEL: b-1) INTERESSADOS: Elci Mafessoni; Normélia Schwarz. DECISÃO: JULGADO LEGAL O CONTRATO E ANOTADO O DOL. b-2) INTERESSADO: Iris Hoffmann. DECISÃO: JULGADA LEGAL A RENOVAÇÃO CONTRATUAL E A DESPESA. b-3) INTERESSADO: Maria Correa Batista. DECISÃO: JULGADO LEGAL O CONTRATO E A DESPESA EMPENHADA. c) PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: c-1) INTERESSADOS: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Xerox do Brasil S/A. DECISÃO: JULGADA LEGAL A DISPENSA DE LICITAÇÃO, O CONTRATO E ANOTADO O DOL. c-2) INTERESSADOS: Dilma Borges, Normélia da Conceição Jac

ques, Pedrinho Lucio, Maurita dos Santos Góss, Nilse Doni-elli Sachetti e Izolde Wantz. DECISÃO: JULGADO LEGAL O CONTRATO E ANOTADO O DOL. c-3) INTERESSADO: SID-Sistemas de Informações Distribuída S/A. DECISÃO: JULGADA LEGAL A LICITAÇÃO, O CONTRATO E ANOTADO O DOL. d) CONTRATO DE MANUTENÇÃO INTERESSADO: Schmel Máquinas. DECISÃO: JULGADO LEGAL O CONTRATO E ANOTADO O DOL. e) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: INTERESSADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. DECISÃO: JULGADO LEGAL O ADITAMENTO E ANOTADO O DOL.

5. APOSENTADORIA: INTERESSADO: Francisco Antônio da Silva. DECISÃO: ORDENADO O REGISTRO.
6. DÍVIDA DE EXERCÍCIOS FIMOS: a) INTERESSADOS: Álbio Boing e outros e Anita de Sá Ribas e outros. DECISÃO: JULGADA LEGAL A CONCESSÃO. b) INTERESSADOS: Eduvaldo José Vieira e outros. DECISÃO: JULGADOS LEGAIS OS RELACIONAMENTOS.
7. TOMADA DE PREÇO: a) INTERESSADOS: Klímaco Material Farmacêutico e Hospitalar e outro, Zago Ferragens e outros, Lojas Hering S/A, The Sydney Ross CO, CIRLAB-Materiais Hospitalares Ltda, Basca- Reativos Sanra Catarina Ltda e outro, Coelho e Cia Ltda, Digaf- Distr. Cat. de Filmes Ltda e Coordenador de Serviço Social. DECISÃO: JULGADA LEGAL A DESPESA E A LICITAÇÃO. b) INTERESSADO: Indústria e Comércio Digital. DECISÃO: JULGADA LEGAL A DESPESA, A LICITAÇÃO E O CONTRATO. c) INTERESSADOS: Comercial F. Schmidt S/A e outros. DECISÃO: JULGADA LEGAL A DISPENSA DE LICITAÇÃO E O CONTRATO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO.
8. PRORROGAÇÃO DE PRAZO: INTERESSADO: Coringa-Vig. Banc. Industrial e Comercial. DECISÃO: AUTORIZADA A PRORROGAÇÃO DE PRAZO.
9. PREFEITURA MUNICIPAL: PARECER RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1979. INTERESSADAS: P.M. de Irani, P.M. de São José do Cedro, P.M. de Laurentino, P.M. de Palma Sola, P.M. de Campo Erê, P.M. de Santa Rosa de Lima, P.M. de Meleiro, P.M. de Jacinto Machado, P.M. de São Bento do Sul, P.M. de Dionício Cerqueira, P.M. de Witmarsum, P.M. de Cunha Porã, P.M. de Maravilha, P.M. de Rio das Antas e P.M. de Campo Alegre. DECISÃO: RECOMENDADA À EGRÉGIA CÂMARA DE VEREADORES A APROVAÇÃO DAS CONTAS, NOS TERMOS DO PARECER DA INSTRUÇÃO.
10. PRESTAÇÃO DE CONTAS: a) RESPONSÁVEIS: P.M. de São Domingos, P.M. de Puro Redondo, Flávio C. Camargo e Danilo Franz. DECISÃO: DEVOLVIDOS OS AUTOS À ORIGEM, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO. b) RESPONSÁVEIS: P.M. de Criciúma, Alexandre Francisco Ignácio Evangelista, Tadeu Maciel Danielewics e Amir Antônio Martins de Oliveira. DECISÃO: JULGADA LEGAL A COMPROVAÇÃO E AUTORIZADA A BAIXA DE RESPONSABILIDADE, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO. c) RESPONSÁVEIS: Paulo Mendonça, Dirce Maria Sammiotto, Valério João Serafim (3), Valmor Manoel - D'Avila, Conselho Comunitário da Próspera. DECISÃO: JULGADA LEGAL A COMPROVAÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO. d) RESPONSÁVEL: P.M. de Urubici. DECISÃO: AUTORIZADA A BAIXA DE RESPONSABILIDADE.
11. PREFEITURA MUNICIPAL: PARECER RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1979. INTERESSADA: P.M. de Rio dos Cedros. DECISÃO: RECOMENDADA À EGRÉGIA CÂMARA DE VEREADORES A APROVAÇÃO DAS CONTAS, NOS TERMOS DO PARECER DA INSTRUÇÃO.

menc/.

Secretaria das Sessões, em 27.05.81

Chefe da Secretaria das Sessões

VISTO: Diretor da IE

51062 a.1  
c/d

## REPARTIÇÕES E AUTARQUIAS FEDERAIS



A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - DIRETORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA, comunica a rescisão do contrato de trabalho, por JUSTA CAUSA, a partir de 28.03.81, do

empregado - LINO DE JESUS PIRES, ocupante do cargo de Carteiro, matrícula nº 8.700.299-0, Carteira Profissional nº 57025, série 313, o qual trabalhava na Agência dos Correios de Lages.

Fica o mencionado ex-empregado, convidado a comparecer na Gerência de Administração de Pessoal da ECT, sito à Praça XV de Novembro, 5 - 1º andar - sala 6 - Florianópolis, ou na Agência dos Correios de Lages, se assim o preferir, para receber os seus haveres que estão a sua disposição e homologar a rescisão contratual.

JOSÉ RENATO DE SOUZA NETO  
GERENTE ADM PESSOAL  
SUBSTITUTO

18651/1

X X X

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
DELEGACIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL Nº 15/81

Pelo presente a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina, torna público, que foi declarado CADUCO, na forma do art. 101, § 2º do Decreto-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, o aforamento do terreno de marinha, medindo 217,75m. de frente, com área de 12.500,92' m2, situado na Rua Gustavo Richard, município de Laguna, Estado de Santa Catarina, em nome da Prefeitura Municipal de Laguna.

2. Em conformidade com o disposto no art. 102, do referido Decreto-lei, qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, poderá manifestar, justificadamente, seu interesse no citado terreno, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste.

3. Transcorrido o prazo, sem manifestação por parte dos órgãos interessados, prosseguir-se-á a revigoração, em nome dos enfiteutas.

4. No terreno, existem benfeitorias, indenizáveis na forma da lei.

5. As repartições interessadas poderão obter outras informações a respeito na Delegacia do SPU-SC, na Praça XV de Novembro nº 03, em Florianópolis, no horário das 12:30 às 16:30 hs.

51072-1

Delegacia do SPU-SC, em 25.05.81

CARLOS ANTÔNIO DAL TOR

DELEGADO

## PREFEITURAS MUNICIPAIS

### FLORIANÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

LEI N. 1.784 - INSTITUI A PRÁTICA DE CREMAÇÃO DE CADAVERES E INCINERAÇÃO DE RESTOS MORTAIS NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a instituir a prática de cremação de cadáveres de restos mortais, bem como a instalar, nos cemitérios ou em outros próprios municipais, por si, pelo Serviço Funerário da Capital ou por terceiros, através de concessão de serviços, fornos e incineradores destinados àqueles fins. Parágrafo único - Obedecidas as normas legais vigentes, a instalação e o funcionamento de fornos crematórios e incineradores poderão ser feitos através de organizações religiosas de notória tradição, ou pelos Serviços Funerários existentes neste Capital, os quais, para esse fim, ficarão sujeitas à permanente fiscalização da Prefeitura. Art. 2º - Será cremado o cadáver: a) daquele que, em vida, houver demonstrado esse desejo, por instrumento público ou particular, exigida neste último caso, a intervenção de três testemunhas e o registro do documento; b) se ocorrida a morte natural, a família do morto assim o desejar e sempre que, em vida o "de cujus" não haja feito declaração em contrário por uma das formas a que se refere a alínea anterior. § 1º - Para os efeitos do disposto na alínea "b" deste artigo, con-



sidere-se família, atuando sempre um na falta do outro, e na ordem ora estabelecida, o cônjuge sobrevivente, os descendentes e os irmãos, estes e aqueles últimos, se maiores. § 2º - Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições estatuídas neste artigo, só poderá ser levada a efeito mediante prévio e expresso consentimento da autoridade policial competente. § 3º - A Prefeitura poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos parágrafos anteriores, tal seja o caso, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados. Art. 3º - Em caso de epidemia ou calamidade pública poderá ser determinada a cremação, mediante pronunciamento das autoridades sanitárias. Art. 4º - Os restos mortais, após a regular exumação, poderão ser incinerados, mediante o consentimento expresso da família do "de cujus", observado, para esse efeito, o critério estabelecido no § 1º do artigo 2º. Art. 5º - As cinzas resultantes da cremação de cadáver ou incineração de restos mortais serão recolhidas em urnas, e estas guardadas em locais destinados a esse fim. § 1º - Dessas urnas constará, obrigatoriamente, número de classificação, os dados relativos a identificação do "de cujus" e as datas do falecimento ou incineração. § 2º - As urnas a que se refere este artigo poderão ser entregues a quem o "de cujus" houver indicado, em vida, ou retiradas pela família do morto, observadas as normas administrativas e legais vigentes e o critério estabelecido no § 1º do artigo 2º desta Lei. Art. 6º - Os serviços de cremação e incineração executados diretamente pela Prefeitura terão as tarifas remuneratórias respectivas fixadas oportunamente por Lei. Parágrafo Único - Vetado ... Art. 7º - As despesas com a execução desta Lei, correção por conta das verbas orçamentárias próprias. Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paço Municipal, em Florianópolis, aos 21 de maio de 1981. FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO - PREFEITO MUNICIPAL.

51108-1  
C/d

X X X

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

LEI N. 1.785 - Autoriza o Executivo Municipal a adquirir área de terra para doação às Escolas de Samba da Capital, nos termos da Lei nº 1.662, de 21 de setembro de 1979. Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a adquirir, por compra ou doação, área de terra destinada a serem transferidas, na forma da Lei nº 1.662, de 21.09.79, às Escolas de Samba da Capital, respectivamente "Projetos da Princesa", "Embaixada Copa Lord", "Filhos do Continente", "Acadêmicos do Samba" e "Império do Samba". Parágrafo Único - Vetado ... Art. 2º - Os imóveis referidos no artigo anterior não poderão, cada um, ter área superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados), e deverão estar situados em zona compatível com as finalidades a que se destinam e adequadas às diretrizes do Plano Diretor. Art. 3º - As Escolas de Samba beneficiadas pela presente Lei deverão, na época da transferência, comprovar sua situação legal, obrigadas, ainda, a efetiva participação no Carnaval florianopolitano, em toda a programação oficial do Município, sob pena de reversão do imóvel, em caso de inadimplemento. Art. 4º - Para atender as despesas de que trata o artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, por conta de recursos disponíveis, crédito especial no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paço Municipal, em Florianópolis, aos 21 de maio de 1981. FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO - PREFEITO MUNICIPAL.

51108.a.1  
C/d

X X X

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

DECRETO N. 059 - O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições, Considerando o reajuste tarifário deliberado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP); Considerando o comportamento da demanda de passageiros com a implantação da tarifa única; e Considerando a proposta de aplicação da tarifa quilométrica no Município, apresentada pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Santa Catarina; DECRETA: Art. 1º - Fica fixada em 15,00 (dezenove cruzeiros) a Tarifa Única para o transporte coletivo de passageiros. Parágrafo Único - Para as linhas circulares, a tarifa fixada é de Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros). Art. 2º - Fica delegada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos a determinação da tarifa quilométrica, por empresa, resultante das tarifas neste Decreto. Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de maio de 1981. Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário. Paço Municipal, em Florianópolis, aos 22 de maio de 1981. FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO - PREFEITO MUNICIPAL.

51071-1

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CASA PIEPER S/A COMERCIO E INDUSTRIA - C.G.C.M.F. Nº 84.683.960/0001-93

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA  
REALIZADA EM 30/04/81 (ART. 130 § 1º LEI 6.404/76)

1. Data, hora e local - Em 30 de abril de 1981 às 10 horas na sede social a Rua Quinze de Novembro nº 366 nesta cidade de Joinville (SC); 2. Publicações - 2.1 Aviso - publicado no "Diário Oficial" edições de 25.3, 26.3 e 27.03.81, e no jornal "A Notícia" edições de 24.03, 25.03 e 26.03.81; 2.2 - Edital - publicado no "Diário Oficial" nas edições de 15.04, 22.04 e 23.04.81, e no jornal "A Notícia" nas edições de 15.04, 16.04 e 17.04.81; 2.3 - Demonstrações Financeiras publicadas no "Diário Oficial" edição de 23.04.81 e no jornal "A Notícia" edição de 17.04.81; 3. Quorum - Acionistas 86% do capital votante; 4. Mesa Diretora - Presidente Günther O. Weber, secretário Dagoberto M. Müller; 5. Ordem do Dia - a constante do

edital que autenticado pela mesa recebeu o número de ordem "um"; 6. Deliberações - 6.1 - Foram aprovadas as contas dos administradores bem como as demonstrações financeiras acima referidas, sem reservas ou restrições recebendo tais documentos os números de ordem de "dois" a "sete"; 6.2 - Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício e bem assim o montante dos dividendos, conforme constam das mesmas demonstrações financeiras; 6.3 - Foi aprovada a remuneração dos administradores nos termos da proposta por eles apresentada e que consta da ata lavrada nesta data no livro de Atas da Diretoria nº 1 em folhas 47/48 e que recebeu o número de ordem "oito"; 6.4 - Foi aprovada a correção da expressão monetária do capital social no montante de Cr\$ 2.691.356,99; 6.5 - Foi aumentado o capital social com a referida correção e mais as seguintes reservas livres: Saldo de Manutenção do Capital de Giro Próprio no valor de Cr\$ 1.838.873,50 e parte da correção monetária do Ativo Fixo no montante de Cr\$ 769.769,51, passando o capital social de Cr\$ 5.300.000,00 para Cr\$ 10.600.000,00, permanecendo inalterado o número de ações e passando o valor nominal de cada ação de Cr\$ 1,00 para Cr\$ 2,00, com o que o artigo 4º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "Art. 4º - O Capital Social é de Cr\$ 10.600.000,00, dividido em 5.300.000 ações, das quais - 4.691.209 são ordinárias e 608.791 preferenciais, todas do valor nominal de Cr\$ 2,00 cada uma; 7. Observações - Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. 8. Presenças - 8.1 Administradores - Günther O. Weber e Dagoberto M. Müller; 8.2 Acionistas - Günther O. Weber; Weber Empreendimentos e Participações Ltda., representada por seu titular Günther O. Weber; David E. de Oliveira; Ernesto Müller e Dagoberto M. Müller; 9. Encerramento - A presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. CERTIDÃO: Certifico que esta ata é cópia fiel da lavrada em folhas 012 do livro de Atas das Assembleias Gerais nº de ordem 3. Joinville, 30 de abril de 1981.

DAGOBERTO MARCOS MÜLLER  
SecretárioGÜNTHER OSWALDO WEBER  
Presidente

51123-10

ARQUIVADO SOB No. 917/1/81 ..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA ... 26 ... 1981 ... JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA. CERTIDÃO - Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data estampado mecanicamente - Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário.

X X X

COMPANHIA HEMMER INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
DGC Nº 82.641.986/0001-43  
BLUMENAU - SANTA CATARINA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1981.

Aos trinta dias do mês de Abril de 1981, pelas 16 horas, na sede social, a Rua Heinrich Hemmer, nº 2.773, em Blumenau (SC) reuniram-se os acionistas que assinaram o "Livro de Presença", atendendo a convocação previa feita através do Diário Oficial do Estado, edições nº 11.706, 11.707 e 11.708 de 22, 23 e 24 de abril de 1981 e no Jornal de Santa Catarina, edições nº 2.932, 2.933 e 2.934 de 21, 23 e 24 de abril de 1981. Atendendo o disposto no Artigo 133 da Lei nº 6.404, o "Aviso aos Acionistas" foi publicado no Diário Oficial do Estado, edições nº 11.693, 11.694 e 11.695 de 30 e 31 de março e 1º de abril de 1981 e no Jornal de Santa Catarina edições nº 2.913, 2.914 e 2.915 de 28, 29 e 31 de março de 1981, tendo o Balanço Patrimonial sido publicado na edição de nº 11.706, de 22 de abril de 1981 do Diário Oficial do Estado e no Jornal de Santa Catarina na edição nº 2.933 de 23 de abril de 1981. Aberto os trabalhos o Presidente da Sociedade, Sr. Heinrich Hartwig Hemmer, após constatar "quorum" legal para funcionamento, solicitou aos presentes que escolhessem o Presidente desta Assembleia, tendo o próprio sido escolhido e tendo aceito sua indicação, convidado a mim, Ralf G. Krieger, para secretário, ao que acedi. Em seguida o Sr. Presidente solicitou a leitura do Edital de Convocação e do Aviso aos Acionistas, que estavam vazados nos seguintes termos: "Companhia Hemmer Indústria e Comércio - C.G.C.M.F. / 82.641.986/0001-43 - Blumenau - Santa Catarina - Assembleia Geral Ordinária - Convidamos os senhores acionistas para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede social a Rua Heinrich Hemmer, nº 2.773, na cidade de Blumenau (SC), às 16 horas do dia 30 de Abril de 1981, afim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1º) Exame, apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e Parecer dos Auditores referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1980. 2º) Aprovar a Expressão da Correção Monetária do Capital Social, com incorporação e consequente alteração estatutária. 3º) Eleição do Conselho Administrativo e Diretoria Executiva e fixação dos Honorários. 4º) Outros assuntos de interesse social. Blumenau, 15 de Abril de 1981. - A Diretoria". "Companhia Hemmer Indústria e Comércio - C.G.C.M.F. 82.641.986/0001-43 - Aviso aos Acionistas - Achem-se a disposição dos Senhores Acionistas na sede social a Rua Heinrich Hemmer, nº 2.773, em Badenfurt, Blumenau - SC, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404 de 15.12.76, referentes ao exercício encerrado em 31.12.80 - Blumenau, 26 de Março de 1981. - A Diretoria". Entrando no primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente solicitou a leitura do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo dos Resultados, e Parecer dos Auditores. Após analisados e discutidos, o Sr. Presidente colocou em votação todos os documentos apresentados, tendo sido aprovados sem restrições por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, ficando o Saldo a Disposição da Assembleia Geral Ordinária assim distribuído: Para Reserva Legal R\$ 1.720.624,00, para dividendos R\$ 8.172.965,00 e para Reserva para Aumento de Capital R\$ 35.423.794,58, conforme já estavam qualificados o Balanço Patrimonial. No segundo ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente solicitou a apreciação do plano de expressão da Correção Monetária do Capital Social, que neste exercício foi de R\$ 21.386.437,22, a qual foi aprovada por unanimidade e que somada a parcela remanescente do exercício anterior totaliza na conta própria o montante de R\$ 21.480.432,11, tendo sido incorporada nesta Assembleia ao Capital Social e imputância de R\$ 21.401.023,00 elevando-se o Capital Social de R\$ 18.305.277,00 para R\$ 39.706.300,00, nos termos do Artigo 167 da Lei nº 6.404/76, com alteração do valor nominal de cada ação de R\$ 1,36 para R\$ 2,95, permanecendo como saldo em conta

própria o valor de R\$ 79.409,11, para incorporação futura em razão das frações de centavos no valor nominal de cada ação. Diante da aprovação, o Artigo 4º e seu parágrafo único dos Estatutos Sociais passam a ter a seguinte redação: "Art. 4º - O Capital da Sociedade é de R\$ 39.706.300,00 (trinta e nove milhões, setecentos e seis mil e trezentos cruzeiros) representado por 13.459.763 (treze milhões, quatrocentas e cinquenta e nove mil, setecentas e sessenta e três) ações de valor nominal de R\$ ... 2,95 (Dois cruzeiros e noventa e cinco centavos) cada uma, sendo 5.737.640 (cinco milhões, setecentas e trinta e sete mil, seiscentas e quarenta) ações ordinárias, 1.475.201 (Um milhão, quatrocentas e setenta e cinco mil, duzentas e uma) ações preferenciais classe "A" e 6.246.922 (seis milhões, duzentas e quarenta e seis mil, novecentas e vinte e duas) ações preferenciais classe "B". § Único - fica atribuído ao complexo industrial de Blumenau (SC) o capital de R\$ 14.894.516,00 (Catorze milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e dezesseis cruzeiros) correspondendo a 70% (setenta por cento) do total das ações ordinárias e das ações preferenciais classe "A" e ao complexo industrial da Penha (SC) o capital de R\$ ..... 24.811.784,00 (Vinte e quatro milhões, oitocentos e onze mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros) correspondendo a 30% (trinta por cento) do total das ações ordinárias e das ações preferenciais classe "A" e da totalidade das ações preferenciais classe "B". Entrando no terceiro ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente disse da necessidade de se proceder a eleição do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva para o triênio de 1981/1983, mandando que vai desta Assembleia até a Assembleia a realizar-se até 30 de abril de 1984, solicitou a palavra o acionista Sr. Adolfo Schwaderer, que propôs ao plenário fossem reeleitos para o Conselho Consultivo, os Srs. Georg Traeger, brasileiro, viúvo, industrial, CPF 003.784.029-00, residente a Rua Engº Paulo Werner, nº 1197, em Blumenau (SC) e portador da Carteira de Identidade RG nº 12.187-331-SC, Heinrich Hartwig Hemmer, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 003.847.639-87, residente a Rua Niterói, s/nº, na Penha (SC) e portador da Carteira de Identidade nº 4/R.11827-331-SC e Ignaz Luef, austríaco, casado, industrial, CPF nº 003.849.509-06, residente a Rua Heinrich Hemmer, s/nº, em Blumenau (SC) e portador da Carteira de Identidade de para Estrangeiros nº 33.334 emitida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros - Seção Florianópolis (SC) e para a Diretoria Executiva: no cargo de Diretor Presidente, o Sr. Heinrich Hartwig Hemmer, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 003.847.639-87, residente a Rua Niterói, s/nº, na Penha (SC) e portador da Carteira de Identidade nº 4/R.11827-331-SC, para Diretor Vice-Presidente o Sr. Ignaz Luef, austríaco, casado, industrial, CPF nº 003.849.509-06, residente a Rua Heinrich Hemmer, s/nº, em Blumenau (SC) e portador da Carteira de Identidade de para Estrangeiros nº 33.334 emitida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros - Seção Florianópolis (SC), para Diretor Comercial, o Sr. Armin Henrique Luef, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 009.905.409-44, residente a Rua Heinrich Hemmer, s/nº em Blumenau (SC) e portador da Carteira de Identidade RG 260.422-331-SC e para Diretor Industrial, o Sr. Henrique Haimo Hemmer, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 009.905.689-91, residente a Rua Juvêncio Tavares D'Amaral, nº 362, Edifício Olympikus, Aptº 4, Bairro de Cabeçadas, em Itajaí (SC) e portador da Carteira de Identidade RG 4/118.036-331-SC. Propôs ainda o acionista Sr. Adolfo Schwaderer fossem reajustados os honorários do Conselho Consultivo em 90,48% (Noventa virgula quatro e oito por cento) sobre os honorários atualmente percebidos e os da Diretoria Executiva em 80,56% (Oitenta virgula cinco e seis por cento) sobre os valores atualmente percebidos e podendo ainda em Novembro de 1981, conforme o comportamento inflacionário, serem reajustados em até mais 40% (Quarenta por cento). Como não houvesse outra proposta, o Sr. Presidente colocou a proposta apresentada em votação, verificando-se aprovação unânime, abstendo-se a votação os legalmente impedidos. Passando para o quarto e último ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente liberou a palavra para quem dela quizesse fazer uso. Como ninguém se manifestasse, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata, a qual, após ter sido lida, foi achada conforme pelos acionistas presentes. (Ass) Heinrich Hartwig Hemmer -Presidente, Ralf G. Krieger -Secretário, Armin Henrique Luef, Ignaz Luef, Henrique Haimo Hemmer, Adolfo Schwaderer, Egon Muediger, Elmar Hadliche Roberto Ivens Krepsky. A presente é cópia fiel da registrada as folhas 23 a 25 do livro de Atas nº 2, registrado sob nº 23.027/70 em 12/10/70 na Junta Comercial do Estado. Blumenau, 30 de Abril de 1981. Heinrich Hartwig Hemmer, Presidente, Ralf G. Krieger, Secretário.

51063-50  
SC JORNAL

ARQUIVADO SOB No. 1927/1/81..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA... 27... /... 05... /... 81... JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA. CERTIDÃO - Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data estampado mecanicamente - Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário.

X X X

COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS JOÃO BUATIM S/A  
CCC 84936970/0001-93

#### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30/04/81

Aos trinta dias do mês de abril de 1981, às 14 horas, na sede da sociedade à Rua Marechal Deodoro, 305, nesta cidade de Lages, SC., reuniram-se os acionistas de Comércio de Automóveis João Buatim S/A, representando mais de dois terços do capital social, conforme consta do livro de presenças dos acionistas às fls. 17, onde cada acionista após sua assinatura e quantidade de ações com direito de voto. Declarando aberta a sessão e dando início aos trabalhos, o sr. Jorge Salim Chidiac, presidente na forma estatutária, convidou a mim Johnny João de Castro Fischer para secretariar, solicitando que em primeiro lugar fosse lido o edital de convocação e aviso publicados no Diário

Oficial do Estado nºs. 11.683, 11.684 e 11.685 respectivamente de 16, 17 e 18 de março de 1981, e no jornal Correio Lagesano de 14, 15 e 17 de março do corrente ano, no seguinte teor: "Comércio de Automóveis João Buatim S/A-CCC 84836970/0001-93-Convocação: Convidamos os senhores acionistas desta sociedade para a assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 30 de abril do corrente ano, às 14 horas, na sede social à Rua Marechal Deodoro, 305, nesta cidade de Lages, SC., a fim de tratar da seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação das contas da diretoria, balanço geral e demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1980; 2) Capitalização do resultado da correção monetária do capital social conforme artigo 167 da lei 6.404; 3) Outros assuntos de interesse da sociedade. Lages, 10 de março de 1981. Salim George Chidiac-Diretor.- Aviso aos Acionistas-Comunicamos aos senhores acionistas desta empresa que se acham à sua disposição, na sede social à Rua Marechal Deodoro, 305, nesta cidade de Lages, todos os documentos a que se refere o artigo 133 da lei 6.404 de 15/12/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1980-Lages, 10 de março de 1981-Ass.Salim George Chidiac-Diretor.- A seguir, tratando-se do primeiro item da ordem do dia, o sr. presidente solicitou que se passasse aos acionistas presentes os documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1980, balanço geral e demonstrações financeiras que foram publicados no Diário Oficial do Estado nº 11.667 de 18/02/81 e no jornal Correio Lagesano de 10 de março de 1981, e apresentados os mapas da correção monetária efetuada na forma da lei. Após exame e discussão foi a matéria posta em votação, constatando-se a aprovação unânime dos acionistas presentes. A seguir passou-se ao 2º item da ordem do dia, dizendo o sr. presidente que, como já era do conhecimento de todos, o valor da conta "Reserva Especial de Capital", de R\$..... 5.721.268,00 correspondente à correção do capital realizado, de acordo com o artigo 167 da Lei 6.404, será capitalizado por deliberação da assembleia geral ordinária que aprovar o balanço. Colocada a matéria em votação, foi a mesma aprovada pela unanimidade dos presentes. Assim, declarou o sr. presidente aumentado o capital social com o valor em referência, do que serão emitidas ações novas e distribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção das que possuírem, passando o Artigo 5º do Capítulo II do "Estatutos Sociais a ter a seguinte redação: "O capital é de R\$ 18.949.645,00 (dezoito milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) dividido em 18.949.645 ações ordinárias, nominativas e ao portador, no valor nominal de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, realizado e integralizado na forma do ato constitutivo e posteriores alterações". Passando ao 3º item da ordem do dia, o sr. presidente declarou a palavra livre. Ninguém desejando fazer uso da palavra o sr. Presidente declarou encerrada a sessão da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, é assinada por todos os presentes. Johnny João de Castro Fischer-Secretário, Jorge Salim Chidiac-Presidente, Salim George Chidiac, Theresinha Chidiac, João Jorge Chidiac.

Declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada às folhas 8 e 9 verso do livro Registro das Atas das Assembleias Gerais nº 2. Lages, 30 de abril de 1981

51068-10

Johnny João de Castro Fischer-Secretário

ARQUIVADO SOB No. 1741/1/81..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA... 26... /... 05... /... 81... JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA. CERTIDÃO - Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data estampado mecanicamente - Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário.

X X X

ASSOCIAÇÃO TURMA DE ENGENHEIROS CIVIS DE 1978/2 -ATEC-78/2  
( EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL )

CONSTITUIÇÃO -A Associação Turma de Engenheiros Civis de 1978/2 ATEC-78/2 cujo estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral dos Associados em 08 de setembro de 1979, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na rua Santino Raupp de Sá, nº 16, na cidade de Florianópolis, sem o indeterminado seu prazo de funcionamento. FINS - Congregar os Engenheiros Civis formados na Universidade Federal de Santa Catarina em dezembro de 1978, bem como promover reuniões sociais, esportivas, culturais e técnicas entre seus associados. DISSOLUÇÃO - A associação só poderá ser dissolvida por deliberação de 2/3 ( dois terços ), no mínimo, da totalidade dos sócios. DESTINO DO PATRIMÔNIO- dissolvida a Associação, o patrimônio será dividido em quotas e rateado entre os sócios da época. quites com a Tesouraria. RESPONSABILIDADE- Os sócios não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação. ADMINISTRAÇÃO - A Associação será administrada por uma diretoria composta de: Coordenador, Secretário Geral e Tesoureiro Geral. REPRESENTAÇÃO - A Associação será representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, por seu Coordenador. FUNDO SOCIAL- O Fundo Social será constituído das contribuições e jóias dos seus associados, bem como de bens móveis e imóveis que vier a possuir, títulos de rendas pelos saldos líquidos de sua receita anual, por doações, e eventuais. REFORMA DOS ESTATUTOS - Os Estatutos somente poderão ser reformados, em todo ou em parte, em Assembleia Geral especificamente convocada para tal fim por maioria simples dos sócios presentes. DIRETORIA ATUAL PROVISÓRIA - Coordenador - Celso Lásio Gomes, Engº Civil, brasileiro, casado, domiciliado e residente a rua Santino Raupp de Sá nº 16, - Florianópolis; Tesoureiro Geral- Luiz Gonzaga Cordoli, Engº Civil, brasileiro, solteiro, domiciliado e residente a rua Emilio Blum, 27, Florianópolis; Secretário Geral - Paulo Roberto Gasparino da Silva, Engº Civil, brasileiro, solteiro, domiciliado e residente a rua Rafael Bandeira, nº 76, Florianópolis, SC.

51118-1  
c/d.





CIA. INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS CIPLA  
C.G.C.M.F. 84.683.515/0001-23 - JOINVILLE - SC

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Cumprindo determinações legais e estatutárias, temos a honra de submeter à apreciação de V.Sas., para exame e deliberação, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1980. Outrossim, esta diretoria coloca-se a inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Joinville, 25 de março de 1.981.  
A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980 E 30 DE SETEMBRO DE 1979  
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

A T I V O			P A S S I V O		
	DEZ/80	SET/79		DEZ/80	SET/79
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e Bancos .....	41.559	15.060	Fornecedores .....	194.187	86.411
Aplicações Financeiras à Vista .....	47.402	62.488	Instituições Financeiras .....	45.877	8.863
Clientes .....	1.031.350	354.622	Acionistas e Administradores .....	13.839	2.154
Menos: Valores Descontados .....	( 43.753)	(12.372)	Obrigações Fiscais .....	105.603	33.183
Provisão Devedores Duvidosos .....	( 30.941)	(10.622)	Salários e Obrigações Sociais .....	89.856	43.283
Estoques .....	670.140	223.748	Imposto de Renda .....	256.200	71.847
Coligadas, Controladas e Controladora .....	37.362	47	Coligadas, Controladas e Controladora .....	74.666	11.773
Aplicações Financeiras a Prazo .....	6.269	-	Outras Obrigações .....	26.519	81.461
Impostos a Recuperar .....	3	3.540		806.747	338.975
Outros Créditos .....	4.203	65.705			
Despesas do Exercício Seguinte .....	30.820	2.118			
	1.794.414	704.334	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			Instituições Financeiras .....	37.356	9.202
Empréstimos e Obrigações Eletrobrás .....	36.855	16.023		37.356	9.202
Aplicações por Incentivos Fiscais .....	31.278	17.244			
Outros Créditos .....	4.332	66.144	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
	72.465	99.411	Capital Subscrito .....	368.640	144.000
<b>PERMANENTE</b>			Reservas de Capital .....	367.842	158.779
Investimentos			Reservas de Lucro .....	683.036	275.242
Particip. em Empresas Coligadas e Controladas .....	32.371	2.735	Lucros Acumulados .....	110.218	49.433
Particip. em Outras Empresas .....	1.647	7.272		1.529.736	627.454
Outros Investimentos .....	375	3.756			
Imobilizado .....	472.567	158.123			
	506.960	171.886			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.373.839</b>	<b>975.631</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.373.839</b>	<b>975.631</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS (Em milhares de cruzeiros)</b>			<b>DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1980 e 30 de setembro de 1979 - (Em milhares de cruzeiros)			Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1980 e 30 de setembro de 1979 - (Em milhares de cruzeiros)		
Período - 01/10/79 a 31/12/80	DEZ/80	SET/79	Período - 01/10/79 a 31/12/80	DEZ/80	SET/79
Vendas Brutas .....	3.465.273	1.201.996	<b>ORIGENS</b>		
Menos: Devoluções e Abatimentos .....	36.254	14.427	Lucro Líquido .....	296.108	60.103
Impostos (ICM, PIS, ISS) .....	435.051	146.555	Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circu-		
			lante		
Vendas Líquidas .....	2.993.968	1.041.014	Depreciações e Amortizações .....	73.957	24.378
Custo das Vendas .....	1.660.887	599.645	Correção Monetária .....	361.507	100.830
Lucro Bruto .....	1.333.081	441.369	Custo de Bens Permanentes Vendidos ou Baixados .....	818	72
Despesas Operacionais			Variações Monetárias .....	-	60.053
Despesas com Vendas .....	339.150	114.675	Correção Monetária - Eletrobrás .....	2.930	3.038
Despesas Gerais Administrativas .....	146.802	40.876	Correção Monetária - Eletrobrás .....	55.100	9.042
Depreciações e Amortizações (menos Cr\$ 70.313 em 1980 e Cr\$ 23.367 em 1979 - apropriadas ao custo de produção) .....	3.644	1.011	Acréscimo no Exigível a Longo Prazo .....	5.472	-
	489.596	156.562	Outros .....	795.892	257.516
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			<b>APLICAÇÕES</b>		
Receitas Financeiras, deduzidas das despesas de Cr\$ 47.360 em 1980 .....	70.901	(61.505)	Aumento no Realizável a Longo Prazo .....	24.676	13.517
Lucro Operacional .....	914.386	223.302	Aumento no Ativo Permanente .....	114.185	55.501
Receitas (Despesas) Não Operacionais .....	5.033	2.283	Dividendos .....	17.280	10.800
Correção Monetária .....	361.507	100.830	Outros .....	17.443	99.411
Lucro antes do Imposto de Renda .....	557.912	124.755		173.584	179.229
Provisão para Imposto de Renda .....	261.804	64.652		622.308	78.287
Lucro Líquido do Exercício .....	296.108	60.103	<b>Aumento (Redução) no Capital Circulante</b>		
Lucro por ação do capital social .....	Cr\$ 1,29	Cr\$ 0,42			
			<b>CAPITAL CIRCULANTE</b>		
				1980	1979
			Ativo Circulante .....	1.794.414	704.334
			Passivo Circulante .....	806.747	338.975
				987.667	365.359
				287.072	622.308
					78.287

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1980 e 30 de setembro de 1979

(Em milhares de cruzeiros)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 30/09/78 .....	144.000	55.790	146.143	39.070	385.003
Correção Monetária .....	-	78.862	67.793	11.500	158.155
Lucro Líquido do Exercício .....	-	-	-	60.103	60.103
Reserva para Contingências .....	-	-	40.626	-	40.626
Dividendos .....	-	-	-	( 10.800)	( 10.800)
Saldo em 30/09/79 .....	144.000	134.652	254.562	99.873	633.087
Aumento de Capital AGE de 30/01/80 .....	86.400	( 56.841)	( 29.559)	-	-
Correção Monetária .....	-	241.228	203.349	-	444.577
Depósitos p/ Incentivos Fiscais .....	-	24.676	-	-	24.676
Aumento de Capital AGE de 10/12/80 .....	138.240	-	( 66.316)	( 71.924)	-
Transferência .....	-	24.127	( 24.127)	-	-
Participações .....	-	-	-	( 5.633)	( 5.633)
Lucro Líquido do Exercício .....	-	-	-	296.108	296.108
Reserva Legal .....	-	-	30.529	( 30.529)	-
Reserva para Contingências .....	-	-	249.427	(160.397)	89.030
Dividendos .....	-	-	-	( 17.280)	( 17.280)
Lucros Suspensos .....	-	-	65.171	-	65.171
Saldo em 31/12/80 .....	368.640	367.842	683.036	110.218	1.529.736

## NOTAS EXPLICATIVAS:

## 1. Principais Critérios de Avaliação dos Elementos Patrimoniais.

- O encerramento do exercício social foi alterado de 30 de setembro para 31 de dezembro, atendendo assim a deliberação da AGE e o que preceitua a Lei 6.404/76, logo, o exercício findo em 31 de dezembro de 1980, conta com 15 meses de atividades.
- As aplicações financeiras à vista e a prazo estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício.
- A provisão para devedores duvidosos está constituída dentro do limite legal e é julgada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes.
- Os estoques estão avaliados pelo custo médio de produção ou de compra, que é inferior ao valor de mercado. As importações em andamento estão avaliadas pelo custo incorrido.
- Os empréstimos e obrigações Eletrobrás estão atualizados pela variação da ORTN e acrescidos pelos juros auferidos até o encerramento do exercício.
- O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos bens.
- Efeitos inflacionários: O ativo permanente e o patrimônio líquido estão corrigidos pela variação no exercício do valor nominal de ORTN e seu efeito registrado no resultado do exercício. Os valores realizáveis e exigíveis sujeitos a variações monetárias ou cambiais estão atualizados até a data do encerramento do exercício.
- O imposto de renda é calculado em 35% do lucro tributável, acrescido do adicional de 5% sobre o lucro que exceder a Cr\$ 46.500.000,00. Os incentivos fiscais são contabilizados no realizável a longo prazo e em reserva de capital, à medida que forem efetuados os recolhimentos.

## 2. Estoques

	DEZ/80	SET/79
Produtos .....	204.409	80.173
Matérias Primas .....	449.403	136.206
Almoxarifado .....	16.328	7.369
	670.140	223.748

## 3. Imobilizado

Imobilizado	1980			1979
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO	LÍQUIDO
Terrenos.....	35.571	-	35.571	11.018
Construções.....	105.741	14.298	91.443	41.753
Máquinas, Ferramentas e Instalações.....	612.756	285.174	327.582	92.019
Veículos.....	3.822	1.507	2.315	1.460
Móveis e Utensílios...	23.692	10.352	13.340	5.901
Imobilizações em Andamento .....	1.807	-	1.807	5.671
Outros.....	760	251	509	301
	784.149	311.582	472.567	158.123

## 4. Capital

O Capital, subscrito e integralizado, no montante de Cr\$ ..... 368.640.000,00, está representado por 209.450.880 ações ordinárias e 20.949.120 ações preferenciais no valor nominal de Cr\$ 1,60. No decorrer do exercício findo, houve aumento do capital social de Cr\$ 144.000.000,00, para Cr\$ 368.640.000,00, com aproveitamento da CM do Capital Realizado e outras Reservas Livres.

João Hansen Junior - Diretor Presidente  
João Hansen Neto - Diretor  
Carlos Roberto Hansen - Diretor

Rolf Kshntopp  
Técnico em Contabilidade  
C.R.C. SC nº 2801

51060-300  
fornais

## SCHRADER S. A. - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

CGC-MF 83.495.812/0001-82

## E R R A T A

Na publicação da nossa Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 23 de abril de 1981, e publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.721, em 14 de maio de 1981, onde se lê "arquivada sob o nº 1.073-1/81, leia-se arquivada sob o nº 1.063-1/81".

51067-5

Blumenau-SC, 26 de maio de 1981.  
A DIRETORIA

## EXTRATO DO ESTATUTO

DENOMINAÇÃO: CLUBE DE TIRO CAÇA E PESCA.

DATA DA FUNDAÇÃO: 24 de maio de 1981. SEDE SOCIAL: Vila Milani-SÃO DOMINGOS/SC. ADMINISTRAÇÃO: Será administrada por uma Diretoria Eleita em Assembleia Geral. FINS A QUE SE DESTINA: Promover, incentivar e desenvolver a prática do esporte amadorista em geral. RESPONSABILIDADE: Os sócios não respondem pelas obrigações da Sociedade. REPRESENTAÇÃO: Será representada pelo seu Presidente em Juízo ou fora dele por seu representante legal. DURAÇÃO: Prazo Indeterminado. PRESIDENTE: Padre Darci Milani. VILA MILANI - SÃO DOMINGOS/SC, em 24 de maio de 1981.

18647/7



## FRANCISCO LINDNER S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CGC/MF. 84.584.473/0001-73

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.

Aos vinte e um (21) dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e oitenta e um (1.981), às 10 horas, na sede da Sociedade sita à Rua Francisco Lindner, 53, nesta cidade de Joaçaba SC., reuniram-se os acionistas da empresa, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, representando os mesmos a totalidade absoluta do Capital Social votante, conforme se verifica de suas assinaturas lançadas no livro de presenças de acionistas, dispensada, portanto, qualquer convocação prevista na legislação. Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. ANNA LINDNER, a qual, convidou a mim, Ruy Rundbuchner, para os secretariats. Instalada a mesa e a Assembléia, informou a Sra. Presidente da sua finalidade e, de conformidade com a Ordem do Dia adrede preparada para a finalidade, foi dado início aos trabalhos com a Assembléia Geral Ordinária, pedindo-me, então, a Sra. Presidente, efetuasse a leitura do Relatório da Diretoria, cujo, foi submetido à apreciação dos presentes, juntamente com o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 1.980, cujas demonstrações acham-se sobre a mesa e foram publicadas no Diário Oficial do Estado, edição de nr. 11.672, de 25 de Fevereiro de 1.981 e, no Jornal Cidadela, sob nr. 119, edição de 20 de Fevereiro de 1.981; das publicações referidas foram entregues exemplares aos Srs. Acionistas para o devido acompanhamento das explicações e demais esclarecimentos sobre a matéria contida em as referidas. Concluído o trabalho, foram citadas peças submetidas à apreciação dos srs. acionistas, tendo-se verificada a sua aprovação unânime. Na sequência, informou a Sra. Presidente da necessidade de ser procedida a eleição para a renovação dos membros da Diretoria, tendo em vista que, segundo estabelece o Estatuto, expira nesta data, o mandato da atual Diretoria. Posta a matéria em discussão, houve manifestação unânime pela reeleição de toda a diretoria, sem qualquer alteração, ficando, desta, por conseguinte reeleita, nos seguintes cargos: Para Diretor Presidente, ANNA LINDNER, austríaca, viúva, industrialista, residente e domiciliada à Rua Francisco Lindner, 42, nesta cidade de Joaçaba, SC., portadora da Cédula de Identidade nr. CI-26.261-SRE-SC. e CIC. 003.157.439-91; para Diretor Gerente, RICARDO PICHLER RITTER von TENNENBERG, brasileiro, casado, industrialista, residente e domiciliado à Rua Francisco Lindner, 60, nesta cidade de Joaçaba, SC., portador da cédula de identidade nr. 11/R-38.739-SSI-SC. e CIC. 003.157.539-00; para Diretor Secretário, JORGE LEO PICHLER RITTER von TENNENBERG, brasileiro, casado, industrialista, residente e domiciliado à Rua 7 Salgado Filho, 105, nesta cidade de Joaçaba, SC., portador da cédula de identidade nr. 80.302-SSI-SC. e CIC. 003.161.309-82; para Diretor Técnico, ARTUR LINDNER, brasileiro, solteiro, maior, industrialista, residente e domiciliado à Rua Francisco Lindner, 42, nesta cidade de Joaçaba, SC., portador da cédula de identidade nr. 457.006-SSI-SC. e CIC. 103.499.109-44; para Diretores Adjuntos, ANNA LINDNER von PICHLER e ADELHEID LINDNER von PICHLER, brasileiras, casadas, residentes e domiciliadas à Rua Francisco Lindner, 60 e, Rua Salgado Filho, 105, industrialistas, portadoras da cédula de identidade nr. CI.99. / 699-SSI-SC. e TE. 12.618-18a. ZESC., e CIC. 346.101.979-87 e 250.367.779-72, respectivamente. De conformidade com o que estipula o Art. 13º dos Estatutos, procedeu-se a investidura dos Diretores nos respectivos cargos. O mandato da diretoria eleita obedece ao estabelecido no Art. 12º dos Estatutos e, o seu mandato expirará no ano de 1.984. Na sequência e com vistas ao que determina o Art. 15º dos Estatutos, procedeu-se a fixação dos honorários da Diretoria, cuja matéria submetida ao plenário, teve parecer unânime de sua elevação em 100% (cem por centos), sobre os vigentes até esta data e, para todos os membros da diretoria. Os honorários ora fixados passam a vigorar a partir de 1º de Abril de 1.981. Na sequência da ordem do dia, consultou a Sra. Presidente, do interesse da Assembléia na instalação, ou não, do Conselho Fiscal, de cuja consulta resultou a manifestação unânime pela não instalação desse órgão. Passando ao derradeiro item, solicitou a Sra. Presidente, fosse dado destino ao Lucro Líquido do Exercício que se acha a disposição desta Assembléia Geral Ordinária, tendo a matéria sido discutida, bem como, analisada a situação geral da empresa, de liberou a Assembléia, por unanimidade, fosse distribuída aos acionistas, a quantia de Cr\$. 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), rateados nas respectivas proporções das ações de que cada um é proprietário, cujos créditos decorrentes desta distribuição, fossem lançados em conta de cada acionista, até o dia 25 de abril de 1.981 e, o saldo da conta de Lucro Líquido do Exercício, fosse transferido para a conta Reserva de Lucros, para ser incorporado ao Capital Social, quando da próxima alteração deste. Ficou, também, deliberada por unanimidade dos presentes, uma gratificação ao Diretor Gerente, na quantia de Cr\$. 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), cuja quantia, deverá ser-lhe creditada a partir desta data, deduzida do I.R. na fonte. Na sequência, tendo a ser tratado na presente Assembléia, passou-se de imediato para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA? E PEDINDO A Sra. Presidente aos presentes, de sua finalidade. Iniciando os trabalhos desta, levou a Sra. Presidente /

ao conhecimento dos presentes, da instalação de um Depósito Fechado, localizado à Rua Felipe Schmidt, 51/57-Fundos, nesta cidade de Joaçaba, SC., instalação esta, que obedece ao que determina o Art. 3º dos Estatutos e, servirá o referido exclusivamente para estocagem de produtos acabados, bem como, não será efetuada nenhuma comercialização dos produtos pelo estabelecimento ora criado. As providências legais serão tomadas para a sua legalização, bem como, não será feito nenhum destaque de Capital para o referido, bem como, a sua duração será por tempo indeterminado. Na sequência, informou a Sra. Presidente de que, será efetuada uma alteração no Capital Social, passando / este, de Cr\$. 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), para Cr\$. 210.000.000,00 (Duzentos e dez milhões de cruzeiros), cujo aumento de Cr\$. 90.000.000,00 será integralizado / mediante a transferência das seguintes reservas: Cr\$. 60.930.639,41, representados pelo saldo da conta Correção Monetária do Capital; Cr\$. 29.069.360,59, com parte do valor constante da conta Lucro Líquido do Exercício e, o saldo que se verificar nesta conta, será transferido para a conta Reserva de Lucros. Ao aumento praticado, serão emitidas 90.000.000 (noventa milhões) de ações, conforme preceitua o Artigo 7º e, sua forma de emissão, conforme o art. 9º e parágrafos, dos Estatutos Sociais. As novas ações serão distribuídas gratuitamente / aos senhores acionistas, nas respectivas proporções de ações / possuídas por cada um. Em virtude da presente alteração do Capital Social, será dado ao Art. 6º, a seguinte redação: CAPÍTULO - "II" - CAPITAL - ARTIGO 6º - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de Cr\$. 210.000.000,00 (DUZENTOS E DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS), representado por 210.000.000 (duzentos e dez milhões) de ações de valor nominal de Cr\$. 1,00 / (hum cruzeiro), cada uma. Tendo a matéria sido submetida à Assembléia, verificou-se a aprovação unânime dos presentes, inclusive, para a nova redação dada ao Artigo 6º dos Estatutos. Concluídos todos os trabalhos em pauta, concedeu a Sra. Presidente a palavra livre a quem dela uso quizesse fazer. Como ninguém se manifestasse, foi a presente Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária interrompida pelo tempo necessário para a lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, foi a presente ata lida, conferida, achada conforme, aprovada e ratificada / por unanimidade e, vai assinada pela Sra. Anna Lindner, Presidente e, por mim, Ruy Rundbuchner, Secretário, assim como, pelos demais acionistas presentes. Joaçaba(SC), 21 de Abril de 1.981. (Ass.). Anna Lindner; Ricardo Pichler Ritter von Ten- / nenberg; Artur Lindner; pp. de Francisco Conrado Lindner-Anna / Lindner; Anna Lindner von Pichler; Jorge Leo Pichler Ritter / von Tenneberg; Adelheid Lindner von Pichler; Bruno Strohdieck. TERMO: Na qualidade de Presidente e Secretário declaramos que, a presente Ata é cópia fiel da que se acha lavrada no livro de Atas das Assembléias Gerais nr. 1 (um), às folhas 116-verso, 117 e 117-verso. / Joaçaba(SC), 21 de Abril de 1.981

ANNA LINDNER  
-Presidente-Ruy Rundbuchner  
-Secretário-

ARQUIVADO SOB No. 1621/01/81..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA... 25... / 05... / 81... JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA. CERTIDÃO - Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data estampado mecanicamente - Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário.

X X X

DIVEMA S/A - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS  
CGC/MF. 86.430.980/0001-88

ATAS DE ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS NO DIA 27 DE ABRIL DE 1981.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta e hum, às 18(dezoito) horas, reuniram-se em assembléias gerais ordinária e extraordinária os acionistas da DIVEMA S/A - Distribuidora de Veículos e Máquinas, inscrita no CGC/MF. sob o nº 86.430.980/0001-88, em sua sede social a rua Altamiro Guimarães nº 489, na cidade de Tubarão-SC., que representavam número legal para seu funcionamento em primeira chamada, todos com direito a voto como se verificou de suas assinaturas apostas no competente livro de presenças. De acordo com o artigo 18 do estatuto social, o sr. Cre- so de Jesus Tavares, diretor-presidente da empresa, assumiu a presidência dos trabalhos da reunião, convidando a mim, Ademir Cordini Pinter, para secretário. Constituída a mesa, o sr. presidente declarou aberta a sessão, solicitando a leitura do edital de convocação, publicado no Diário Oficial do Estado em suas edições de nº 11.688, 11.689 e 11.690 respectivamente, dias 23, 24 e 25 de março do corrente ano e no jornal O Estado em suas edições de nº 19.955, 19.956 e 19.957 respectivamente dias 24, 25 e 26 de março do corrente ano, com a seguinte redação: DIVEMA S/A - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS.-CGC/MF. nº 86.430.980/0001-88. Assembléias gerais ordinária e extraordinária. Convocação. Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para se reunirem em assembléias gerais ordinária e extraordinária a serem realizadas no dia 27 de abril de 1981, às 18 (dezoito) horas em sua sede social a rua Altamiro Guimarães nº 489, nesta cidade de Tubarão-SC., afim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do

dia: 1º)-Examinar, discutir e votar o relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1980, 2º)-Aprovar a Correção Monetária do Capital Social e deliberar sobre a capitalização da referida reserva. 3º)-Eleição da diretoria para o triênio 1981 à 1983, 4º)-Fixação dos honorários da diretoria para 1981, 5º)-Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício. 6º)-Proposta da diretoria para: a)-Aumento do capital social de CR\$..... 11.000.000,00 para CR\$ 16.800.000,00 com aproveitamento das contas de C.M. do Capital Social e Lucros Suspensos, b)-Consequente alteração estatutária 7º)-Outros assuntos de interesse social. Tubarão (SC), 19 de março de 1981 Creso de Jesus Tavares, diretor-presidente, Aviso.-Achar-se a disposição dos senhores acionistas na sede social os documentos a que se refere o artigo 133 da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Terminada a leitura, o sr. presidente cientificou aos presentes que as formalidades atinentes às assembleias, haviam sido regularmente cumpridas. Prosseguindo o sr. presidente comunicou aos presentes que o relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1980, foram publicados, de acordo com a lei, no Diário Oficial do Estado na edição de nº 11.689 do dia 24 de março de 1981 e no jornal O Estado em sua edição de nº 19.955 do dia 24 de março de 1981 e colocou-os a disposição dos acionistas presentes, prestando os devidos esclarecimentos. Após precedeu-se a discussão, votação e deliberação, resultando na aprovação unânime de todos os documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1980. Em seguida foi discutida e aprovada a Correção Monetária do Capital Social e sua autorização para incorporação ao mesmo. Passando-se ao 3º item da ordem do dia, o sr. presidente convocou os presentes para elegerem a diretoria para o triênio 1981 à 1983. Após rápidas considerações, foi decidido reeleger a atual diretoria composta dos seguintes membros: Diretor-Presidente, sr. Creso de Jesus Tavares, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Tubarão-SC., a rua Rui Barbosa nº 263, portador da Carteira de Identidade nº 5/R-19.203 expedida pela Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina em 05 de maio de 1977, CPF nº 003473459-72, Diretor-Gerente sra. Odette Schmitz Tavares, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada em Tubarão-SC., a rua Rui Barbosa nº 263, portadora da Carteira de Identidade nº 5/R-21.979, expedida pela Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina em 05 de maio de 1977, CPF-070542209-78 e Diretor sr. Manoel Nascimento Bittencourt, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado em Tubarão-SC., a rua Conselheiro Mafra nº 230 portador da Carteira de Identidade nº 1/R-24.009 expedida pela Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina em 13 de abril de 1976, CPF-003467309-15. Em seguida passou-se ao 4º item da ordem do dia, onde foi discutido e aprovado o honorário da diretoria para 1981, a partir de 1º de abril, no valor de CR\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) distribuído da seguinte forma: diretor-presidente, CR\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), diretor-gerente CR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) e diretor CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros). No 5º item da ordem do dia discutiu-se a destinação do lucro líquido do exercício ficando aprovada unanimemente a proposta da diretoria quando da publicação das demonstrações financeiras, dando a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para formação da reserva legal obedecendo os preceitos legais e o restante destinado a futura incorporação ao capital social, ficando dispensada por unanimidade a distribuição de dividendos aos acionistas. Ato contínuo, passou-se ao 6º item da ordem do dia, onde o sr. presidente colocou em discussão e votação a proposta da diretoria para aumento do capital social de CR\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros) para CR\$ 16.800.000,00 (dezesseis milhões e oitocentos mil cruzeiros) mediante a distribuição de 5.800.000 (cinco milhões e oitocentos mil) novas ações ordinárias no valor de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) cada a serem distribuídas aos acionistas na proporção das ações possuídas e integralizadas de cada um, far-se-á o aumento com aproveitamento do total da conta C.M. do capital Social no valor de CR\$ 3.766.212,24 (três milhões, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e doze cruzeiros e vinte e quatro centavos) e parte da conta de Lucros Suspensos no valor de CR\$..... 2.033.787,76 (dois milhões trinta e três mil, setecentos e oitenta e sete cruzeiros e setenta e seis centavos). Posta em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, passando o artigo 5º dos estatutos sociais a conter a seguinte redação: "O Capital Social da empresa é de CR\$..... 16.800.000,00 (dezesseis milhões e oitocentos mil cruzeiros) dividido em 16.800.000 (dezesseis milhões e oitocentos mil) ações ordinárias no valor de CR\$ 1,00 (um cruzeiro) cada". Abordando-se o 7º e último item da ordem do dia, o sr. presidente deixou livre a palavra para quem dela quizesse fazer uso. Como ninguém quizesse usá-la, suspendeu a reunião pelo tempo necessário a lavratura da presente ata, a qual, lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, por mim, secretário e demais acionistas presentes. Tubarão, 27 de abril de 1981.-Assinaturas- Creso de Jesus Tavares Ademir Cordini Pinter, Manoel Nascimento Bittencourt e Adhemar Paladini Ghisi. A presente é cópia fiel da original transcrita as folhas 21v, 22 e 22v do livro nº 01 próprio para lavratura de atas de assembleias gerais, registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 954 em sessão de 14 de julho de 1974.

Creso de Jesus Tavares  
Presidente

51066-10

Ademir Cordini Pinter  
Secretário

ARQUIVADO SOB No. 14.09/1/81..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA..26.../..05.../..81... JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA. CERTIDÃO - Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data estampado mecanicamente - Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário.

Extrato dos Estatutos da Associação Profissional dos Técnicos Industriais do Estado de Santa Catarina. (ATESC)

DENOMINA-SE: Associação Profissional dos Técnicos Industriais do Estado de Santa Catarina (ATESC); órgão representativo dos técnicos em Edificações, Agrimensura, Pontes e Estradas, Eletricidade, Eletrônica, Eletromecânica, Telecomunicações, Mecânica, Máquinas e Motores, Metalurgia, Mineração, Alimentos - Química, Têxtil, Similares e conexos; FUNDAÇÃO: 22 de novembro de 1980; SEDE: Av. Mauro Ramos 150-Florianópolis-SC; FINS: Estudo, coordenação, proteção, com intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais; PRERROGATIVAS: Representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses individuais dos associados, relativamente à categoria dos profissionais representados pela associação; fundar e manter agência de colocação; colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo no estudo e solução de problemas que se relacionam com a sua categoria; TEMPO DE DURAÇÃO: Indeterminado; PATRIMÔNIO: Constitui o patrimônio da Associação: a) contribuição dos associados; b) doações e legados; c) os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidas; d) aluguéis dos imóveis e juros de títulos e depósitos; ADMINISTRAÇÃO: A associação será administrada por uma Diretoria composta de 05 (cinco) membros e um Conselho Fiscal formado por 03 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral; REPRESENTAÇÃO: Será representada ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo seu presidente; REFORMA DOS ESTATUTOS: O presente estatuto poderá ser reformado desde que a prática indicar essa necessidade, devendo ser feito por Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, estando presente pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados quites com a tesouraria; RESPONSABILIDADE: Os sócios não se responsabilizam nem mesmo subsidiariamente pelos atos praticados em nome da Associação; DAS ELEIÇÕES: A elegibilidade dos cargos administrativos, se fará por voto direto e secreto, considerados eleitos os candidatos que alcançarem a maioria de votos dos presentes; DISSOLUÇÃO: A associação somente poderá ser dissolvida por deliberação expressa da Assembleia Geral, para esse fim especialmente convocada e com a presença de 3/4 (três quartos) dos associados quites com a tesouraria; o seu patrimônio terá o destino que a mesma Assembleia determinar; DIRETORIA: Presidente- José Luiz Fortunato Vigil, brasileiro, casado, Técnico em Edificações, residente rua "A" nº 48- Lagoa da Conceição-Florianópolis-SC.- 1º Secretário-Luiz Carlos Brasil, brasileiro, casado, Técnico em Agrimensura; 2º Secretário: Antonio Odilon Macedo, brasileiro, solteiro, maior, Técnico em Agrimensura; 1º Tesoureiro: Leonardo da Silva, brasileiro, casado, Técnico em Agrimensura; 2º Tesoureiro: Mário Davi Barcelos, brasileiro, casado, Técnico em Mecânica; CONSELHO FISCAL: Zito Baltazar, brasileiro, casado, Técnico em Edificações; Aldo Decker, brasileiro, casado, Técnico em Eletrotécnica; Doralina Neli Pinto da Silva, brasileira, solteira maior, Técnica em Edificações.

18635/1

— X X X —

#### EXTRATO ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APP) DA ESCOLA BÁSICA PRINCESA IZABEL

- 1º-DENOMINAÇÃO-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APP) DA ESCOLA BÁSICA PRINCESA IZABEL, código: 11.04.082.
- 2º-SEDE-SANTA TEREZINHA, PALMITOS SC.
- 3º-OBJETIVOS-CRIAR CONDIÇÕES PARA INTEGRAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE.
- 4º-TEMPO DE DURAÇÃO-INDETERMINADO.
- 5º-ORGANIZAÇÃO-A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APP) SE COMPOE DE TODOS OS PAIS OU RESPONSÁVEIS DE ALUNOS, PROFESSORES DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E DE PESSOAS DA COMUNIDADE QUE TIVERAM SUA ADMISSÃO APROVADA PELA DIRETORIA.
- 6º-ADMINISTRAÇÃO-A APP SERÁ ADMINISTRADA POR UMA DIRETORIA E POR UM CONSELHO FISCAL.
- 7º-COMPÕEM A DIRETORIA-PRESIDENTE:FEDELE VALDAMERI;VÍCE-PRESIDENTE:HENRIQUE BUSSI;1º SECRETÁRIO:PAULINO PARISOTTO;2º SECRETÁRIO:OSMILDA PARISOTTO;1º TESOUREIRO:ELBERTO NETZ;2º TESOUREIRO:ARMINDO BERGER;CONSELHO FISCAL:JOSÉ VALENTIM LUCCA, ALDUIR BORTOLANZA,VALDIVIA RIESE,ARCÊNIO STÜRMER, TODOS BRASILEIROS E RESIDENTES EM PALMITOS.
- 8º-REPRESENTAÇÃO-A APP SERÁ REPRESENTADA EM SUAS RELAÇÕES EXTERIORES, PELO SEU PRESIDENTE.
- 9º-OS ASSOCIADOS-NÃO RESPONDEM SUBSIDIARIAMENTE PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS DA APP.
- 10º-REFORMA DE ESTATUTO-O ESTATUTO NÃO PODERÁ SER REFORMADO.
- 11º-PROCESSO DE EXTINÇÃO-SEU PATRIMÔNIO REVERTERÁ EM BENEFÍCIO DA RESPECTIVA ESCOLA, OU, SE ESTA NÃO MAIS EXISTIR, DA CO-ORDENADORIA LOCAL DE EDUCAÇÃO, PALMITOS, 11 DE MAIO DE 1981 FEDELE VALDAMERI-PRESIDENTE.

FEDELE VALDAMERI





CIA. HANSEN INDUSTRIAL  
C.G.C.M.F. 84.684.455/0001-63 — JOINVILLE - SC

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1980.

Vale salientar alguns fatos que influenciaram o resultado do exercício:

- O período compreendido no balanço de 1980 é de 20 meses, decorrente da alteração na data do encerramento do exercício, de 30 de abril para 31 de dezembro, conforme AGE de 04.12.79.
- A Demonstração do Resultado inclui uma receita de CR\$M 603.037, proveniente da avaliação dos investimentos em coligadas e controladas pela equivalência patrimonial, que não significa receita da controladora, mas sim das coligadas e controladas.

Os programas de investimentos desenvolveram-se normalmente, conforme cronogramas, tendo-se concluído as construções dos depósitos de Jaboatão-PE e Conta-

gem-MG e da fábrica de conexões em Joinville. A fábrica de Camaçari-BA está em plena construção e o início das suas atividades está previsto para fins de 1981.

Todas as nossas subsidiárias tiveram desempenhos satisfatórios, contribuindo sensivelmente na consecução dos objetivos do Grupo.

A Companhia agradece a seus clientes e fornecedores e a seu corpo de funcionários, pela amizade, confiança e dedicação, colocando-se à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Joinville, 25 de março de 1981.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980  
(Em milhares de cruzeiros)

A T I V O		1980	1979	P A S S I V O		1980	1979
		(20 meses)				(20 meses)	
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Bancos		108.539	29.366	Fornecedores		801.815	119.096
Aplicações Financeiras à Vista		223.321	125.172	Instituições Financeiras		95.832	19.382
Clientes		2.534.457	843.485	Acionistas e Administradores		60.052	5.697
Menos: Valores Descontados		71.922	46.093	Obrigações Fiscais		135.597	83.150
Provisão Devedores Duvidosos		76.033	25.295	Salários e Obrigações Sociais		200.969	75.423
Estoques		2.477.880	491.653	Imposto de Renda		909.272	171.254
Coligadas e Controladas		116.310	36.076	Controladas e Controladora		375.045	173.266
Aplicações Financeiras a Prazo		440.179	409.625	Outras Obrigações		89.273	54.521
Outros Créditos		69.198	35.971			2.667.855	701.789
Despesas do Exercício Seguinte		36.097	6.447				
		5.858.026	1.906.407				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e Obrigações Eletrobrás		98.305	30.558	Instituições Financeiras		23.734	140.845
Aplicações por Incentivos Fiscais		88.116	30.611				
Obrigações Reajustáveis		17.685	3.181				
Depósito Plano Expansão Telefônica		2.865	2.395				
Outros Créditos		25.766	5.231				
		232.737	71.976				
PERMANENTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos				Capital Subscrito		1.700.000	500.000
Particip. Empresas Coligadas e Controladas		2.680.397	1.001.244	Reservas de Capital		1.725.578	540.740
Particip. em Outras Empresas		45.390	32.200	Reservas de Lucros		2.825.239	1.176.159
Outros Investimentos		1.323	1.951	Lucros Acumulados		1.362.296	424.715
Imobilizado		1.486.829	470.470			7.613.113	2.641.614
		4.213.939	1.505.865				
TOTAL DO ATIVO		10.304.702	3.484.248	TOTAL DO PASSIVO		10.304.702	3.484.248

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de cruzeiros)

	1980	1979
	(20 meses)	
Vendas Brutas	12.376.040	2.946.228
Menos: Devoluções e Abatimentos	153.106	31.190
Impostos (ICM e PIS)	1.639.352	377.692
Vendas Líquidas	10.583.582	2.537.346
Custo das Vendas	4.993.483	1.136.243
Lucro Bruto	5.590.099	1.401.103
Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas	1.572.787	386.599
Despesas Gerais e Administrativas	878.056	203.768
Depreciações (menos CR\$ 153.266 em 1980 e CR\$ 41.330 em 1979 apropriados ao custo da produção)	45.954	4.820
	2.496.797	595.187
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	285.846	(166.514)
Lucro Operacional	3.379.148	639.402
Receitas Não Operacionais	154.756	12.601
Equivalência Patrimonial	603.037	236.948
Correção Monetária	(1.798.620)	(266.239)
Lucro Antes do Imposto de Renda	2.338.321	622.712
Provisão para Imposto de Renda (incluído adicional de 1979 em 1980)	1.002.580	115.729
Provisões e Reservas	521.240	264.604
Lucro Líquido do Exercício	814.501	242.379
Lucro por ação do Capital Social	CR\$ 0,96	0,48

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de cruzeiros)

	1980	1979
	(20 meses)	
ORIGENS		
Lucro Líquido do Exercício	814.501	242.379
Despesas (Receitas) que não afetam o Cap.Circul.		
Depreciações e Amortizações	199.220	46.150
Correção Monetária	1.798.620	266.239
Equivalência Patrimonial	(603.037)	(236.948)
Custo Permanente Vendido ou Baixado	58.531	2.455
Receitas Financeiras Líquidas	(37.560)	(3.157)
Deságio Amortizado	(14.120)	-
Provisão Perdas Prováveis	360.190	-
Provisões e Reservas	521.240	264.604
Dividendos de Coligadas e Controladas	20.353	10.106
Redução Realizável a Longo Prazo	12.451	-
	3.130.389	591.828
APLICAÇÕES		
Aumento Realizável a Longo Prazo	67.392	14.359
Aumento Ativo Permanente	673.778	223.976
Redução Exigível a Longo Prazo	117.730	2.876
Dividendos	162.000	35.280
Transf. para Passivo Circulante	123.936	115.729
	1.144.836	392.220
AUMENTO CAPITAL CIRCULANTE	1.985.553	199.608

VARIÁÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE			VARIACAO	
	1980	1979	1978	1980
ATIVO CIRCULANTE	5.858.026	1.906.407	1.276.755	3.951.619
PASSIVO CIRCULANTE	2.667.855	701.789	271.745	1.966.065
	3.190.171	1.204.618	1.005.010	1.985.553
	629.652	430.044		199.608

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de cruzeiros)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 30.04.78	500.000	244.450	289.687	168.145	1.202.282
Correção Monetária		278.938	247.322	49.471	575.731
Depósitos para Incentivos Fiscais		17.352			17.352
Equivalência Patrimonial			374.545		374.545
Lucro Líquido do Exercício				242.379	242.379
Reservas para Contingências			264.605		264.605
Dividendos				( 35.280)	( 35.280)
Saldo em 30.04.79	500.000	540.740	1.176.159	424.715	2.641.614
Aumento de Capital - AGO de 06.08.79	350.000	( 186.171)		( 163.829)	-
Aumento de Capital - AGE de 24.11.80	850.000		( 502.172)	( 347.828)	-
Correção Monetária		1.276.695	1.089.463	508.976	2.875.134
Depósito para Incentivos Fiscais		94.314			94.314
Reversão de Contingências e Provisão para Imposto de Renda			( 96.686)	324.601	227.915
Reserva Legal			24.744	( 24.744)	-
Lucro Líquido do Exercício				814.501	814.501
Dividendos				( 162.000)	( 162.000)
Participação dos Administradores				( 12.095)	( 12.095)
Correção Monetária Complementar			612.491		612.491
Provisões e Reservas			521.240		521.240
Saldo em 31.12.80	1.700.000	1.725.578	2.825.239	1.362.296	7.613.113
	=====	=====	=====	=====	=====

## NOTAS EXPLICATIVAS

## 1. Principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais.

- O encerramento do exercício social foi alterado de 30 de abril para 31 de dezembro, conforme AGE de 04.12.79.
- As aplicações financeiras à vista e a prazo estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício.
- A provisão para devedores duvidosos está constituída dentro do limite legal e é julgada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes.
- Os estoques estão avaliados pelo custo médio de produção ou de compra, que é inferior ao valor de mercado.
- Os empréstimos e obrigações eletrobrás estão atualizados pela variação da ORTN e acrescidos pelos juros auferidos até o encerramento do exercício.
- Os investimentos em empresas coligadas e controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados ao custo, acrescidos da correção monetária.
- O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos bens.
- Efeitos inflacionários: O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido estão corrigidos pela variação, no exercício, do valor nominal da ORTN e seu efeito registrado no resultado do exercício. Considerando que os índices da inflação real no período foram bem superiores às variações da ORTN, a Companhia efetuou uma correção monetária complementar, para minimizar o efeito inflacionário no resultado do exercício.
- Os valores realizáveis e exigíveis sujeitos a variações monetárias ou cambiais, estão atualizados até a data do encerramento do exercício.
- O imposto de renda é calculado em 35% do lucro tributável, acrescido do adicional de 5% sobre o lucro que exceder a CR\$M 46.500. Os incentivos fiscais são contabilizados no realizável a longo prazo e em reserva de capital, à medida em que forem efetuados os recolhimentos.

## 2. ESTOQUES

	1980	1979
Produtos Acabados e em Elaboração	929.101	209.121
Matérias Primas	1.459.166	254.755
Peças e Materiais de Manutenção	89.613	27.777
	<u>2.477.880</u>	<u>491.653</u>

## 3. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	1980		1979
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO	LÍQUIDO
Terrenos	253.953	-	253.953
Construções	498.061	58.311	439.750
Máquinas, Ferramentas e Instalações	1.336.648	711.650	624.998
Veículos	61.301	25.413	35.888
Móveis e Utensílios	99.084	38.395	60.689
Imobilizações em Andamento	56.668	-	56.668
Outros	16.479	1.596	14.883
	2.322.194	835.365	1.486.829

## 4. CAPITAL

O capital, subscrito e integralizado, está representado por 850.000.000 de ações ordinárias, no valor nominal de CR\$ 2,00. O capital de CR\$M... 500.000 no início do exercício, passou para CR\$M 1.700.000, mediante in incorporação de Reservas de Lucros e de Capital.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Hansen Junior - Presidente  
João Júlio Moeller - Vice-Presidente  
Alvino Hansen - Conselheiro

## DIRETORIA

João Hansen Junior - Diretor Presidente  
João Hansen Neto - Diretor Superintendente  
Sérgio Souza S. Sobral - Diretor Vice-Presidente  
Arno Nery Batschauer - Diretor Vice-Presidente  
Carlos Roberto Hansen - Diretor Vice-Presidente  
Felinto Koerber - Diretor  
Lusádio de Freitas - Diretor  
Ronald Caputo - Diretor  
Sylvio Albrecht Schmalz - Diretor  
Nivaldo Nass - Diretor

Waldir Wille - Téc. em Contabilidade  
C.R.C. SC Nº 5655  
CPF Nº 004.669.489-72

51061-300  
Jornais

STIC S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS  
CCC 84.703.081/0001-86 - JOINVILLE- SC  
E R R A T A

Na publicação da Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Anônima STIC S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, por transformação da Sociedade Técnica da Ind. e Com. Ltda, realizada em 02/03/81, arquivada na JUCESC sob nº 423001876, em sessão de 28/04/81, que se efetuou na edição nº 11.715, de 06/05/81 do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, às páginas 26, 27 e 28; na página 26, na 58ª linha, onde se lê documento de identidade nº 107.536, leia-se 1.087.536; à página 28, na 149ª linha, onde se lê 45% (quarenta e cinco por cento) salários mínimos regionais vigentes, leia-se 45 (quarenta e cinco) salários mínimos regionais vigentes.

ARQUIVADO sob nº 423001876 na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CERTIDÃO. Certifico que este documento foi arquivado sob o número e data estampado mecanicamente. Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário.

18649/1

CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS RIACHO CLARO - SEDE NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, SC.  
ESTATUTOS SOCIAIS - 1ª Denominação C.T.G. Riacho Claro, 2ª data da fundação 04/04/81, 3ª Administração e seus órgãos a sociedade será administrada por uma diretoria eleita em Assembleia Geral, 4ª Sede a sua sede será a rua José Gall nº 745, na cidade de Itajaí, 5ª Fins culturais os costumes tradicionais e folclóricos da região, 6ª Termo de duração indeterminado, 7ª Alteração dos Estatutos só poderão ser alterados por unanimidade de votos em Assembleia Geral, 8ª responsabilidade os sócios não respondem judicialmente pelos atos praticados por outrem ou pela diretoria, 9ª Modo de apresentação da sociedade ativa e passivamente, judicialmente e extrajudicial - compete ao patrão, na falta deste, outros componentes da diretoria segundo ordem hierárquica, 10ª extinção da pessoa jurídica e destino de seu patrimônio caso dissolução da sociedade. As relíquias ou objetos históricos serão doados ao poder público da prefeitura municipal de Itajaí. Os demais bens que constituírem o patrimônio do centro será deliberado pela Assembleia Geral. Itajaí 18 de maio de 1981 -

*Francisco Paulo Kaesemodel*  
ACÁCIO CRISTIANO PEPEIPA - PATRÃO

18633/1



SUL ATLÂNTICO DE PESCA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
CGCMF nº 84.292.697/0001 - 01  
INSCRIÇÃO ESTADUAL - 250 202 468

**"EDITAL DE CONVOCAÇÃO"**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Convocamos os Senhores Acionistas, desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na Sede Social à Av. Ministro Victor Konder, 105, nesta cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, no dia 30 de maio do corrente ano às 10 (dez) horas, para deliberarem sobre a seguinte "ORDEN DO DIA":

1) Ratificação das decisões tomadas na na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de abril do corrente ano, às 10 (dez) horas.

Itajaí (SC), 24 de maio de 1981.

50889-1

HILARIO HENRIQUE FUCK  
Presidente do Conselho de Administração

X X X

**FORMASA - FORNECEDORA DE MADEIRAS S.A.**  
CGCMF 82.728.312/0001-80  
**FUCK ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Senhores Acionistas desta sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 05 de junho de 1981, às 16 horas, na sede social à Avenida Ivo D'Aquino da Fonseca, 1013, Bairro Industrial nº 1, em Canoinhas, SC., para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) - Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.80; 2) - Destinação do lucro líquido do exercício; 3) - Fixação dos honorários da Diretoria; 4) Aprovação da correção da expressão monetária do capital social. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) - Aumento do capital social de Cr\$... 7.650.000,00 para Cr\$14.000.000,00 com a incorporação de reservas livres; 2) - Alteração dos Estatutos Sociais; 3) - Outros assuntos de interesse social.

50884-a1

Canoinhas(SC), 13 de maio de 1981.

NICETO OSMAR FUCK - Diretor-Industrial

X X X

**EMPRESA INDUSTRIAL E COMERCIAL FUCK S.A.**  
CGCMF 83.188.219/0001-93  
**FUCK ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Senhores Acionistas desta sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 05 de junho de 1981, às 15 horas, na sede social, à Avenida Ivo D'Aquino da Fonseca, 1013, Bairro Industrial nº 1, em Canoinhas, SC., para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) - Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.80; 2) - Destinação do lucro líquido do exercício; 3) - Fixação dos honorários da diretoria; 4) - Aprovação da correção da expressão monetária do capital social; 5) - Eleição da Diretoria para o período de 30.04.81 à 30.04.84. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) - Aumento do capital social de Cr\$... 71.000.000,00 para Cr\$128.600.000,00 com a incorporação de reservas livres; 2) - Alteração dos Estatutos Sociais; 3) - Outros assuntos de interesse social.

50885-a1

Canoinhas(SC), 13 de maio de 1981

NICETO OSMAR FUCK - Diretor-Industrial.

X X X

**METALÚRGICA SCHULZ S. A.**  
Companhia fechada - CGCMF 84693183/0001-68  
Rua Paraíba 225 - JOINVILLE (SC)

**CONVOCAÇÃO** - São convocados os senhores acionistas desta sociedade para as ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A realizarem-se cumulativamente no próximo dia 30 de maio corrente, pelas 10:00 horas, na sede social (endereço acima), para deliberar sobre a seguinte **ORDEN DO DIA:** 1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.01.81; destinação dos resultados e distribuição de dividendos; 2. Aprovação da correção monetária da expressão do capital social realizado, no valor de Cr\$58.531.102,85; 3. Aumento do capital social, de Cr\$218.199.800,00 para Cr\$369.399.800,00, com reservas livres (já incluída a correção monetária mencionada no item anterior); 4. Consequente alteração estatutária e 5. Fixação dos honorários da administração. Joinville (SC), em 21 de maio de 1981. (a) Erna Anna Schulz, Pres. do Cons. de Adm.-CPF312051279-68.

50937-1

TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S.A.

CGC Nº 82.645.029/0001-95

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1980.** (De acordo com o § 19 do Artigo 130 da Lei 6.404/76)  
1. **REALIZAÇÃO:** Dia 04 de dezembro de 1980, às 11 horas, na sede social da empresa, à Rua Getúlio Vargas nº32, em Blumenau-SC. 2. **QUORUM:** Estavam presentes acionistas representando mais de 2/3 do capital social, com direito a voto. 3. **PUBLICAÇÕES:** a. **AVISO** - Publicado no Diário Oficial do Estado nos dias 17, 20 e 21 de outubro de 1980 e no Jornal de Santa Catarina, nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 1980. b. **CONVOCAÇÃO** - Publicada no Diário Oficial do Estado nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 1980 e no Jornal de Santa Catarina nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 1980. c. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - Publicada no Diário Oficial do Estado e no Jornal de Santa Catarina do dia 29 de outubro de 1980. 4. **DIREÇÃO DOS TRABALHOS:** Presidente da Assembleia-Sr. FERNANDO ERNESTO DE SOUZA CORREA; Secretário da Assembleia-Sr. CYRO GEVAERD, eleitos pela totalidade dos acionistas presentes à Assembleia. 5. **ORDEN DO DIA:** a. Exame e discussão das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 1980; b. Capitalização da correção monetária; c. Aumento de capital; d. Alteração do artigo 59 dos Estatutos Sociais. 6. **DELIBERAÇÕES:** 6.1 - **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Relatório da Diretoria e Balanço Patrimonial) Os documentos relativos ao exercício financeiro findo em 30 de junho de 1980 foram submetidos à discussão, sendo aprovados pela unanimidade dos acionistas presentes. 6.2 - **CORREÇÃO MONETÁRIA** - Foi aprovada a nova expressão monetária do Capital Social realizado, no valor de Cr\$ ..... 7.831.655,57, e decidido o seu aproveitamento para o aumento de capital, excluído os centavos. 6.3 - **AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL** - Foi decidido pela unanimidade dos acionistas que a proposta de aumento de capital fosse matéria de outra Assembleia, concluindo pelo não aproveitamento no momento das reservas de capital. 6.4 - **ALTERAÇÃO DO ART. 59 DOS ESTATUTOS SOCIAIS** - Em decorrência do aumento de capital face à correção monetária, a redação do artigo 59 dos Estatutos Sociais passa a ser o seguinte: "ARTIGO 59: O capital social é de Cr\$ ..... 22.006.655,00 (vinte e dois milhões seis mil seiscentos e cinquenta e cinco cruzeiros), dividido em 16.769.071 (dezesseis milhões setecentas e sessenta e nove mil e setenta e uma) ações ordinárias e ..... 5.237.584 (cinco milhões duzentas e trinta e sete mil quinhentas e oitenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e no valor unitário de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro)". Os acionistas receberam novas ações gratuitas na proporção das que atualmente possuem. 7. **DIVERSAS:** Cumprindo o tema estabelecido para esta reunião, ninguém mais se pronunciou. Foi a sessão encerrada. Antes, porém, lavrada esta Ata no livro próprio da sociedade, aprovada por todos os acionistas presentes. 8. **ASSINATURA DOS PRESENTES:** FERNANDO ERNESTO DE SOUZA CORREA, CYRO GEVAERD e MARCOS HENRIQUE BUECHLER. 9. **DECLARAÇÃO:** Declaramos que a presente cópia é fiel da Ata original, lavrada no livro próprio da sociedade, sendo autênticas as assinaturas acima transcritas, as quais o foram em nossa presença. Blumenau, 04 de dezembro de 1980. FERNANDO ERNESTO DE SOUZA CORREA - Presidente da Assembleia. CYRO GEVAERD - Secretário da Assembleia. ISAAC NEWTON CASTIEL MENDONÇA - OAB/RS 8551. CERTIDÃO-Certifico que este documento foi REG/ARQ sob número e data estampados mecanicamente. 14/MAIO/1981 - Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário Geral. JUCESC Nº 608.1.81.

X

CAETANO BRANCO S/A.- INDÚSTRIA E COMÉRCIO - S/A DE CAPITAL ABERTO - GEMEC/RCA 220-75/107 - JOAÇABA - SC.-

**-ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - "EDITAL DE CONVOCAÇÃO" -**

Pelo presente convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 06 (seis) de junho de 1981, em sua sede social, sita à Avenida Caetano Natal Branco, 3.800, nesta cidade de Joaçaba-SC., às 09 (nove) horas em primeira convocação e às 10 (dez) horas em segunda convocação, com qualquer número, tendo em vista o Conselho de Administração não haver atendido o pedido de Convocação, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas, de relevante interesse na solução urgente dos negócios sociais, com amparo no Art. 123, § único, letra "c", da Lei 6.404/76, a fim de deliberar sobre a seguinte: **"ORDEN DO DIA"** - 1º - Destituição dos Membros do Conselho de Administração. - 2º - Eleição de novos Membros para o Conselho de Administração. - 3º - Remuneração dos Membros do Conselho de Administração. - 4º - Outros assuntos de interesse social. - Joaçaba, 22 de maio de 1981.-(Ass.) Administradora Branco S/A - Acionista = Caetano Alberto Branco - Acionista = Oscar Branco - Acionista.

50937-1

"EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DE XANXERÊ S/A. - EDEX"

CGC/MF. Nº 83842922/0001-73 - INSC. EST. Nº 250721589 - TRAVESSA JOÃO WINCKLER, Nº 57 - XANXERÊ - SC.

"BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980"

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
DISPONIBILIDADES		CRÉD. P/ FORNECIM.	
Caixa e Bancos	4.157.323,36	Fornecedores	8.228.538,24
ESTOQUES		BANCOS C/ FINANC.	
Mercadorias	62.291,40	Financiamentos	56.497,94
CRÉD. DE CLIENTES		OBRIGAÇÕES FISCAIS	
Devedores	7.902.276,50	I.R. a Recolher	599.756,00
ATIVO PERMANENTE		PIS/I.R. a Rec.	31.566,00
IMOBILIZADO		Outros Imp. a Rec.	11.385,52
Terras	3.187.052,33	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	642.707,52
Imóveis de Uso	2.607.588,02	INPS-FGTS a Rec.	23.650,37
Veículos	1.673.885,37	OUTROS CREDORES	
Instalações	54.713,42	Dividendos a Pagar	293.113,71
Móveis e Utensílios	189.373,69	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Feramentas	95.611,56	CAPITAL REALIZADO	
Máquinas e Tratores	7.533.034,02	Capital Social	11.609.000,00
Equip. Fca. de Tubos	585.973,73	(-) Cap. a Realizar	107.200,00
(-) Deprec. Acumuladas	1.395.690,10	RESERVAS DE CAPITAL	11.501.800,00
	14.531.542,04	Res. Especial Cap.	5.027.784,38
	26.653.433,30	Fundo Res. Legal	58.622,74
		Fundo p/aum Cap.	234.490,97
		Fundo Res. Especial	293.113,71
		LUCROS E/OU PREJ. ACUM.	
		Lucro a Disposição da	
		Assembleia Geral	293.113,72
			26.653.433,30

Reconhecemos a exatidão do presente "BALANÇO GERAL", encerrado em 31 DEZEMBRO 1980, somando igualmente o ATIVO e PASSIVO, a importância de R\$ 26.653.433,30 (vinte e seis milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e três cruzeiros e trinta centavos).-

Xanxerê(SC), 31 de dezembro de 1.980.

Pedro Waldir Gauer  
Diretor Presidente  
CPF/MF. Nº 003126909-59

Mario Sergio Assayag  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF/MF. Nº 087285509-00

Luiz Alberto Sirino  
Tec. em Contabilidade-CRC-SC, Nº 4.549  
CPF/MF. Nº 165669989-34

## "DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 1.980"

Vendas de Mercadorias e serviços .....	R\$ 25.948.182,31
(-) Custo de Mercadorias Vendidas e Serviços .....	17.815.122,44
(=) LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO .....	8.133.059,87
(-) Despesas Administrativas .....	3.824.672,43
(-) Despesas Financeiras .....	32.476,64
(+) Receitas Financeiras .....	29.740,37
(-) Outras Despesas Comerciais .....	2.345.206,08
(-) Correção Monetária do Balanço .....	156.668,24
(=) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA .....	1.803.776,85
(-) Provisão para Imposto de Renda .....	631.322,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....	1.172.454,85
(-) Fundo de Reserva Legal .....	58.622,74
(-) Fundo para Aumento de Capital .....	234.490,97
(-) Fundo de Reserva Especial .....	293.113,71
(-) Distribuição aos Acionistas .....	293.113,71
(=) SALDO À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL .....	293.113,72

Xanxerê (SC), 31 de dezembro de 1.980

Pedro Waldir Gauer  
Diretor Presidente  
CPF/MF. Nº 003126909-59

Mario Sergio Assayag  
Diretor Administrativo Financeiro  
CPF/MF. Nº 087285509-00

Luiz Alberto Sirino  
Tec. em Contabilidade-CRC-SC, Nº 4.549  
CPF/MF. Nº 165669989-34



EXTRATO DOS ESTATUTOS DA "CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CANOINHAS"

Denominação: Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Canoinhas;  
Sede: Cidade de Canoinhas, SC; Duração: A Instituição terá duração por prazo indeterminado; Fins: A Instituição tem por finalidade colaborar com as obras e iniciativas julgadas por ela capazes de promover a melhoria da comunidade canoinhense ou dar solução a qualquer problema humano, de caráter social ou individual; Fundação: Fundada em 04 de março de 1964; Dissolução: somente ocorrerá quando a Assembleia Geral julgar que a Instituição está impossibilitada ou impedida de cumprir as suas finalidades; Destino do Patrimônio: Em caso de dissolução, seus bens patrimoniais pertencerão a qualquer instituição de Canoinhas, fundada por Rotarianos e na falta desta, as instituições beneficentes da cidade; Administração: A Instituição será administrada pela Diretoria composta de 07 membros, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Deliberativo e pela Assembleia Geral; Responsabilidade: As sócias não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da Instituição; Representação: Compete à Presidente representar a Associação onde for necessário; Fundo Social: Será constituído pelas contribuições mensais das associadas, pela cooperação dos Poderes Públicos, de pessoas ou entidades particulares, por doações, legados ou outra modalidade qualquer de ajuda.; Reforma dos Estatutos: Quando solicitada pela Diretoria ou por 2/3 dos membros presentes em Assembleia Geral; Diretoria Atual: Presidente: Ursula Maria Hoffmann, Vice-Presidente: Ana Maria Wrublevski, 1ª. Secretária: Gerda Vera Schick, 2ª. Secretária: Elvira Voigt, 1ª. Tesoureira: Maria Lucília D. Narciso, 2ª. Tesoureira: Heloisa A. T. Hoffmann, Diretoria Social: Olga Ferraresi, Iracema Dias e Valcy Pereira Tormena, Conselho Fiscal: Efetivos: Maria Lucy Dias, Adelaide M. Yagher e Tania Fuck, Suplentes: Bernadete E. H. Langer, Denise T. Fuck e Leonora S. Carvalho, Conselho Deliberativo: Cecília Werka, Olga Trevisani, Ires Kohler, Helena Mussi e Nazira D. Selem.

Ursula Maria Hoffmann - Presidente, Gerda Vera Schick - 1ª. Secretária.

X X X

SOCIEDADE CIVIL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

EXTRATO DE CONTRATO SOCIAL

Denominação: Jardim da Infância Beija-Flor Ltda-SC, com sede e foro nesta cidade de São Francisco do Sul-SC, por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 15 de Março 1981, e tem por objeto a prestação de Serviços Educacionais Pré-Escolares. Capital Social: Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) integralizados em moeda corrente nacional no ato da assinatura do contrato social, assim distribuídos: a) João Pascoal de França, com a quota no valor de Cr\$25.000,00; b) Roseli Pereira de França, uma quota de Cr\$25.000,00. Sede: Praça Dr. Getúlio Vargas, 50, São Francisco do Sul-SC. Administração: Ambos os sócios que representarão em juízo ou fora dele. A responsabilidade será limitada ao valor total do Capital Social. Dissolução: A sociedade se dissolverá em caso de morte de um dos sócios, ou a qualquer tempo a consenso dos sócios. As firmas dos sócios compõem o teste e testemunhas que assinaram o contrato social, foram recobidas no Tabelionato Cartório, 1º de Maio da Comarca de São Francisco do Sul, 06 de Março de 1981.

JOÃO PASCOAL DE FRANÇA

ROSELI PEREIRA DE FRANÇA

10620/10

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de Santa Catarina, convoca os membros do Conselho de Representantes e do Conselho Fiscal desta entidade, para a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 13 de Junho do corrente, às 8 (oito) horas, em primeira convocação e às 9 (nove) horas, em segunda, em sua sede social, à Av. Mauro Ramos -Praça Etelvina Luz- 05, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do Dia:

- 1º) Leitura do Relatório da Diretoria referente ao exercício de 1980;
- 2º) Apresentação, discussão e votação das Contas do ano de 1980 e do Parecer do Conselho Fiscal;
- 3º) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 27 de maio de 1981

FRANCISCO ALANO  
PRESIDENTE

51107-20  
Jornais

"LIGA CULTURAL, ARTÍSTICA DA AMAUC"  
CONCÓRDIA - S.C.

Extrato do Estatuto da Liga Cultural, Artística da AMAUC. Art. 1º-A Liga Cultural, Artística da AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) fundada em 23 de maio de 1981, com sede e fôro na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, passará a reger-se pelo presente Estatuto e seu Regulamento Interno. Art. 2º-A Liga Cultural, Artística da AMAUC, tem por objetivo cultivar e aperfeiçoar a vida cultural e social das entidades que nela estiverem congregadas mediante intercâmbio cultural entre si e outros, através do canto, músicas, festividades, teatro, reuniões e outras formas mais. Art. 10º-A Liga será administrada pelos seguintes órgãos: a) Assembleia Geral, b) Diretoria, c) Conselho Fiscal. Art. 11º-O mandato dos membros dos órgãos administrativos será de (2) dois anos, podendo ser reeleitos. Art. 14º-A Diretoria é constituída dos seguintes membros: -Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, Diretor Artístico. Art. 31º-O Conselho Fiscal tem o direito de, examinar o caixa, a escrituração e os documentos da Tesouraria e requerer, ao Presidente da Liga, seja convocada uma Assembleia Extraordinária quando verificar que a Diretoria exorbita de suas atribuições, no que diz respeito à gestão financeira. Art. 34º-As Assembleias Gerais da Liga são Ordinárias e Extraordinárias e são formadas por representantes credenciados das entidades congregadas com direito a voto e quites com a tesouraria. Art. 40º-Os associados não responderão subsidiariamente pelas obrigações que a entidade contrair. Art. 43º-Em caso de dissolução da Liga, seu patrimônio revertirá em benefício de uma entidade Filantrópica, devidamente registrada no Conselho Nacional de Serviços Sociais do MEC. Art. 45º-O presente Estatuto, aprovado em Assembleia Geral de fundação na data de 23 de maio de 1981. Este Estatuto depois de aprovado pela Assembleia Geral para tal fim convocada, e da inscrição no Registro Público, entrará em vigor, revogando-se as disposições em contrário. Concórdia (SC), 23 de maio de 1981. Presidente: Eliseu João Zanatta, Vice-Presidente: Jaime Pedro Araldi, Secretário: Dirceu Rizello, Tesoureiro: Ary Adany, Conselho Fiscal: - Efetivos: Juvêncio Poletto, David Alfredo Sontach, Martin Koller, Suplentes: - Armino da Silva, Alípio Land, Hilário Cavalli, Diretor Artístico: Olindo Gasol.

10620/1

X X X

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital de Convocação, a Federação dos Empregados no Comércio do Estado de Santa Catarina, pela sua Diretoria, convoca os delegados do Conselho de Representantes desta entidade, para a Assembleia Geral Extraordinária, em sua sede social, a Avenida Mauro Ramos, Praça Etelvina Luz, nº 5, nesta cidade de Florianópolis (SC), dia 13 de Junho do corrente, em primeira convocação às 13:00 horas, com a presença de 2/3 dos delegados da entidade, ou em segunda convocação, às 14:00 horas, com a presença de 1/3 dos mesmos, com a finalidade de discutir e de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1º) Outorga de poderes a Diretoria da Federação, para promover negociação com a Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina, visando a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, para vigorar a partir de 19/08/81, em benefício dos integrantes das categorias profissionais vinculadas ao comércio varejista e atacadista em geral;
- 2º) Estudo e aprovação das bases a serem reivindicadas, tanto para Convenção como para Decisão Judicial, inclusive cláusula de desconto em favor da Federação;
- 3º) Autorização à Diretoria da Federação para instauração de Dissídio Coletivo, caso malogrem as negociações.

Florianópolis, 27 de maio de 1981.

FRANCISCO ALANO  
Presidente

51107-a.20  
Jornais

## DOCUMENTO PERDIDO

Foi extraviado o documento de FRANQUIA PROVISÓRIA de nº 146 expedido pelo Conselho Regional de Enfermagem de Sta. Catarina, per tencente a MARLI TERESINHA BAGGIO.

18611/1

X X X

SAFELCA OLSEN S/A. CELULOSE E PAPEL  
CGC/MF 85.906.329/0001-79

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da Safelca Olsen S/A. Celulose e Papel, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar na sede social, à rua Dom Pio de Freitas nº 381, em Rio Negrinho, Santa Catarina, às 14,00 horas do dia 17 de junho de 1981, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia:

- Conhecimento e discussão do laudo de avaliação determinado na AGE de 30.04.81 e deliberação sobre a proposta de integralização do capital.
- Alteração da atividade principal do estabelecimento sito à rua Dom Pio de Freitas nº 381, em Rio Negrinho - SC.
- Outros assuntos de interesse social.

Rio Negrinho, (SC) 21 de maio de 1981  
A DIRETORIA

18613/1

X X X

ENERGIA S/A-ALIMENTOS ESPECIAIS  
CGC-83.489.286/0001-49

## AVISO

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, à Rodovia SC-301, Km 7,5, nesta cidade de Guarumirim-SC, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei nº 6.404, de 15-12-76, relativos ao exercício encerrado em 28-02-81.

Guarumirim, 27 de maio de 1981.  
Arthur da Silva Leme Neto  
DIRETOR

18621/5

X X X

MANCHESTER S.A.- CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS  
CGC/MF 84.704.451/0001-08 - JOINVILLE - SC.  
CARIA PATENTE A-67/2025 (17.10.67) - DO BACEN

## ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA/EXTRAORDINÁRIA

DATA:-27-abril-1981. LOCAL:-sede social na Rua Alexandre Schlemm nº300, Joinville-SC. MESA DIRETORA:- Horst Maul, presidente, e José Henrique Carneiro de Loyola, secretário. QUÓRUM:- Compareceram acionistas representando 100% do capital social. CONVOCAÇÃO:- Efetuada por editais entregues individualmente conforme facultado no item 1, do art. 294, da Lei nº 6.404/76. ORDEM DO DIA:- 1º) Apreciação e deliberação sobre o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.80; 2º) Fixação dos honorários da diretoria; 3º) Aprovação da correção monetária do capital realizado, no valor de Cr\$1.980.137,94; 4º) Aumento do capital social pela incorporação de Cr\$1.990.000,00 da Reserva de Correção do Capital Realizado; 5º) Alteração do artigo 6º dos estatutos em decorrência do aumento do capital; 7º) Alteração nas alíneas "a" e "e" do artigo 5º dos estatutos. DELIBERAÇÕES:- Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras:- Publicadas no DOE/SC de 25.03.81 e no jornal A Notícia de 24.03.81, foram os documentos em pauta aprovados por unanimidade com abstenção dos votos dos legalmente impedidos. Honorários da Diretoria:- Mantida a verba mensal de até Cr\$80.000,00, podendo os diretores dela dispor conforme entrarem si deliberarem. Correção Monetária do Capital Social:- Aprovada no valor de Cr\$1.980.137,94. Aumento do Capital Social:- Por proposta da diretoria (documento nº1) foi aprovado o aumento, conforme item 4º da ordem do dia. Alterações Estatutárias:- Pela proposta da diretoria (documento nº 1), foram as seguintes: artigo 6º:- "O capital social é de Cr\$5.890.000,00, dividido em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, podendo ser representadas por títulos múltiplos". Artigo 5º, alínea "a":- "distribuir títulos e valores mobiliários de sociedades privadas não registrados no órgão competente e títulos cuja venda tenha sido suspensa ou por ele proibida". Artigo 5º, alínea "e":- "emitir cheques na forma do Decreto nº 24.777, de 14 de julho de 1934". Outros assuntos:- Comunicado à assembléia que, por determinação do Banco Central do Brasil, foram remanejadas as verbas utilizadas para o aumento de capital por incorporação de reservas aprovado na AGO/E de 14.04.80, da seguinte forma: a) Reserva de Atualização do Título Patrimonial- de Cr\$97.940,81 para Cr\$19.943,53; b) Reserva para Aumento de Capital - de "Nihil" para Cr\$67.646,83; c) Lucros Suspensos- de "Nihil" para Cr\$10.350,45; d) Reserva de Correção Monetária do Capital Realizado- não sofreu alteração, permanecendo a utilização de Cr\$1.227.909,19 deliberada na AGO/E. PRESENCAS: Horst Maul, presidente; José Henrique Carneiro de Loyola, secretário; Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves; Lauro Carneiro de Loyola; Irmgard Fanghaenel de Loyola; Flávia São Bento S.A.; Cia Fabril Lep Peri. Otto Kutscher de Oliveira, Auditor/CRC/SC 3045.

A presente é cópia fiel da ata transcrita à folha 34 do livro nº 1 das Atas das Assembléias Gerais. Horst Maul, presidente.

18605/1

X X X

## DOCUMENTO PERDIDO

Perdeu-se a Carteira de Registro de Professor no MEC - Ministério da Educação e Cultura, nº P-340, pertencente a Carmen Aidé Hermes Silva.

Fpolis, 27 de maio de 1981.

18609/1



S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECO

COMPANHIA ABERTA - CGC MF 83296889/0001-23

## A V I S O

PAGAMENTO DE DIVIDENDO - Comunicamos aos Senhores Acionistas que a partir do dia 12 de junho de 1981 proceder-se-á ao pagamento do dividendo aprovado pela AGO de 14/04/81, à razão de Cr\$0,10 -dez centavos- por ação.

CUPOM - Os possuidores de ações ao portador, munidos das respectivas cautelas, deverão apresentar o cupom nº 03.

HABILITAÇÃO E LOCAIS DE ATENDIMENTO - Os Senhores Acionistas deverão comparecer aos locais de atendimento adiante indicados para o exercício de seu direito, munidos de documentação hábil de identificação e/ou procuração, R.G. e CIG:

Em Chapecó-SC: Rua Marechal Bormann, 14.  
Em São Paulo-SP: Rua do Cadete, 127 - Bairro Barra Funda

Chapecó, 20 de maio de 1981

Plínio Arlindo De Nes  
Pres.do Conselho de Administração

18580/5

X X X

JARAGUÁ FABRIL S.A.

CIA. DE CAPITAL ABERTO  
CGC/MF nº 84.432.426/0001 - 04

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 1º de junho de 1981, às 9 (nove) horas, na sede social da Empresa a Rua Jorge Czerniewicz, 590 em Jaraguá do Sul SC, para deliberarem sobre a seguinte

## ORDEN DO DIA:

Autorização para o lançamento de 5.830.000 (cinco milhões e oitocentas e trinta mil) ações ordinárias e 5.070.000 (cinco milhões e setenta mil) ações preferenciais, sem direito a voto, classe "B", a ser criada, todas com valor nominal de R\$ 2,14 (dois cruzeiros e quatorze centavos) cada uma, que gera o preço de lançamento, para subscrição em dinheiro e/ou créditos em conta-corrente, mediante condições a serem fixadas pela Assembléia.

Jaraguá do Sul-SC, 22 de maio de 1981

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

51054-1

X X X

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE SAÚDE PÚBLICA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados a comparecerem na Unidade de Administração de Pessoal do Departamento Autônomo de Saúde Pública, sito a Rua: Felipe Schmidt, 117 - 7º andar, pelo prazo de 72 horas (3 dias) os concursados abaixo, pela ordem de classificação, para admissão na vaga existente na classe inicial da Categoria Funcional de Auxiliar de Laboratório, para prestar serviço na Unidade Sanitária de Barreiros.

O não comparecimento, no prazo estipulado, se rá caracterizado como desistência do referido emprego:

- |                                     |                                  |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| 01 - Placidina Celecina Vidal       | 21 - Edson Valdir da Silva       |
| 02 - Newton Dias de Vasconcelos     | 22 - Estela Maria Nascimento     |
| 03 - Suzana Santos de Medeiros      | 23 - Lisete Soares               |
| 04 - Ana Elizabeth Gomes Machado    | 24 - Tania Maria Silva           |
| 05 - Enir Silva                     | 25 - Ada da Silva Lobato         |
| 06 - Guilherme Santos de Farias     | 26 - Albertina Esteves Trajano   |
| 07 - Maria Edenir Marques           | 27 - Alzino da Silva             |
| 08 - Orivalda Lima Silva            | 28 - Anésio Assunção             |
| 09 - Rosinete Maria Fernandes       | 29 - Angela Maria Soares         |
| 10 - Sônia Regina Januário          | 30 - Haralda Cecília de Souza    |
| 11 - Aparecida Zilá Timboni         | 31 - Iremar Nery Costa           |
| 12 - Maria de Lourdes Moreira       | 32 - Marilda Nascimento Teixeira |
| 13 - Nara Terezinha Soares          | 33 - Maurília Antônio Furtado    |
| 14 - Osvaldo Silveira Filho         | 34 - Valdomira Silva             |
| 15 - Rodolfo Fernandes Neves Júnior |                                  |
| 16 - Vera Lúcia de Andrade Neves    |                                  |
| 17 - Carlos José de Goes            |                                  |
| 18 - Margarete Veras Ghizoni        |                                  |
| 19 - Rosimáfia Sabel de Simas       |                                  |
| 20 - Valdivia Costa Duarte          |                                  |

Florianópolis, em 19 de Maio de 1981.

PASCHOAL APOSTOLO  
DIRETOR DA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - DSP

51000.0.1  
C.D.



## EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

Comunico que foi extraviado a carteira de Identidade Médica (plastificada), do CRM-SC nº 2920, de minha propriedade, Dr. Rosane Leal Marcon Leonetti.

O documento original extraviado perde o valor a partir da presente data, sendo do mesmo emitida uma 2ª via.

*Rosane Leal Marcon Leonetti*  
Florianópolis, 25 de maio de 1981.

18576/1

X X X

RÁDIO E TELEVISÃO CULTURA S/A

RÁDIO E TELEVISÃO CULTURA S/A  
CGCMF nº 83.900.050/0001-52

## AVISO

Comunicamos aos senhores acionistas desta sociedade que se encontram a sua disposição, para exame, em nossa sede social à Rua Bocaiúva, 117, nesta Capital, os documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404 de 15.12.76.

Florianópolis, 27 de março de 1981

A diretoria

18579/1

X X X

CIA. INDUSTRIAL DE ÓLEOS VEGETAIS MARAVILHA  
CGC.MF. 85.196.590/0001-22

## AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Acionistas, em sua sede social, à Av. Pres. Kennedy, 1800, em Maravilha, SC, os documentos a que se refere o Art. 133, da Lei 6.404, de 15/12/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/03/81.

Maravilha, 12 de maio de 1981

Nery Pelisari-Dir. Administrativo

18567/10

X X X

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/81

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC - torna público que realizará em sua sede, à rua José da Costa Moellmann, 129, em Florianópolis - SC., Concorrência Pública com vencimento para às 11:30 (onze e trinta) horas do dia 30 de junho de 1981, destinada a aquisição de TRANSFORMADOR DE FORÇA TRIFÁSICO 20/26,667 MVA (LN/VF), 138/69 - 23/13.8/4.16 KV, com aplicação no sistema CELESC.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos, constituídos de um (01) só volume, no Departamento de Suprimentos Coordenadoria de Compras da CELESC, no endereço acima, no horário das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), efetuado única e exclusivamente na TESOUREARIA da CELESC, instalada no mesmo endereço, andar terreo.

As firmas interessadas em participar desta licitação e que ainda não sejam inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores de nossa Companhia, deverão apresentar até o dia 22 de junho de 1981, a documentação completa, exigida para tal finalidade, pela CELESC.

Florianópolis, 25 de maio de 1981.

*Aldo Bellarmino da Silva*  
Diretor Administrativo

50992-1  
c/d.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC

CONCORRÊNCIA PÚBLICA BÁSICA Nº 008/81

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC - torna público que realizará em sua sede, à rua José da Costa Moellmann, 129, em Florianópolis - SC., Concorrência Pública Básica com vencimento para às 11:30 (onze e trinta) horas do dia 29 de junho de 1981, destinada à aquisição de postes de concreto, com aplicação no programa de obras de distribuição da CELESC.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos, constituídos de um (01) só volume, no Departamento de Suprimentos Coordenadoria de Compras da CELESC, no endereço acima, no horário das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), efetuado única e exclusivamente na TESOUREARIA da CELESC, instalada no mesmo endereço.

As firmas interessadas em participar desta licitação e que ainda não sejam inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores de nossa Companhia, deverão apresentar até o dia 19 de junho de 1981, a documentação completa, exigida para tal finalidade pela CELESC.

Florianópolis, 20 de maio de 1981.

*Aldo Bellarmino da Silva*  
Diretor Administrativo

50992.0.1  
c/d.

X X X

**Consul**  
SOCIEDADE ANÔNIMA

Companhia Aberta - CGC do MF nº 84.684.349/0001-80

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(1ª. Convocação)

São convidados os Senhores Acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 05 (cinco) de junho de 1.981, às 14:00 h. (quatorze horas), na sede social, na rua Araranguá, 514, em Joinville, SC, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos, objeto da Proposta do Conselho de Administração e que constituem a Ordem do Dia, a saber:-

## 1.- AUMENTO DE CAPITAL COM BONIFICAÇÃO EM AÇÕES

Aumento do capital social de Cr\$ 870.044.000,00 para Cr\$. 1.305.066.000,00, cujo montante de Cr\$ 435.022.000,00 far-se-á pela incorporação de igual valor, a ser destacado / da conta "Lucros Acumulados", constante do Balanço anual levantado em 31 de maio de 1.980.

Em consequência, serão distribuídas aos Senhores Acionistas 225.400.000 ações bonificadas, do valor nominal de Cr\$ 1,93 (um cruzeiro e noventa e três centavos), cada uma, na proporção de 01 (uma) ação nova para cada grupo / de 02 (duas) ações possuídas, na mesma espécie e classe.

## 2.- ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Alteração da redação do Artigo 5º, do Estatuto Social, de forma a espelhar o novo capital, em razão do referido aumento de capital.

Somente poderão participar da Assembléia Geral os Acionistas cujas ações nominativas estiverem inscritas em seu nome no livro competente da Companhia, até cinco (5) dias antes da realização da Assembléia Geral, ou cujas ações endossáveis ou ao portador tiverem sido depositadas na Companhia ou instituição financeira, cinco (5) dias antes da realização da mesma.

Nos cinco (5) dias que antecederem a Assembléia Geral, ficarão suspensos os serviços de transferência e conversão de ações e o desdobramento de certificados de múltiplos de ações.

Joinville, 26 de maio de 1.981

- Hugo Miguel Etchenique -  
Presidente do  
Conselho de Administração

51046-3  
formais

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE MERGULHADORES AUTÔNOMOS

**DENOMINAÇÃO** - Associação Catarinense de Mergulhadores Autônomos. **FUNDAÇÃO** - 01 de março de 1981. **SEDE** - Rua João Pio Duarte da Silva, 162, Florianópolis-SC. **OBJETIVOS** - Promover a prática do mergulho autônomo e preservar o meio ambiente marinho. **PRAZO** - O prazo de duração da Associação é indeterminado. **ASSOCIADOS** - Integra o quadro social da ACMA a seguinte categoria de sócio: a) Ativo. **PATRIMÔNIO** - Será constituído de: a) doações e legados b) bens móveis e imóveis. **ADMINISTRAÇÃO** - São órgãos da Administração: Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. **ELEIÇÕES** - Serão realizadas bianualmente, na 1ª. quinzena de março. **DISPOSIÇÕES GERAIS** - Toda atividade da Associação será regulada por estes estatutos e regimento interno. A Comissão de Constituição é composta pelos senhores: Baeter Nagib Elias, José Canozzi, Márcio Araújo de Almeida Braga, Alcides José Dutra, Eduardo Castells, Luiz Gonzaga Eller, Onei Tadeu Dutra e Jorge Genovêncio de Freitas. São sócios FUNDADORES: Baeter Nagib Elias, José Canozzi, Márcio Araújo de Almeida Braga, Alcides José Dutra, Eduardo Castells, Luiz Gonzaga Eller, Onei Tadeu Dutra, Alceu Bisetto Júnior, Carlos Alberto Ferreira Lisboa, Humberto Carlos Moritz, Abdon Luiz Schmitt Filho, Osmar Guilherme Schmitt, Odnei Dutra, Eduardo Withers de Almeida, Ana Helena Ribas de Almeida, Rosana Proença de Paola, Maria Bercht Canozzi e Jorge Genovêncio de Freitas. A DIRETORIA atual é a seguinte: Márcio Araújo de Almeida Braga, Presidente; Baeter Nagib Elias, Vice-Presidente; Rosana Proença de Paola, 1º Tesoureiro; Onei Tadeu Dutra, 2º Tesoureiro; Humberto Carlos Moritz, 1º Secretário; Eduardo Withers de Almeida, 2º Secretário; Conselho Fiscal: José Canozzi, Alcides José Dutra e Jorge Genovêncio de Freitas. Suplentes: Abdon Luiz Schmitt, Alceu Bisetto Júnior e Odnei Dutra. Florianópolis, 27 de maio de 1981.

MÁRCIO ARAUJO DE ALMEIDA BRAGA  
Presidente

18648/1

— X X X —

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- PRODASC -

CGC/MF Nº 83.043.745/0001-65

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 08 de junho de 1981, às 10 (dez) horas, na sede social, situada à margem da Rodovia SC -404 (Centro/Lagoa da Conceição), no bairro denominado Itacorubi, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 1º) Aumento do Capital Social de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões) mediante subscrição e integralização em dinheiro e consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social;
- 2º) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Florianópolis, 28 de junho de 1981.

MARCOS HENRIQUE BUECHLER  
Presidente do Conselho  
de Administração

51119-1  
c/d.

— X X X —

COMUNICADO AOS DEBENTURISTAS DA  
CIA. HERING  
CGC/MF 82.639.139/0001-44  
Cia. Aberta

Comunicamos aos senhores debenturistas da Cia. Hering que encontra-se à sua disposição em nosso escritório, à Praça Antonio Prado 33 - 15º andar, São Paulo, Capital, o Relatório a que se refere o Artigo 68, § 1º, letra "b", da Lei nº 6.404 de 15.12.76.

São Paulo, 19 de maio de 1981

ISOLDI S/A  
CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS  
Agente Fiduciário dos Debenturistas

51124-1



ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.

Rua Desembargador Pedro Silva, 1250 - Praia de Itaguçu - Fone (0482) 44-1086 - 88000 - FLORIANÓPOLIS - SC

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Senhores Acionistas da Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A. - ERUSC, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, em sua sede à rua Desembargador Pedro Silva, nº 1.250, nesta Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, às 09:00 (nove) horas, no dia 5 de junho de 1.981, a fim de deliberar sobre Proposta de Aumento do Capital Social em Cr\$ 203.000.000,00 (Duzentos e três milhões de cruzeiros), a serem integralizados em moeda corrente do país.

Florianópolis, 28 de maio de 1.981.

51064-3  
c/d

Paulo Affonso de Freitas Melro  
Presidente do Conselho de Administração

— X X X —



ELETRIFICAÇÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.

Rua Desembargador Pedro Silva, 1250 - Praia de Itaguçu - Fone (0482) 44-1088 - 88000 - FLORIANÓPOLIS - SC

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas da Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A. - ERUSC, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, em sua sede à Rua Des. Pedro Silva, nº 1.250, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, às 10:00 (dez) horas, no dia 29 de junho de 1.981, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1) Homologação do aumento do Capital Social proposto de Cr\$... 603.727.738,00 para Cr\$ 1.013.903.738,00 da 8ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24.04.81;
- 2) Eleição de Representante para membro efetivo e de suplente do Conselho de Administração da Empresa;
- 3) Eleição para Presidente do Conselho de Administração da Empresa, em atendimento ao parágrafo Primeiro, do Artº20 do Estatuto Social da Empresa;
- 4) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Florianópolis, 27 de maio de 1.981.

51110-1  
c/d.

Paulo Affonso de Freitas Melro  
Presidente do Conselho de Administração

— X X X —

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE JOINVILLE

CODEVILLE

CGC/MF Nº 83.108.035/0001-76

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem no próximo dia 08 de Junho de 1981, segunda-feira, às 16,00 (dezois) horas, na Sede da Companhia, na Rua Jerônimo Coelho nº 396, em Assembleia Geral Extraordinária, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1º - Retificação da deliberação tomada quanto a não capitalização da expressão da Correção Monetária do Capital Realizado e sua consequente incorporação ao Capital Social;
- 2º - Ratificação dos demais assuntos aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de 30.03.81.

Joinville, 26 de Maio de 1981  
DILSON BRUSKE - Presidente do Conselho

51122-5



## CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 009/81

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC - torna público que realizará em sua sede, à rua José da Costa Moellmann nº 129, em Florianópolis - SC, Concorrência Pública com vencimento para às 11:30 (onze e trinta) horas do dia 26 de JUNHO de 1981, destinada à aquisição de "PAINÉIS DE CONTROLE, MEDIÇÃO E COMANDO" a serem instalados nas Subestações de Mafra, São Bento do Sul, Otacílio Costa, Jaraquá do Sul, Canoinhas, Videira, Ibirama, Timbó, Herval D'Oeste, Joinville IV e Joinville V.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos, constituídos de um (01) só volume, no Departamento de Suprimentos Coordenadoria de Compras da CELESC, no endereço acima, no horário das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de CR\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), efetuado única e exclusivamente na TESOUREARIA da nossa Companhia, instalada no mesmo endereço.

As firmas interessadas em participar desta licitação e que ainda não sejam inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores de nossa Companhia, deverão apresentar a documentação completa exigida para tal finalidade, até o dia 17 de junho de 1981.

Florianópolis, 18 de Maio de 1981

Aldo Bellagimino da Silva  
Diretor Administrativo

51073-1  
cld

— X X X —

## CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA BÁSICA Nº 011/81

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC - torna público que realizará em sua sede, à rua José da Costa Moellmann, 129, em Florianópolis - SC., Concorrência Pública Básica com vencimento para às 11:30 (onze e trinta) horas do dia 02 de julho de 1981, destinada à aquisição de lâmpadas, reatores, braço p/iluminação pública, relés foto-elétrico, fita plástica isolante, cabo de aço, transformador de distribuição monofásico e trifásico, ferragens e para-raios, com aplicação no programa de obras de distribuição da CELESC.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos, constituídos de um (01) só volume, no Departamento de Suprimentos Coordenadoria de Compras da CELESC, no endereço acima, no horário das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de CR\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), efetuado única e exclusivamente na TESOUREARIA da CELESC, instalado no mesmo endereço.

As firmas interessadas em participar desta licitação e que ainda não sejam inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores de nossa Companhia, deverão apresentar até o dia 22 de junho de 1981, a documentação completa, exigida para tal finalidade pela CELESC.

Florianópolis, 20 de maio de 1981.

Aldo Bellagimino da Silva  
Diretor Administrativo

51073-b 1  
cld

— X X X —

## CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA BÁSICA Nº 010/81

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC - torna público que realizará em sua sede, à rua José da Costa Moellmann, 129, em Florianópolis - SC., Concorrência Pública Básica com vencimento para às 11:30 (onze e trinta) horas do dia 01 de julho de 1981, destinada à aquisição de tubos de fenolite, elos fusíveis, chaves faca unipolar, contatos superiores e inferiores de fenolite para chaves fusíveis e tubos de fibra de vidro, com aplicação na manutenção da distribuição da CELESC.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos, constituídos de um (01) só volume, no Departamento de Suprimentos Coordenadoria de Compras da CELESC, no endereço acima, no ho-

rário das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), efetuado única e exclusivamente na TESOUREARIA da CELESC, instalada no mesmo endereço.

As firmas interessadas em participar desta licitação e que ainda não sejam inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores de nossa Companhia, deverão apresentar até o dia 01 de julho de 1981, a documentação completa, exigida para tal finalidade, pela CELESC.

Florianópolis, 19 de maio de 1981

Aldo Bellagimino da Silva  
Diretor Administrativo

51073-a 1  
cld

— X X X —

## CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA BÁSICA Nº 012/81

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC - torna público que realizará em sua sede, à rua José da Costa Moellmann, 129, em Florianópolis - SC., Concorrência Pública Básica com vencimento para às 11:30 (onze e trinta) horas do dia 03 de julho de 1981, destinada à aquisição de emendas preformadas, conectores, grampos terminais e luvas de emenda, com aplicação na manutenção da distribuição da CELESC.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos, constituídos de um (01) só volume, no Departamento de Suprimentos Coordenadoria de Compras da CELESC, no endereço acima, no horário das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), efetuado única e exclusivamente na TESOUREARIA da CELESC, instalada no mesmo endereço.

As firmas interessadas em participar desta licitação e que ainda não sejam inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores de nossa Companhia, deverão apresentar até o dia 23 de junho de 1981, a documentação completa, exigida para tal finalidade pela CELESC.

Florianópolis, 19 de maio de 1981

Aldo Bellagimino da Silva  
Diretor Administrativo

51073-c 1  
cld

— X X X —

## CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA BÁSICA Nº 013/81

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A. - CELESC - torna público que realizará em sua sede, à rua José da Costa Moellmann, 129, em Florianópolis - SC., Concorrência Pública Básica com vencimento para às 11:30 (onze e trinta) horas do dia 06 de julho de 1981, destinada à aquisição de lâmpadas, fita plástica isolante, fio de cobre e materiais para iluminação pública, destinado à iluminação pública - TIP.

Os interessados poderão retirar o edital e seus anexos, constituídos de um (01) só volume, no Departamento de Suprimentos Coordenadoria de Compras da CELESC, no endereço acima, no horário das 14:00 (quatorze) às 17:00 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, mediante o pagamento da quantia não reembolsável de CR\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), efetuado única e exclusivamente na TESOUREARIA da CELESC, instalado no mesmo endereço.

As firmas interessadas em participar desta licitação e que ainda não sejam inscritas no Cadastro Geral de Fornecedores de nossa Companhia, deverão apresentar até o dia 26 de junho de 1981, a documentação completa, exigida para tal finalidade pela CELESC.

Florianópolis, 20 de maio de 1981

Aldo Bellagimino da Silva  
Diretor Administrativo

51073-d 1  
cld

ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

## AVISO DE LICITAÇÃO

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA-DE-R-SC, através do Grupo Executivo de Licitações - GEL, leva ao conhecimento dos interessados que se acha aberta CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL - EDITAL Nº 47/81, para a execução dos serviços rodoviários relacionados no quadro abaixo, com financiamento parcial de agência financiadora internacional.

LOTE	SICLA	TRECHO	OBSTÁCULO	NATUREZA DOS SERVIÇOS	EXTENSÃO OU COMPRIMENTO
01	SC-426	Tr. Central-Agropec/Atalanta	-	T, OAC, D, PA, SC	19,814 Km
02	SC-408	Riquação-Antônio Carlos	s/R. Netro	Ponte	27,00 m
03	SC-441	Treze de Maio-BR-101	s/R. do Salto	"	40,00 m
	-	R. Maina-N. Veneza	s/R. Maina	"	22,00 m
	-	R. Maina-N. Veneza	s/R. Serraria	"	36,00 m
04	SC-463	Jaborá-BR-153	s/Rio Bonito	"	25,00 m
	SC-464	Pres. Cast. Branco-SC-463	s/Rio Bonito	"	40,00 m

NATUREZA DOS SERVIÇOS: T - Terraplenagem  
OAC - Obras de Arte Correntes  
D - Drenagem  
PA - Pavimentação Asfáltica  
SC - Serviços Complementares

As propostas deverão ser entregues, impreterivelmente, até as dezesseis horas do dia 03 de Julho de 1981, no Protocolo do DER-SC, localizado no Edifício Atlas, à Rua Tenente Silveira, nº 46, sobreloja, em Florianópolis-SC.

Poderão participar desta concorrência empresas sediadas no Brasil ou em país membro ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID.

Cópias do referido Edital poderão ser obtidas, mediante apresentação de comprovante de recolhimento da taxa de Cr\$ 1.000,00 (Um Mil Cruzeiros), junto ao GEL, localizado no 19 andar do Edifício Atlas, onde poderão ser prestados maiores esclarecimentos.

Os Projetos de Engenharia pertinentes poderão ser obtidos, mediante a apresentação de comprovante de recolhimento da taxa de Cr\$ 5.000,00 (Cinco Mil Cruzeiros), junto à Diretoria de Estudos e Projetos, localizada no 5º andar do Edifício Atlas.

As taxas supracitadas deverão ser recolhidas na Tesouraria do DER-SC, na sobreloja do Edifício Atlas, à Rua Tenente Silveira nº 46.

DER-SC, em Florianópolis, 26 de maio de 1981.

*[Assinaturas]*  
Eng. Civil Gany Brito  
Chefe do GEL  
Eng. Civil José A. S. Amabile  
Diretor de Construção  
Eng. Civil Reginaldo Paroth  
Coordenador do COPROVI  
50991-3  
Joeman  
X X X  
DOCUMENTOS PERDIDOS

Foi perdida uma carteira do CRM pertencente à Maria Werle Lunardi emitida pelo conselho regional do estado de Santa Catarina

MARIA WERLE LUNARDI

18593/1

**GABINETE DO VICE-GOVERNADOR**

**IOESC**

**AGÊNCIA CENTRO NOVO ENDEREÇO**

A Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina S.A. comunica o novo endereço de sua Agência no centro da Capital: Rua Tenente Silveira, 51 (Edifício Hércules) — Salas 3 e 4.

**IOESC**  
**IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.**

**DIÁRIO OFICIAL**  
**COLEÇÃO COMPLETA**  
**1934 — 1979**

A IOESC tem à venda a coleção completa do Diário Oficial (1934 a 1979). São 191.000 páginas microfilmadas em 4.014 fichas ou em 80 rolos de filmes de 100 pés.

Preço:  
Em microfichas ..... Cr\$ 150.000,00  
Em rolos de filmes. .... Cr\$ 100.000,00

Endereço para aquisição:

Rua Duque de Caxias, 33  
Saco dos Limões  
Telefone: 33-0344  
88.000 - Florianópolis, SC

**IOESC**  
**IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.**  
Empresa Pública vinculada ao Gabinete do Vice-Governador do Estado

**SEDE:**  
Rua Duque de Caxias, 33 — Saco dos Limões  
Caixa Postal 138 — Fone: 33-0344 (PABX)

**AGÊNCIA:**  
Rua Tenente Silveira, 51 (Edifício Hércules)  
Salas 3 e 4 — Fone: 22-9470  
Florianópolis — SC

**ASSINATURAS**

<b>MÁRCIO DA COSTA RAMOS</b> Diretor-Presidente	<b>FLÁVIO JOSÉ CARDOZO</b> Diretor Industrial
<b>EDELMO NASCHENWENG</b> Diretor Vice-Presidente	<b>DOMINGOS FERNANDES DE AQUINO</b> Gerente de Jornais
<b>NIRALCI SEVERO DA COSTA</b> Diretor Administrativo-Financeiro	<b>JOÃO JOSÉ SCHNEIDER</b> Gerente de Gráfica

**DIÁRIO OFICIAL**

Particulares	2.000,00
Órgãos Públicos e Funcionários	1.500,00
<b>DIÁRIO DA JUSTIÇA</b>	<b>1.500,00</b>

A subscrição de assinatura deste jornal deve ser feita em contato direto com a IOESC. A Empresa não possui representantes autorizados para esse fim.